



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA



ESTUDO TÉCNICO 02/2025

**Indicadores Socioeconômicos e Ambientais do Estado:
Das 20 Maiores Cidades da Paraíba 2024**

Agosto/2025



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC)

Espaço Cidadania Digital (ECD)

Estudo Técnico ECD nº 02/2024

Estudo Técnico de Indicadores Socioeconômicos e Ambientais das 20 maiores cidades da Paraíba 2024

Agosto/2025



Presidente do TCE/PB

Conselheiro Fábio Túlio Nogueira

Diretoria Geral (DIREG)

Severino Claudino Neto

Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC)

Ed Wilson Fernandes de Santana

Coordenação do Trabalho - Espaço Cidadania Digital (ECD)

André Agra Gomes de Lira

Auditor de Controle Externo TCE/PB

Colaboração

Bianca Batista Lins

Oficial de Registros, Notificações e Expediente TCE/PB

Miguel de Oliveira Silva

Estagiário de Engenharia Civil TCE/PB UNINASSAU - Centro Universitário Maurício de Nassau

Revisão e Edição

Bianca Batista Lins

Oficial de Registros, Notificações e Expediente TCE/PB

Arte da Capa

Amanda Duarte Oliveira

Arquiteta e Urbanista pelo Centro Universitário de João Pessoa - Unipê



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. RECEITAS E DESPESAS	15
3. OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS	21
4. INDICADORES-CHAVES DA POPULAÇÃO, PIB, RENDA E TRABALHO	30
4.1 População, PIB e Renda	30
4.2 Trabalho - Empregos formais	38
4.3 Programas Sociais	43
5. INDICADORES-CHAVES DA EDUCAÇÃO	45
5.1 Indicadores Gerais da População	45
5.2 Indicadores de Proficiência em Português e Matemática	53
6. INDICADORES-CHAVES DA SAÚDE	57
7. INDICADORES-CHAVES DA PRIMEIRA INFÂNCIA	64
8. INDICADORES-CHAVES DA SEGURANÇA PÚBLICA E INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	66
9. SEGURANÇA VIÁRIA E MOBILIDADE	71
10. INDICADORES-CHAVES DE SANEAMENTO BÁSICO	78
11. INDICADORES-CHAVES DO MEIO-AMBIENTE	84
12. INDICADORES DE CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS	97
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS	104



1. INTRODUÇÃO

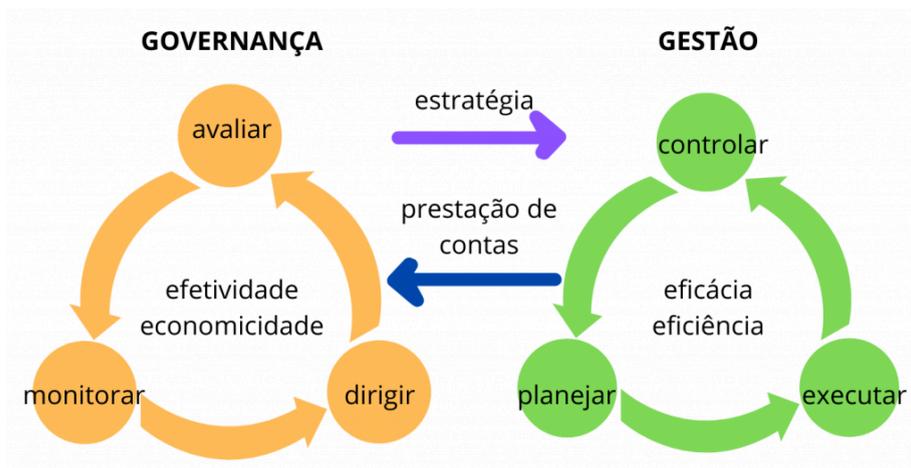
Há uma tendência, ainda que incipiente, de entender que a atuação do controle externo deve se expandir, além da fiscalização meramente formal dos gastos, da sua contabilização tradicional e da busca por inconformidades, e contemplar a avaliação da qualidade, do resultado e dos impactos das políticas públicas na sociedade, e, principalmente, a qualidade da despesa pública passa a ter destaque no radar de prioridades dos órgãos de controle.

Importante ressaltar que vivemos em um cenário de alterações climáticas e avanços tecnológicos, no qual as políticas públicas, suas metas, suas intervenções, desde os seus empreendimentos, projetos, programas e até a regulamentação das atividades podem provocar impactos sociais, econômicos e ambientais consideráveis (positiva ou negativamente) e isso não deve passar despercebido pelo olhar do Controle Externo.

Para tanto, analisar e mensurar, a partir da perspectiva do Controle Externo, as práticas de Governança e da Gestão Pública, considerando-as fundamentais à administração das organizações governamentais e à busca pela eficiência, transparência e responsabilidade no setor público, torna-se algo estratégico mas notadamente desafiador. E não é a pretensão desse estudo abranger o objeto a esse nível de amplitude, o que se busca é dar os primeiros passos para iniciar um processo de aproximação do tema. Para que esses passos se aproximem de uma visão que permita uma avaliação das políticas públicas, da sua geração de valor, dos benefícios na vida dos cidadãos, da sua função social, e partir disso, vá além das inconformidades, muitas vezes de natureza formal. Uma mudança de paradigma que pode, inclusive vir fortalecer o próprio sistema dos Tribunais de Contas, conforme prescrevem e almejam as Normas Brasileiras de Auditoria no Setor Público - NBASP-12¹.

¹O TCU (2009) entende que **indicadores de desempenho é uma métrica que disponibiliza informações sobre o desempenho do objetivo de um programa, política social ou projeto, bem como descreve, explica ou prevê algo, e será o termômetro da ação pública executada.** Enquanto Coelho et al., (2008) afirmam que os indicadores são essenciais nas atividades de monitoramento e avaliação da gestão, que permitem identificar avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas, necessidade de mudanças ou manutenção da coisa pública.

Figura 1.a - Indicadores de governança e gestão pública



Fonte: <https://ufr.br/proplan/comites-de-governanca/>

Por outro lado, entendemos que ao direcionarmos o nosso olhar para a eficiência das gestões municipais, por intermédio de indicadores, poderia haver um incentivo para que a própria gestão e o controle social passassem a adotar uma sistemática de medição de desempenho a partir de *indicadores-chaves* (KPI - *Key Performance Indicator*) de forma mais transparente e orientativa.

É necessário que seja observado se essas metas de eficiência e de performance estão de fato materializadas e explicitamente presentes nos instrumentos de planejamento público, em especial, no PPA (Plano Plurianual - **programação para 4 anos**), LDO (Lei das Diretrizes Orçamentárias - **metas para o ano**), LOA (Lei Orçamentária Anual - **recursos para o ano**), nos planos setoriais, temáticos e estratégicos, bem como a partir do compromisso firmado pelo Estado brasileiro na Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em setembro de 2015, a chamada Agenda 2030², a qual contém objetivos e metas para este fim. A prefeitura de Belo Horizonte, por exemplo, utiliza o orçamento temático para relacionar às metas de governo aos ODS³.

²ONU, Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, New York, 2015.

³Como uma das estratégias para o monitoramento local dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a gestão municipal elaborou o Orçamento Temático dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Orçamento ODS), que apresenta o alinhamento das políticas públicas municipais expressas no [Plano Plurianual de Ação Governamental \(PPAG\)](#) com as metas estabelecidas pela agenda ODS (Prefeitura de Belo Horizonte).

Figura 1.b - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: <https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2018/09/24/objetivos-de-desenvolvimento-sustentave-l-onu-realiza-evento-na-ufpel/>

Sob essa perspectiva, o **Espaço Cidadania Digital/ TCE - PB** se propôs a elaborar esse estudo para levantar os resultados dos principais indicadores socioeconômicos e ambientais, assim como os ODS (a partir do Índice de Cidades Sustentáveis - IDSC), dos 20 (vinte) maiores municípios paraibanos (em termos populacionais), com a primeira versão liberada em 2023.

Os Indicadores-chaves foram selecionados a partir de **fontes oficiais**, tais como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SINISA (Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico), IDSC (Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades), QEdU/INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Portais de Transparência do Governo Federal, Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), CECAD (informações do CADÚNICO), Secretarias do Estado, SEEG (Sistema de Estimativas de Emissões e Remoção de Gases do Efeito Estufa) - Observatório do Clima, entre outras. Nas áreas de população, trabalho, renda, educação, saúde, segurança pública, meio ambiente e saneamento básico, com o objetivo de avaliar a qualidade e os resultados da gestão estadual e municipal na vida da população.

Os **indicadores-chaves de população, renda e trabalho** tiveram como fontes

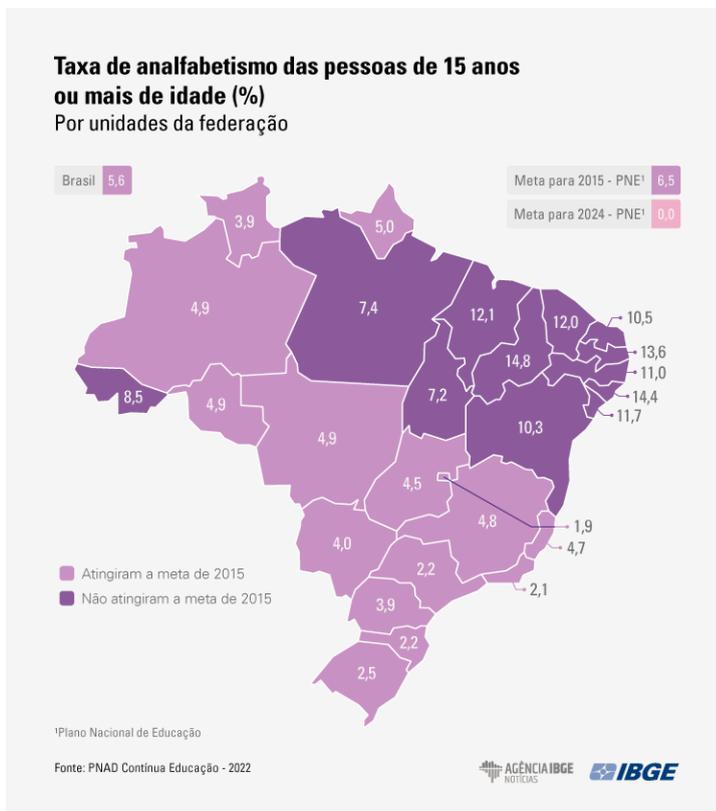
principais os dados do Novo CAGED e IBGE.

No que se refere à **Educação**, foram utilizados como fontes o Censo Escolar - Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), a Plataforma QEDU, entre outros.

Um dado importante é que apesar do analfabetismo ter diminuído no cenário nacional, ele ainda continua alto no Nordeste, entre idosos, pretos e pardos. Segundo a **Agência IBGE**, a taxa de analfabetismo recuou de 6,1% em 2019 para 5,6% em 2022, o Nordeste tinha a taxa mais alta (11,7%) e o Sudeste, a mais baixa (2,9%), em 2022. No grupo dos idosos (60 anos ou mais) a diferença entre as taxas era ainda maior: 32,5% para o Nordeste e 8,8% para o Sudeste, além disso, das 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabiam ler e escrever, 59,4% (5,3 milhões) viviam no Nordeste e 54,1% (5,2 milhões) tinham 60 anos ou mais.

A Paraíba tem uma taxa de analfabetismo ainda muito alta (**é a terceira pior do país**) assim como se mantém um grande desafio para a região Nordeste, de acordo com o Censo 2022, vide **figura 1.c** a seguir.

Figura 1.c - Nível de analfabetismo por Estado (Paraíba 13,6%)



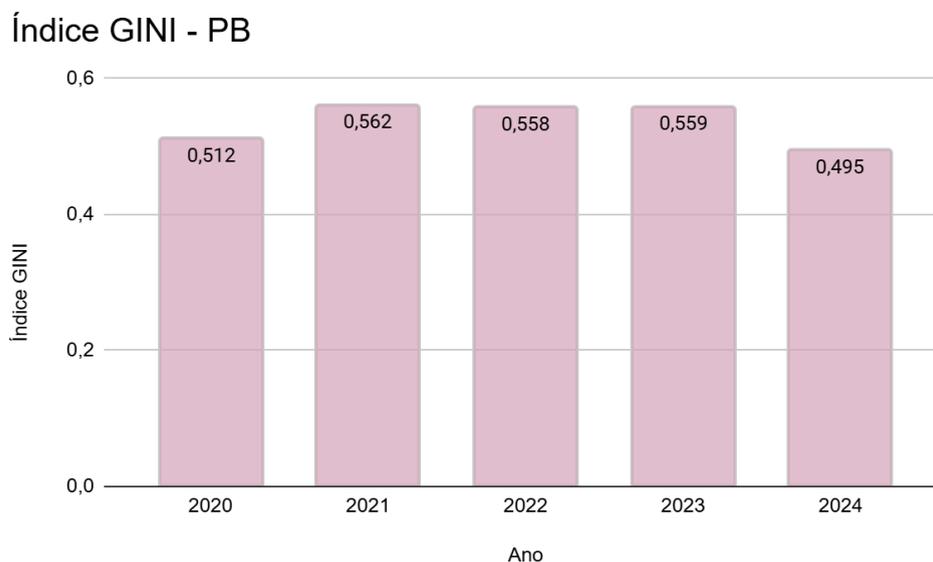
Fonte: IBGE - 2022

Em relação aos dados **Saúde**, foram utilizados Secretaria do Estado da Saúde, SISAB (Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica), painéis com foco na **atenção primária**, além de boletins e informações liberadas pelo Governo Federal.

Quanto à **Segurança Pública**, foram utilizados os indicadores desenvolvidos e disponibilizados pela Secretaria de Segurança e de Defesa Social (SESDS), Ministério dos Transportes, Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito; Ministério da Justiça e Segurança Pública, além de outras informações e dados disponibilizados após realização de diligências.

Outro dado importante, divulgado pelo **IpeaData**⁴ (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), relativo ao ano de **2023**, mostra que a Paraíba tinha registrado um **índice GINI de 0,559** (o índice GINI mede a concentração de renda e a desigualdade econômica, sendo que valores mais próximos de zero indicam maior igualdade de renda), um valor acima da média nacional em 2023 (0,518) e da do Nordeste (0,514). No entanto, **em 2024, houve uma melhora significativa no índice, o GINI passou para 0,495, saindo da primeira colocação em desigualdade, em 2023, para a 11ª**. Em 2024, os valores do índice, no Brasil, foi de 0,506 e na região Nordeste, 0,502.

Gráfico 1.a - Índice Gini - série histórica



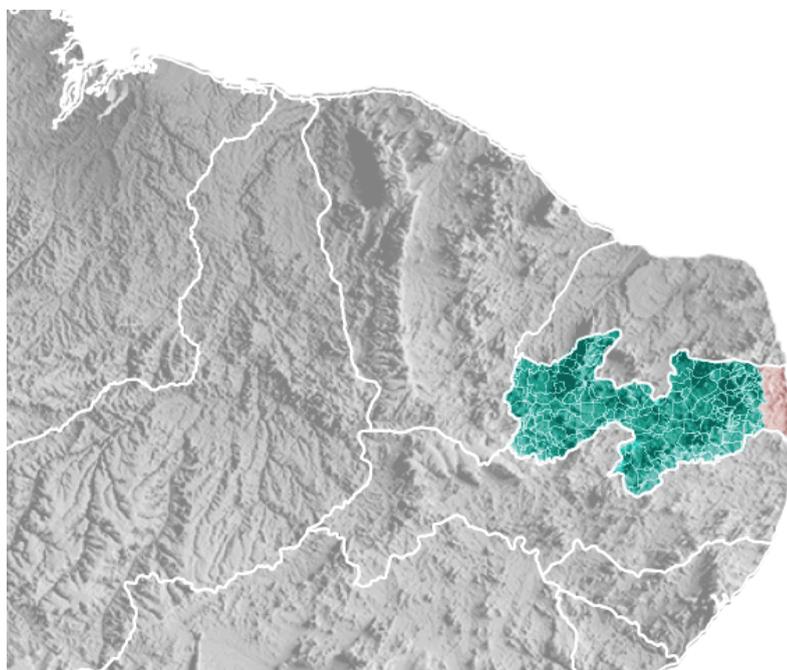
Fonte: IpeaData (gráfico elaborado pelo ECD)

⁴ <https://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>

Serão observadas também questões relacionadas à **mobilidade urbana** dos municípios, como frota de veículos, acidentes de trânsito, a existência de planos de mobilidade urbana, entre outras. Essas questões foram, inclusive, mais discutidas no estudo desenvolvido pelo ECD chamado “*Um Olhar do Controle Externo Sobre Planos Diretores e Urbanismo Sustentável*”, disponível para acesso o site do TCE-PB (<https://tce.pb.gov.br/>)⁵.

Vale ressaltar também, que em torno de 90% do território paraibano está localizado na região semiárida nordestina ou na área denominada Polígono das Secas⁶. Isso implica que **198⁷** dos 223 municípios paraibanos estão **em áreas muito sensíveis à influência do clima e dos regimes pluviométricos constituindo o Semiárido Paraibano**.

Figura 1.d - Delimitação do clima semiárido na Paraíba (em verde)



Fonte: <https://www.modifica.com.br/efeitos-clima-mulheres-seca-semiarido/>

Essa característica, da maioria dos municípios paraibanos é preocupante, em razão das mudanças climáticas e seus impactos, fazendo com que as temperaturas possam subir mais do que a média histórica e intensificar eventos como secas prolongadas e chuvas torrenciais em uma região caracterizada por sua aridez. Isso terminaria por tensionar e impor desafios adicionais à infraestrutura da região, em

⁵<https://tce.pb.gov.br/publicacoes/analises-e-desempenhos-de-gestoes/estudo-tecnico-02-2023>

⁶ file:///C:/Users/alira/Downloads/relatorio_consolidado_hidrico_2022_06_29%20(2).pdf

⁷<https://www.letrasambientais.org.br/posts/semiario-brasileiro-tem-nova-delimitacao-desde-janeiro-de-2024>

especial à disponibilidade de água para consumo humano e atividades agrícolas, não obstante a existência do aporte de água do PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco.

Temperaturas mais elevadas e redução na umidade do ar também **podem contribuir para a degradação do solo e a desertificação**, o qual pode agravar ainda mais a escassez de recursos naturais. De acordo com o **Laboratório de Análise e Processamento de Imagens e Satélites (Lapis)**, ligado à Universidade Federal de Alagoas (Ufal), **12,85% do semiárido brasileiro enfrenta o processo de desertificação⁸⁹**, o que ameaça diretamente a conservação do Bioma Caatinga.

Em relação aos **dados e indicadores do Saneamento Básico e Ambiental** foram usados dados do SINISA, SEEG (Sistema de Estimativa de Emissão de Gases), o MAP Biomas Alerta e ABES PB (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental).

Além das informações que serão aprofundadas a seguir, é importante considerar o **Índice de Desenvolvimento Urbano para Longevidade (IDL)¹⁰**. Em função da alteração da pirâmide etária estadual e consequente aumento da população idosa, o qual indica quais cidades possuem mais benefícios em relação à qualidade de vida, para que as pessoas envelheçam bem. O **Instituto de Longevidade**, que realiza este estudo, coleta informações de vários órgãos como IBGE, Ministério da Saúde, Ministério da Fazenda, INSS, Tesouro Nacional, entre outros, e investiga variáveis socioambientais, de saúde e relacionados à economia. O estudo é realizado em todo o país e a colocação em ordem crescente, dentre as 20 maiores cidades da Paraíba no quesito populacional, do melhor para o menos favorável IDL.

- 68^a: Cajazeiras;
- 71^a: Patos;
- 118^a: João Pessoa;
- 134^a: Sousa;
- 141^a: Guarabira;
- 147^a: Mamanguape;
- 209^a: Campina Grande;

⁸<https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/08/20/desertificacao-atinge-13percent-do-semiarido-brasileiro-e-ameaca-conservacao-da-caatinga.ghtml>

⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=uLnM7LMRxxk> (link para assistir o evento)

¹⁰ <https://institutodelongevidade.org/longevidade-e-cidades/idl>



- 241^a: Santa Rita;
- 328^a: Sapé;
- 405^a: Queimadas;
- 429^a: Bayeux;
- 523^a: Cabedelo;
- 744^a: Monteiro;
- 968^a: Pombal;
- 1043^a: Catolé do Rocha;
- 2845^a: Conde;
- 3031^a: Esperança;
- 3231^a: Lagoa Seca;
- 4025^a: São Bento;
- 4030^a: Pedras de Fogo.

Essa **tendência ao envelhecimento da população** brasileira, apresenta-se como mais um desafio para que os municípios, seus gestores e lideranças se preparem para esse novo cenário demográfico, já presente, e que se intensificará no futuro, **com melhores instalações urbanísticas, acessibilidade e mercado de trabalho inclusivos**.

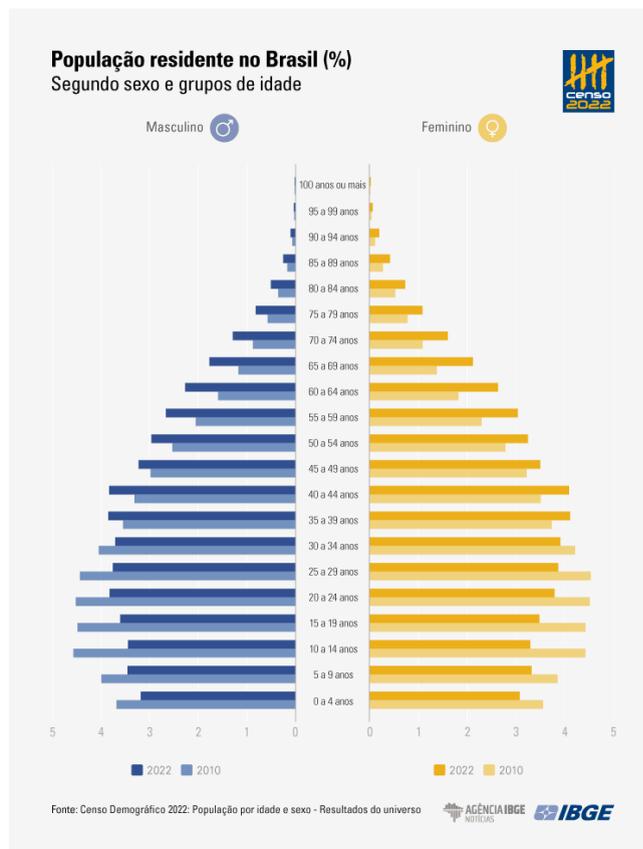
Segundo o **Censo 2022, a população com 65 anos ou mais representa 10,9% da população total**, um crescimento de 57,4% em relação ao Censo Demográfico 2010, quando representava 7,4% da população. Em 1980, o Brasil possuía 4% da população com 65 anos ou mais de idade¹¹, ou seja, a pirâmide etária está em plena transformação, vide figura abaixo.

Além disso, a Paraíba é o **“estado mais envelhecido do Nordeste”**, juntamente com o Rio Grande do Norte, conforme dados do Censo de 2022. Em João Pessoa, por exemplo, o número de idosos teve contribuição considerável para o seu aumento populacional, em 2010 a cidade tinha **74.635** idosos, e em 2022 esse número aumentou para **123.614**, um aumento de 65%¹².

¹¹ Agência IBGE

¹²<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/10/27/paraiba-tem-o-maior-indice-de-envelhecimento-do-nordeste-apon-ta-censo-2022.ghtml>

Figura 1.e - Pirâmide da população brasileira em 2010 e em 2022



Fonte: IBGE

Outro método de análise é o **Ranking de Competitividade dos Estados e Municípios**¹³, uma ferramenta que auxilia os gestores e líderes na tomada de decisão, com foco nas cidades para um desenvolvimento sustentável. A quinta edição, lançada em **2024**, avalia 404 municípios (aqueles com população acima de 80 mil habitantes, de acordo com o Censo 2022), composto por 65 indicadores, organizados em 13 pilares temáticos e 3 dimensões: instituições, sociedade e economia. Foi utilizado critérios de valores mínimo (zero) e máximo (100) na normalização dos indicadores. No Estado da Paraíba somente 5 cidades foram avaliadas, as quais estão dispostas a seguir:

- **João Pessoa:** 157^a posição na colocação geral do país (subiu 4 posições em relação à 2023) e 4^a posição na colocação do Nordeste. Os desafios que enfrenta são nas áreas de: qualidade da educação e saúde, acesso à saúde, telecomunicações, segurança e meio ambiente. Já os potenciais (áreas de

¹³ <https://municipios.rankingdecompetitividade.org.br/quem-somos>

- destaque) do município são: sustentabilidade fiscal, funcionamento da máquina pública, saneamento, capital humano, inovação e dinamismo econômico, acesso a educação e inserção econômica¹⁴.
- **Campina Grande:** 232^a posição na colocação geral do país (desceu 36 posições em relação à 2023) e 13^a posição na colocação do Nordeste. Os desafios que enfrenta são nas áreas de: sustentabilidade fiscal, segurança, acesso à saúde, telecomunicações, funcionamento da máquina pública e inserção econômica. Já os potenciais do município são: saneamento, capital humano, inovação e dinamismo econômico, acesso à educação, qualidade da educação e saúde, além do meio ambiente.
 - **Patos:** 282^a posição na colocação geral do país (desceu 31 posições em relação à 2023) e 29^a posição na colocação do Nordeste. Os desafios que enfrenta são nas áreas de: sustentabilidade fiscal, segurança, inovação e dinamismo econômico, qualidade da saúde e educação, além da inserção econômica. Já os potenciais do município são: capital humano, telecomunicações, meio ambiente, acesso à saúde e educação, funcionamento da máquina pública, e saneamento.
 - **Santa Rita:** 388^a posição na colocação geral do país (subiu 3 posições em relação à 2023) e 84^a posição na colocação do Nordeste. Os desafios que enfrenta são nas áreas de: capital humano, qualidade da educação, inovação e dinamismo econômico, sustentabilidade fiscal, saneamento e acesso à educação. Os potenciais do município são: capital humano, telecomunicações, meio ambiente, segurança, acesso à saúde, inserção econômica, qualidade da saúde e funcionamento da máquina pública.
 - **Bayeux:** 396^a posição na colocação geral do país (subiu 2 posições em relação à 2023) e 88^a posição na colocação do Nordeste. Os desafios que enfrenta são nas áreas de: funcionamento da máquina pública, qualidade da educação e da saúde, inovação e dinamismo econômico, sustentabilidade fiscal e saneamento. Os potenciais do município são: capital humano,

¹⁴ Para saber mais sobre cada área analisada e metodologia de produção dos dados, acessar: <https://municipios rankingdecompetitividade.org.br/>

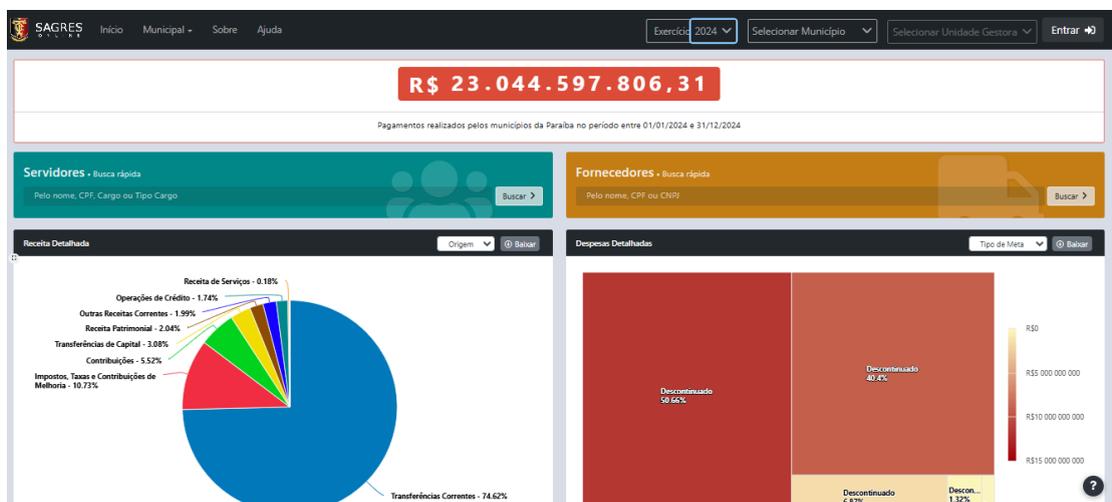
telecomunicações, meio ambiente, segurança, acesso à saúde e educação, assim como a inserção econômica.

2. RECEITAS E DESPESAS

Receitas são impostos, taxas e contribuições que são arrecadados para custear despesas e investimentos na esfera governamental, enquanto as **despesas** são gastos com a aquisição de produtos e serviços, com contratação de obras e compras governamentais¹⁵.

No que refere às **despesas, segundo o SAGRES ONLINE**, dos 223 municípios, em **2024**, foi realizado (pago) **R\$23,04 bilhões**. E no **ano de 2023, R\$20,96 bilhões**, um crescimento nominal de **11,64%**. Observa-se, ainda, que **74,72%** das **receitas** dos municípios são de **Transferências Correntes**¹⁶ (**R\$17,36 bilhões**), conforme figura a seguir¹⁷:

Figura 2.a - Pagamentos realizados pelos municípios da Paraíba no período entre 01/01/2024 e 31/12/2024 (acesso 20/05/2025)



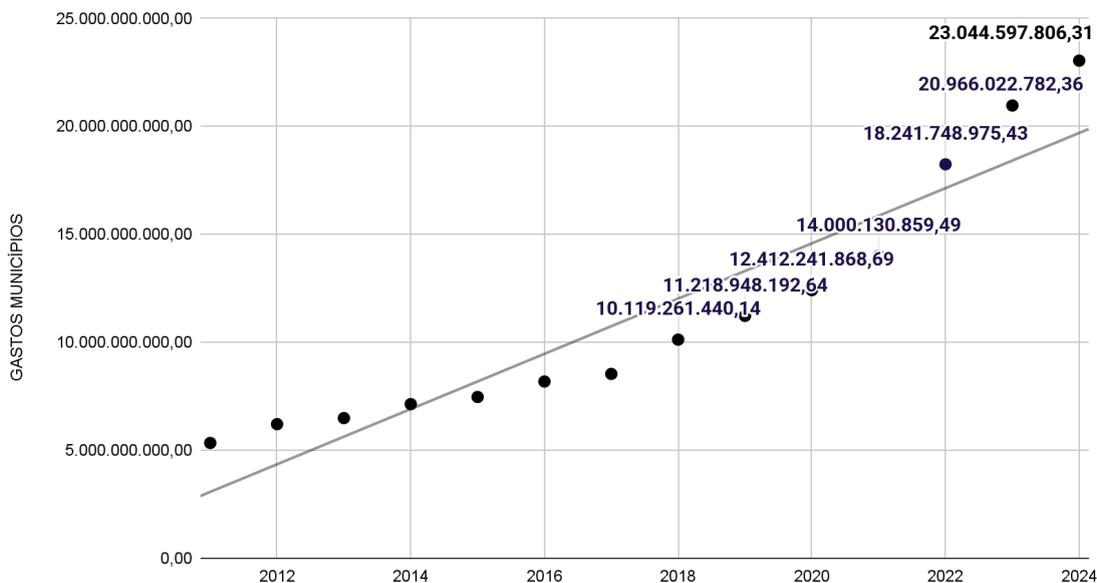
Fonte: SAGRES TCE PB (<https://sagresonline.tce.pb.gov.br/#/municipal/inicio>)

¹⁵ <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/receitas-e-despesas>

¹⁶ **Receita de Transferências Correntes:** são provenientes do recebimento de recursos financeiros de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento que não impliquem contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou essa transferência (Site do Congresso Nacional)

¹⁷ Fonte: SAGRES (Dados disponíveis até 19/05/2025)

Gráfico 2.a - Gastos municipais a preços concorrentes (2011 - 2024)



Fonte: SAGRES ONLINE acesso 20/05/2025

Quanto ao **valor investido**, nos 223 municípios (obras e instalações/equipamentos e material permanente), o montante chegou a **R\$2,25 bilhões**, o que equivale a **9,78 %** das despesas. Em **2023**, havia sido investido **10,54%**, ou seja, **houve uma queda no investimento** de quase **0,76%** em relação à despesa (paga), de acordo com o Sagres (acesso em 20/05/2025).

No que se refere às despesas na **Função Saúde**, segundo o SAGRES¹⁸, os **223** municípios, em **2024**, gastaram em torno de **R\$6,16 bilhões**. Já em **2023**, esse montante foi de **R\$5,21 bilhões**. Com relação às duas maiores, João Pessoa gastou (valor liquidado) **R\$1,24 bilhões** e Campina Grande, **R\$718,50 milhões**. Um gasto per capita que gira em torno de **R\$1.395/habitante** e **R\$1.629/habitante**, respectivamente. Interessante perceber que as duas cidades são as que mais pactuam na saúde para atendimento de pacientes de outros municípios paraibanos.

Quanto às aplicações em **ASPS - Aplicações em Serviços Públicos de Saúde**, em **2024**, nos vinte maiores municípios, a média foi em torno de **20,30%**.

¹⁸ <https://sagresonline.tce.pb.gov.br/#/municipal/inicio>

Figura 2.b - Aplicações em Serviços Públicos de Saúde (ASPS) no ano de 2024

Município	Base de Cálculo ASPS	Despesas com ASPS	Percentual de Aplicação
João Pessoa	R\$ 2.580.066.819,82	R\$ 606.370.324,17	23,50
Campina Grande	R\$ 860.234.040,31	R\$ 254.902.977,13	29,63
Cabedelo	R\$ 353.913.968,80	R\$ 85.165.751,49	24,06
Santa Rita	R\$ 322.128.499,57	R\$ 71.457.799,92	22,18
Patos	R\$ 199.495.378,20	R\$ 31.902.357,11	15,99
Bayeux	R\$ 159.886.456,90	R\$ 28.782.795,53	18,00
Cajazeiras	R\$ 138.073.667,79	R\$ 22.941.665,34	16,61
Sousa	R\$ 131.399.673,91	R\$ 22.117.500,40	16,83
Guarabira	R\$ 115.171.872,72	R\$ 19.655.919,69	17,06
Conde	R\$ 115.128.191,26	R\$ 18.227.627,14	15,83
Mamanguape	R\$ 97.344.093,63	R\$ 14.709.620,68	15,11
Sapé	R\$ 94.643.573,05	R\$ 16.758.138,88	17,70
Queimadas	R\$ 92.434.755,63	R\$ 23.317.080,32	25,22
São Bento	R\$ 76.999.648,70	R\$ 20.884.986,18	27,12
Pedras de Fogo	R\$ 74.087.517,90	R\$ 18.331.893,07	24,74
Esperança	R\$ 71.967.195,70	R\$ 7.045.542,31	9,78
Monteiro	R\$ 68.616.751,33	R\$ 16.515.872,84	24,06
Catolé do Rocha	R\$ 68.168.888,30	R\$ 12.340.057,29	18,10
Pombal	R\$ 67.631.823,56	R\$ 13.098.995,11	19,36
Lagoa Seca	R\$ 56.456.546,64	R\$ 14.226.693,37	25,19
Totalizadores	R\$ 5.743.849.363,72	R\$ 1.318.753.597,97	20,30

Fonte: Observatório de Dados TCE PB, acesso em 20/05/25 ([TCE PB - Observatório de Dados](#))

No que se refere às despesas na **Função Educação**, segundo o SAGRES¹⁹, os **223** municípios, em **2024**, gastaram **R\$7,05 bilhões**. Já em **2023**, o montante gasto foi de **R\$5,98 bilhões**. Com relação às duas maiores, João Pessoa gastou (valor liquidado) **R\$837,50 milhões** e Campina Grande, **R\$434,06 milhões**. Um gasto per capita (po população total) de aproximadamente **R\$942/habitante** e **R\$984/habitante**, respectivamente.

Quanto às aplicações em **MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**, em 2024, nos vinte maiores municípios, a média está em 25,21%.

¹⁹ <https://sagresonline.tce.pb.gov.br/#/municipal/inicio> - acesso 11/03/2024



Figura 2.c - Aplicações em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) 2024

Município	Aplicações em MDE	Receitas Impostos e Transferências	Percentual Aplicação MDE
João Pessoa	R\$ 686.033.002,01	R\$ 2.668.502.646,85	25,71
Campina Grande	R\$ 222.193.386,85	R\$ 880.469.994,33	25,24
Cabedelo	R\$ 100.084.518,69	R\$ 360.821.637,66	27,74
Santa Rita	R\$ 86.738.472,82	R\$ 341.788.453,15	25,38
Patos	R\$ 52.669.828,97	R\$ 208.711.383,58	25,24
Cajazeiras	R\$ 35.872.379,73	R\$ 142.043.113,29	25,25
Guarabira	R\$ 34.943.628,15	R\$ 121.507.876,42	28,76
Bayeux	R\$ 33.613.864,82	R\$ 159.886.456,90	21,02
Conde	R\$ 29.878.217,00	R\$ 119.160.193,62	25,07
Sapé	R\$ 26.030.860,37	R\$ 99.874.000,81	26,06
Mamanguape	R\$ 24.552.310,44	R\$ 103.104.096,98	23,81
Queimadas	R\$ 24.449.748,61	R\$ 98.194.758,98	24,90
Sousa	R\$ 23.988.121,76	R\$ 138.311.677,94	17,34
São Bento	R\$ 21.204.514,87	R\$ 81.607.651,39	25,98
Catolé do Rocha	R\$ 20.772.623,10	R\$ 72.776.890,99	28,54
Monteiro	R\$ 20.402.932,08	R\$ 73.224.754,02	27,86
Pedras de Fogo	R\$ 19.924.119,80	R\$ 78.119.520,26	25,50
Pombal	R\$ 18.435.468,24	R\$ 72.239.826,25	25,52
Esperança	R\$ 16.723.813,35	R\$ 73.809.437,47	22,66
Lagoa Seca	R\$ 16.047.375,59	R\$ 60.488.549,00	26,53
Totalizadores	R\$ 1.514.559.187,25	R\$ 5.954.642.919,89	25,21

Fonte: Observatório de Dados TCE PB, acesso em 20/05/2025 ([TCE PB - Observatório de Dados](#))

Quanto à **execução orçamentária**, para os vinte maiores municípios do estado, vide figura a seguir:

Figura 2.d - Execução Orçamentária do ano de 2024

Município	Receita Orçamentária	Despesa Orçamentária	Resultado	Índice
João Pessoa	R\$ 4.427.891.173,76	R\$ 4.314.724.797,18	R\$ 13.432.754,46	1,00
Campina Grande	R\$ 1.838.940.524,00	R\$ 1.870.953.147,56	-R\$ 68.025.974,23	0,96
Cabedelo	R\$ 528.827.723,13	R\$ 489.502.065,95	R\$ 19.064.599,67	1,04
Santa Rita	R\$ 513.636.183,89	R\$ 508.957.825,73	-R\$ 10.798.493,70	0,98
Patos	R\$ 446.165.544,32	R\$ 406.244.260,09	R\$ 29.675.406,64	1,07
Bayeux	R\$ 329.002.704,46	R\$ 326.122.137,42	-R\$ 6.777.694,61	0,98
Cajazeiras	R\$ 300.370.117,87	R\$ 290.698.881,20	R\$ 1.010.568,22	1,00
Sousa	R\$ 273.410.509,95	R\$ 270.798.508,71	-R\$ 5.913.284,12	0,98
Guarabira	R\$ 235.674.916,07	R\$ 212.361.738,63	R\$ 16.716.612,28	1,08
Queimadas	R\$ 233.960.278,20	R\$ 207.515.914,81	R\$ 22.842.323,54	1,11
Conde	R\$ 220.657.041,26	R\$ 189.234.523,95	R\$ 23.936.758,77	1,12
São Bento	R\$ 211.663.895,08	R\$ 195.016.115,52	R\$ 13.086.521,60	1,07
Sapé	R\$ 200.925.789,11	R\$ 213.300.782,22	-R\$ 17.874.380,43	0,92
Mamanguape	R\$ 199.734.985,32	R\$ 196.410.324,13	-R\$ 2.897.634,30	0,99
Esperança	R\$ 181.922.429,56	R\$ 178.465.053,19	-R\$ 836.830,17	1,00
Pedras de Fogo	R\$ 177.455.818,80	R\$ 167.740.553,08	R\$ 5.157.004,35	1,03
Monteiro	R\$ 168.818.886,44	R\$ 166.608.120,72	-R\$ 2.269.148,40	0,99
Pombal	R\$ 150.062.560,80	R\$ 147.253.933,63	-R\$ 1.720.235,84	0,99
Catolé do Rocha	R\$ 131.730.992,57	R\$ 122.924.457,68	R\$ 4.522.959,11	1,04
Lagoa Seca	R\$ 130.194.860,95	R\$ 125.016.191,60	R\$ 2.083.522,90	1,02
Totalizadores	R\$ 10.901.046.935,54	R\$ 10.599.849.333,01	R\$ 34.415.355,73	

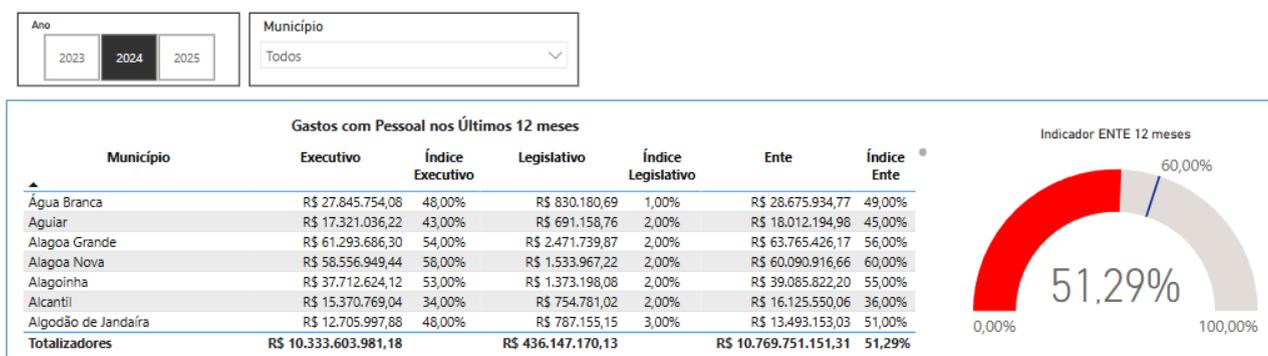
Fonte: Observatório de Dados TCE PB, acesso em 20/05/2025 ([TCE PB - Observatório de Dados](#))

Quanto aos limites com gastos de pessoal, segundo a LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) do município, que é de no máximo **60%**, para os municípios, segundo os critérios a seguir:

- **Limite Prudencial:** Quando os gastos atingem **95%** do limite estabelecido, o município precisa tomar medidas para reduzir esses gastos, como diminuir despesas com cargos em comissão e funções de confiança, entre outras ações.
- **Limite de Alerta:** Quando os gastos atingem **90%** do limite estabelecido, o município deve ficar em alerta, pois está se aproximando do limite prudencial.
- **Limite Máximo:** O limite máximo de gastos com pessoal é de **60%** da RCL para os municípios. Se ultrapassado, o município está em desacordo com a LRF e pode sofrer sanções, como a impossibilidade de realizar novas despesas com pessoal, contratar pessoal, entre outras restrições.

Segundo o Observatório de Dados, os municípios paraibanos (223) gastavam em média **51,29% com pessoal (acesso em 20/05/2025), em relação à RCL**, vide quadro a seguir:

Figura 2.e - Receita Corrente Líquida (RCL) dos municípios paraibanos em 2024



Fonte: Observatório de Dados TCE PB, acesso em 20/05/2025 ([TCE PB - Observatório de Dados](#))

Ainda em relação a Pessoal, em 2024, os **223** municípios tinham **em seus quadros: 95.925** funcionários Efetivos; **75.588** contratados por excepcional interesse; **33.646** comissionados e **31.194** Inativos/Pensionista; **4.571** Eletivos (e outros), totalizando **240.924** vínculos.

Quanto aos municípios com **Regime Próprio de Previdência (RPPS)**, na Paraíba o montante chega a 70, o TCE disponibiliza o acompanhamento da evolução do saldo previdenciário e **índice de sustentabilidade previdenciária**, de acordo com o Observatório de Dados.²⁰

O Tribunal de Contas também publicou estudo que analisa a gestão previdenciária no Estado da Paraíba, relativa aos últimos cinco anos (2018-2022), vide doc. https://tce.pb.gov.br/upload-files/publicacoes/gps_PB.pdf.

A seguir, apresenta-se o resumo das **Emendas Finalidade Definida (CFD) pela União e Transferências Especiais pela União**, para os 20 municípios em destaque nesse estudo.

Figura 2.f - Panorama das emendas com finalidade definida (CFD) em 2024

Nome do Município	Emendas CFD STN	Emendas CFD Sagres	Diferença CFD	Gastos Registrados	Diferença entre Recursos Transferidos (STN) e Gastos (SAGRES)
João Pessoa	32.630.493,32	31.805.115,56	825.377,76	24.034.112,58	8.596.380,74
Campina Grande	27.242.755,81	27.242.755,81	0,00	5.806.723,32	21.436.032,49
Cabedelo	12.505.918,00	0,00	12.505.918,00	0,00	12.505.918,00
Lagoa Seca	7.380.589,46	7.380.589,46	0,00	0,00	7.380.589,46
Bayeux	7.214.433,00	10.234.433,00	-3.020.000,00	9.564.351,78	-2.349.918,78
Patos	6.850.000,00	6.850.000,00	0,00	1.976.240,60	4.873.759,40
Cajazeiras	6.142.753,14	6.142.753,14	0,00	0,00	6.142.753,14
Mamanguape	5.789.000,00	3.539.000,00	2.250.000,00	139.000,00	5.650.000,00
Monteiro	5.416.424,00	5.416.424,00	0,00	0,00	5.416.424,00
Conde	4.928.824,00	7.528.824,00	-2.600.000,00	0,00	4.928.824,00
São Bento	4.912.415,75	4.912.415,75	0,00	0,00	4.912.415,75
Sapé	4.388.752,83	2.332.592,59	2.056.160,24	114.260,61	4.274.492,22
Catolé do Rocha	4.304.029,00	100.000,00	4.204.029,00	0,00	4.304.029,00
Santa Rita	3.950.000,00	300.000,00	3.650.000,00	524.159,33	3.425.840,67
Esperança	3.665.762,44	0,00	3.665.762,44	268,49	3.665.493,95
Sousa	2.888.352,00	0,00	2.888.352,00	0,00	2.888.352,00
Queimadas	2.388.856,00	2.388.856,00	0,00	181.006,09	2.207.849,91
Pombal	2.250.000,00	2.250.000,00	0,00	1.440.932,30	809.067,70
Pedras de Fogo	1.409.120,00	1.409.120,00	0,00	851.824,00	557.296,00
Guarabira	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00	867.523,85	382.476,15
Totalizadores	147.508.478,75	121.082.879,31	26.425.599,44	45.500.402,95	102.008.075,80

Fonte: Observatório de Dados TCE PB, acesso em 20/05/2025 ([TCE PB - Observatório de Dados](https://tce.pb.gov.br/observatorio-dados))

²⁰ <https://tce.pb.gov.br/observatorio-sagres/>



Figura 2.g - Panorama das transferências especiais da união 2024

Nome do Município	Transf. Especiais STN	Transf. Especiais Sagres	Dif. Transf. Especial	Gastos Registrados	Diferença entre Recursos Transferidos (STN) e Gastos (SAGRES)
Patos	4.300.585,00	4.300.585,00	0,00	5.331.035,72	-1.030.450,72
Cabedelo	3.135.585,00	3.135.585,00	0,00	100.000,00	3.035.585,00
Campina Grande	2.900.000,00	2.900.000,00	0,00	105.209,17	2.794.790,83
Conde	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	1.275.243,96	24.756,04
Cajazeiras	1.005.000,00	1.005.000,00	0,00	1.617.440,26	-612.440,26
Bayeux	1.000.000,00	1.340.290,85	-340.290,85	1.202.989,64	-202.989,64
Guarabira	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	312.773,02	687.226,98
Pombal	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	498.717,39	501.282,61
São Bento	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Catolé do Rocha	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00
Esperança	700.000,00	900.000,00	-200.000,00	0,00	700.000,00
Mamanguape	600.000,00	600.000,00	0,00	1.268.280,56	-668.280,56
Monteiro	500.000,00	500.000,00	0,00	221.918,12	278.081,88
Sapé	500.000,00	1.440.000,00	-940.000,00	3.215.795,10	-2.715.795,10
João Pessoa	480.000,00	1.255.377,76	-775.377,76	3.088.906,78	-2.608.906,78
Lagoa Seca	400.000,00	400.000,00	0,00	1.321.666,71	-921.666,71
Santa Luzia	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00
Sousa	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00
Pedras de Fogo	0,00	0,00	0,00	510.301,05	-510.301,05
Queimadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totalizadores	21.201.170,00	23.376.838,61	-2.175.668,61	20.070.277,48	1.130.892,52

Fonte: Observatório de Dados TCE PB, acesso em 20/05/2025 ([TCE PB - Observatório de Dados](#))

3. OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS

Em 2015, a **ONU - Organização das Nações Unidas** apresentou aos países-membros uma agenda para o desenvolvimento sustentável, com o propósito de estabelecer metas, prazos e compromissos para o enfrentamento dos principais problemas globais. A **Agenda 2030** foi assinada por autoridades dos 193 Estados-Membros da Organização das Nações Unidas (ONU), incluindo o Brasil, o acordo logo se apresentou como uma ambiciosa agenda comum para nações de todos os continentes²¹.

Com o propósito de promover universalmente a prosperidade econômica, o desenvolvimento social e a proteção ambiental, a Agenda 2030 trata de questões que requerem a participação ativa de todos – governos, sociedade civil e setor privado, com aspecto abrangente e integrado de **17 objetivos e 169 metas**. No ano de 2024, no Brasil, foi adicionado um novo objetivo, o 18º (que será discutido adiante).

²¹ <https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/agenda2030>

Afinal, como implementar e levar os **ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável** para o nível local, onde as mudanças, políticas e investimentos também são fundamentais para o seu cumprimento? Como traduzir os compromissos definidos pela ONU em metas e indicadores monitoráveis, capazes de serem medidos e comparados ao longo do tempo, de modo que se possa acompanhar e avaliar a sua evolução?²²

Os **ODS podem ser incorporados à pauta de trabalho dos Tribunais de Contas**, em especial, para contribuir na: *Avaliação do Cumprimento dos ODS - Transparência e Responsabilidade, Capacitação, Treinamento e Monitoramento da Sustentabilidade Fiscal*²³.

Neste trabalho, utilizou-se para efeito de avaliação, o *Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - IDSC Brasil*, no qual as cidades estão classificadas pela pontuação geral, que mede o progresso total para o cumprimento dos ODS. A pontuação varia de 0 a 100, sendo que 100 é o limite máximo e indica um desempenho ótimo no cumprimento dos ODS, sendo esta uma iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis (ICS), no âmbito do Programa Cidades Sustentáveis (PCS)²⁴.

Segundo a referida avaliação dos ODS, entre 2015 e 2024, **somente 683 municípios brasileiros evoluíram** com relação à Agenda 2030 (12,3% dos municípios brasileiros). **A maioria piorou ou estagnou, o que é um ponto crítico de atenção para as gestões municipais.**

Figura 3.a - Evolução dos municípios brasileiros quanto aos ODS



Fonte: <https://doity.com.br/i-seminario-trajetoria-dos-ods-no-estado-da-paraiba/informaco>

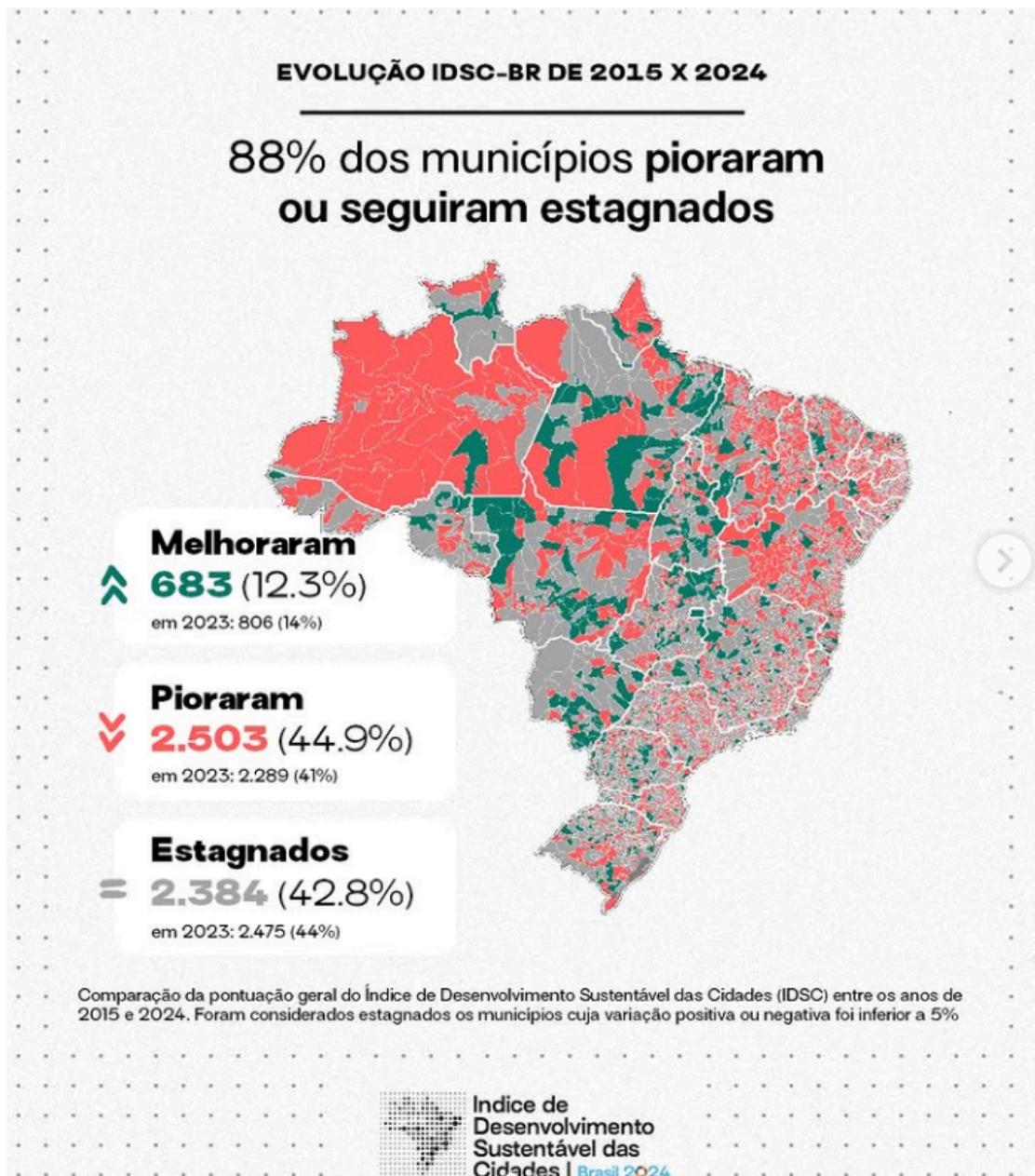
es

²² Escrito pelo ChatGPT e revisado por Auditor responsável

²³ Escrito pelo ChatGPT e revisado por Auditor responsável

²⁴ A metodologia do IDSC-BR foi elaborada pela rede SDSN (UN Sustainable Development Solution Network), lançada em 2012, uma iniciativa que nasceu dentro da própria ONU para mobilizar conhecimentos técnicos e científicos da academia, da sociedade civil e do setor privado no apoio de soluções em escalas locais, nacionais e globais.

Figura 3.b - Evolução dos municípios brasileiros quanto aos ODS



Fonte: IDSC, Instagram: @programacidadessustentaveis

Figura 3.c - ODS nas 20 maiores cidades da Paraíba



João Pessoa (PB)



VISÃO GERAL INDICADORES RADAR DOS ODS EVOLUÇÃO DOS ODS

Geral

PONTUAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
51,47 DE 100	1.366 DE 5570	MÉDIO

Avaliação Atual

Clique em um objetivo para ver mais informações.



Nível de Desenvolvimento Sustentável: ● Muito alto - 80 a 100 ● Alto - 60 a 79,99 ● Médio - 50 a 59,99 ● Baixo - 40 a 49,99 ● Muito baixo - 0 a 39,99

ⓘ Informações indisponíveis

Campina Grande (PB)



VISÃO GERAL INDICADORES RADAR DOS ODS EVOLUÇÃO DOS ODS

Geral

PONTUAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
51,09 DE 100	1.479 DE 5570	MÉDIO

Avaliação Atual

Clique em um objetivo para ver mais informações.



Nível de Desenvolvimento Sustentável: ● Muito alto - 80 a 100 ● Alto - 60 a 79,99 ● Médio - 50 a 59,99 ● Baixo - 40 a 49,99 ● Muito baixo - 0 a 39,99

ⓘ Informações indisponíveis

Santa Rita (PB)



VISÃO GERAL INDICADORES RADAR DOS ODS EVOLUÇÃO DOS ODS

Geral

PONTUAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
39,02 DE 100	4.869 DE 5570	MUITO BAIXO

Avaliação Atual

Clique em um objetivo para ver mais informações.



Nível de Desenvolvimento Sustentável: ● Muito alto - 80 a 100 ● Alto - 60 a 79,99 ● Médio - 50 a 59,99 ● Baixo - 40 a 49,99 ● Muito baixo - 0 a 39,99

ⓘ Informações indisponíveis

Patos (PB)



VISÃO GERAL INDICADORES RADAR DOS ODS EVOLUÇÃO DOS ODS

Geral

PONTUAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
46,46 DE 100	2.844 DE 5570	BAIXO

Avaliação Atual

Clique em um objetivo para ver mais informações.



Nível de Desenvolvimento Sustentável: ● Muito alto - 80 a 100 ● Alto - 60 a 79,99 ● Médio - 50 a 59,99 ● Baixo - 40 a 49,99 ● Muito baixo - 0 a 39,99

ⓘ Informações indisponíveis

Bayeux (PB)



VISÃO GERAL INDICADORES RADAR DOS ODS EVOLUÇÃO DOS ODS

Geral

PONTUAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
38,80 DE 100	4.905 DE 5570	MUITO BAIXO

Avaliação Atual

Clique em um objetivo para ver mais informações.



Nível de Desenvolvimento Sustentável: ● Muito alto - 80 a 100 ● Alto - 60 a 79,99 ● Médio - 50 a 59,99 ● Baixo - 40 a 49,99 ● Muito baixo - 0 a 39,99

ⓘ Informações indisponíveis

Cabedelo (PB)



VISÃO GERAL INDICADORES RADAR DOS ODS EVOLUÇÃO DOS ODS

Geral

PONTUAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
45,43 DE 100	3.138 DE 5570	BAIXO

Avaliação Atual

Clique em um objetivo para ver mais informações.



Nível de Desenvolvimento Sustentável: ● Muito alto - 80 a 100 ● Alto - 60 a 79,99 ● Médio - 50 a 59,99 ● Baixo - 40 a 49,99 ● Muito baixo - 0 a 39,99

ⓘ Informações indisponíveis

Sousa (PB)



VISÃO GERAL INDICADORES RADAR DOS ODS EVOLUÇÃO DOS ODS

Geral

PONTUAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
38,95 DE 100	4.875 DE 5570	MUITO BAIXO

Avaliação Atual

Clique em um objetivo para ver mais informações.



Nível de Desenvolvimento Sustentável: ● Muito alto - 80 a 100 ● Alto - 60 a 79,99 ● Médio - 50 a 59,99 ● Baixo - 40 a 49,99 ● Muito baixo - 0 a 39,99

ⓘ Informações indisponíveis

Cajazeiras (PB)



VISÃO GERAL INDICADORES RADAR DOS ODS EVOLUÇÃO DOS ODS

Geral

PONTUAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
49,23 DE 100	2.005 DE 5570	BAIXO

Avaliação Atual

Clique em um objetivo para ver mais informações.



Nível de Desenvolvimento Sustentável: ● Muito alto - 80 a 100 ● Alto - 60 a 79,99 ● Médio - 50 a 59,99 ● Baixo - 40 a 49,99 ● Muito baixo - 0 a 39,99

ⓘ Informações indisponíveis

Guarabira (PB)

NÉGO

VISÃO GERAL INDICADORES RADAR DOS ODS EVOLUÇÃO DOS ODS

Geral

Clique em uma avaliação para ver mais informações.

PONTUAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
48,98 DE 100	2.068 DE 5570	BAIXO

Avaliação Atual

Clique em um objetivo para ver mais informações.



Nível de Desenvolvimento Sustentável: ● Muito alto - 80 a 100 ● Alto - 60 a 79,99 ● Médio - 50 a 59,99 ● Baixo - 40 a 49,99 ● Muito baixo - 0 a 39,99
 ⓘ Informações indisponíveis

Sapé (PB)

NÉGO

VISÃO GERAL INDICADORES RADAR DOS ODS EVOLUÇÃO DOS ODS

Geral

Clique em uma avaliação para ver mais informações.

PONTUAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
42,14 DE 100	4.078 DE 5570	BAIXO

Avaliação Atual

Clique em um objetivo para ver mais informações.



Nível de Desenvolvimento Sustentável: ● Muito alto - 80 a 100 ● Alto - 60 a 79,99 ● Médio - 50 a 59,99 ● Baixo - 40 a 49,99 ● Muito baixo - 0 a 39,99
 ⓘ Informações indisponíveis

Queimadas (PB)

NÉGO

VISÃO GERAL INDICADORES RADAR DOS ODS EVOLUÇÃO DOS ODS

Geral

Clique em uma avaliação para ver mais informações.

PONTUAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
46,60 DE 100	2.794 DE 5570	BAIXO

Avaliação Atual

Clique em um objetivo para ver mais informações.



Nível de Desenvolvimento Sustentável: ● Muito alto - 80 a 100 ● Alto - 60 a 79,99 ● Médio - 50 a 59,99 ● Baixo - 40 a 49,99 ● Muito baixo - 0 a 39,99
 ⓘ Informações indisponíveis

Mamanguape (PB)

NÉGO

VISÃO GERAL INDICADORES RADAR DOS ODS EVOLUÇÃO DOS ODS

Geral

Clique em uma avaliação para ver mais informações.

PONTUAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
40,93 DE 100	4.408 DE 5570	BAIXO

Avaliação Atual

Clique em um objetivo para ver mais informações.



Nível de Desenvolvimento Sustentável: ● Muito alto - 80 a 100 ● Alto - 60 a 79,99 ● Médio - 50 a 59,99 ● Baixo - 40 a 49,99 ● Muito baixo - 0 a 39,99
 ⓘ Informações indisponíveis

Pombal (PB)

NÉGO

VISÃO GERAL INDICADORES RADAR DOS ODS EVOLUÇÃO DOS ODS

Geral

Clique em uma avaliação para ver mais informações.

PONTUAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
42,74 DE 100	3.915 DE 5570	BAIXO

Avaliação Atual

Clique em um objetivo para ver mais informações.



Nível de Desenvolvimento Sustentável: ● Muito alto - 80 a 100 ● Alto - 60 a 79,99 ● Médio - 50 a 59,99 ● Baixo - 40 a 49,99 ● Muito baixo - 0 a 39,99
 ⓘ Informações indisponíveis

Monteiro (PB)

NÉGO

VISÃO GERAL INDICADORES RADAR DOS ODS EVOLUÇÃO DOS ODS

Geral

Clique em uma avaliação para ver mais informações.

PONTUAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
47,48 DE 100	2.517 DE 5570	BAIXO

Avaliação Atual

Clique em um objetivo para ver mais informações.



Nível de Desenvolvimento Sustentável: ● Muito alto - 80 a 100 ● Alto - 60 a 79,99 ● Médio - 50 a 59,99 ● Baixo - 40 a 49,99 ● Muito baixo - 0 a 39,99
 ⓘ Informações indisponíveis

São Bento (PB)

NÉGO

VISÃO GERAL INDICADORES RADAR DOS ODS EVOLUÇÃO DOS ODS

Geral

Clique em uma avaliação para ver mais informações.

PONTUAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
45,71 DE 100	3.067 DE 5570	BAIXO

Avaliação Atual

Clique em um objetivo para ver mais informações.



Nível de Desenvolvimento Sustentável: ● Muito alto - 80 a 100 ● Alto - 60 a 79,99 ● Médio - 50 a 59,99 ● Baixo - 40 a 49,99 ● Muito baixo - 0 a 39,99
 ⓘ Informações indisponíveis

Esperança (PB)

NÉGO

VISÃO GERAL INDICADORES RADAR DOS ODS EVOLUÇÃO DOS ODS

Geral

Clique em uma avaliação para ver mais informações.

PONTUAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
43,65 DE 100	3.661 DE 5570	BAIXO

Avaliação Atual

Clique em um objetivo para ver mais informações.



Nível de Desenvolvimento Sustentável: ● Muito alto - 80 a 100 ● Alto - 60 a 79,99 ● Médio - 50 a 59,99 ● Baixo - 40 a 49,99 ● Muito baixo - 0 a 39,99
 ⓘ Informações indisponíveis



Catolé do Rocha (PB)

NÉGO

Pedras de Fogo (PB)

NÉGO

VISÃO GERAL INDICADORES RADAR DOS ODS EVOLUÇÃO DOS ODS

VISÃO GERAL INDICADORES RADAR DOS ODS EVOLUÇÃO DOS ODS



Conde (PB)

NÉGO

Lagoa Seca (PB)

NÉGO

VISÃO GERAL INDICADORES RADAR DOS ODS EVOLUÇÃO DOS ODS

VISÃO GERAL INDICADORES RADAR DOS ODS EVOLUÇÃO DOS ODS



Fonte: IDSC BR

No ranking geral de desempenho dos ODS, entre as 20 melhores colocadas no Estado da Paraíba, tem-se por destaque a cidade de **Frei Martinho**, situada na região da Borborema, em primeiro lugar. Em segundo, a cidade de João Pessoa e em terceiro, Campina Grande, vide a figura a seguir.

Figura 3.d - Municípios da Paraíba com melhor pontuação dos ODS

Classificação↑	Cidade	Estado	Pontuação	Desempenho por ODS
827	Frei Martinho	PB	53,94	
1366	João Pessoa	PB	51,47	
1479	Campina Grande	PB	51,09	
1486	Matinhas	PB	51,03	
1636	Maturéia	PB	50,56	
1896	Gurjão	PB	49,60	
1919	Riachão	PB	49,54	
1956	Caraúbas	PB	49,40	
2004	Emas	PB	49,24	
2005	Cajazeiras	PB	49,23	
2068	Guarabira	PB	48,98	
2084	Carrapateira	PB	48,94	
2128	Vista Serrana	PB	48,76	
2374	Várzea	PB	47,92	
2439	São Sebastião do Umbuzeiro	PB	47,72	
2446	Areia de Baraúnas	PB	47,69	
2498	Santa Cruz	PB	47,54	
2501	Bernardino Batista	PB	47,52	
2517	Monteiro	PB	47,48	
2577	Zabelê	PB	47,26	

Fonte: IDSC BR

É importante citar que das cidades paraibanas, João Pessoa e Caraúbas são signatárias do **PCS - Programa Cidades Sustentáveis**²⁵: “O PCS é uma agenda de sustentabilidade urbana que incorpora as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural no planejamento municipal. Desde 2012, o PCS atua na sensibilização e mobilização de governos locais para a implementação de políticas públicas estruturantes, que contribuam para o enfrentamento da desigualdade social e para a construção de

²⁵ <https://www.cidadessustentaveis.org.br/inicial/home>

idades mais justas e sustentáveis.” **Possui uma base de dados com 260 indicadores**, dentre eles Ações afirmativas para a redução da desigualdade, Capacitação profissional e incentivo ao primeiro emprego, Centro municipal de monitoramento e alertas de desastres naturais, Divulgação de indicadores de sustentabilidade para o turismo, entre outros²⁶.

Observa-se ainda que as **únicas cidades paraibanas com notas acima de 50, nos ODS**, dentre os 223 municípios existentes no Estado, são: **Frei Martinho, João Pessoa, Campina Grande, Matinhas e Matureia**, na ordem do ranking paraibano.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável foram estabelecidos segundo as **Metas Globais da ONU**²⁷, vide link: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Quanto aos ODS, os mesmos variam do **ODS 1 ao ODS 17**, segundo descrição a seguir:

1. Erradicação da pobreza: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Erradicação da fome: acabar com a fome e a inanição, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Saúde e bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Igualdade de gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Água potável e saneamento: assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. Energia acessível e limpa: assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
8. Trabalho decente e crescimento econômico: promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos;
9. Inovação e infraestrutura: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação;

²⁶ <https://www.cidadessustentaveis.org.br/indicadores>

²⁷ <https://febrace.org.br/inspire-se/17-ods-da-onu/>

10. Redução das desigualdades: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. Cidades e Comunidades Sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Consumo e produção responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
13. Ação contra a mudança global do clima: tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
14. Vida na água: conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Vida terrestre: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda;
16. Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
17. Parcerias e meios de implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável;

Para maiores informações sobre a Agenda 2030, o Governo Federal disponibilizou uma cartilha << <https://heyzine.com/flip-book/513d2db71b.html#page/1> >>.

A **a criação do novo ODS** teve uma proposta de igualdade étnico-racial, focando na integração dos povos indígenas, afrodescentes e grupos populacionais afetados por múltiplas formas de discriminação. A criação desta propsta é de extrema importante, pois a população negra e os povos indígenas tem menores oportunidades de ascensão social devido a discriminação e à exclusão. As metas preliminares estão dispostas no relatório divulgado pelo governo Federal << <https://heyzine.com/flip-book/55bb4d5a81.html#page/1> >>.

Figura 3.e - ODS 18 Igualdade étnico-racial



Fonte: Google Imagens

Importante ressaltar que algumas análises do desempenho dos municípios, a partir dos ODS, podem ser prejudicadas em função da ausência de dados e da qualidade dos dados disponíveis. Isso não quer dizer que não se possa utilizar o *Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - IDSC Brasil* como forma de monitoramento de indicadores a qual permite concerber-se “um guia de prioridades para os governos locais, de acordo com os desafios identificados a partir da análise de dados”, ao contrário, ele se torna bastante útil e aplicável aos municípios paraibanos, vide metodologia <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology/>.

4. INDICADORES-CHAVES DA POPULAÇÃO, PIB, RENDA E TRABALHO

4.1 População, PIB e Renda

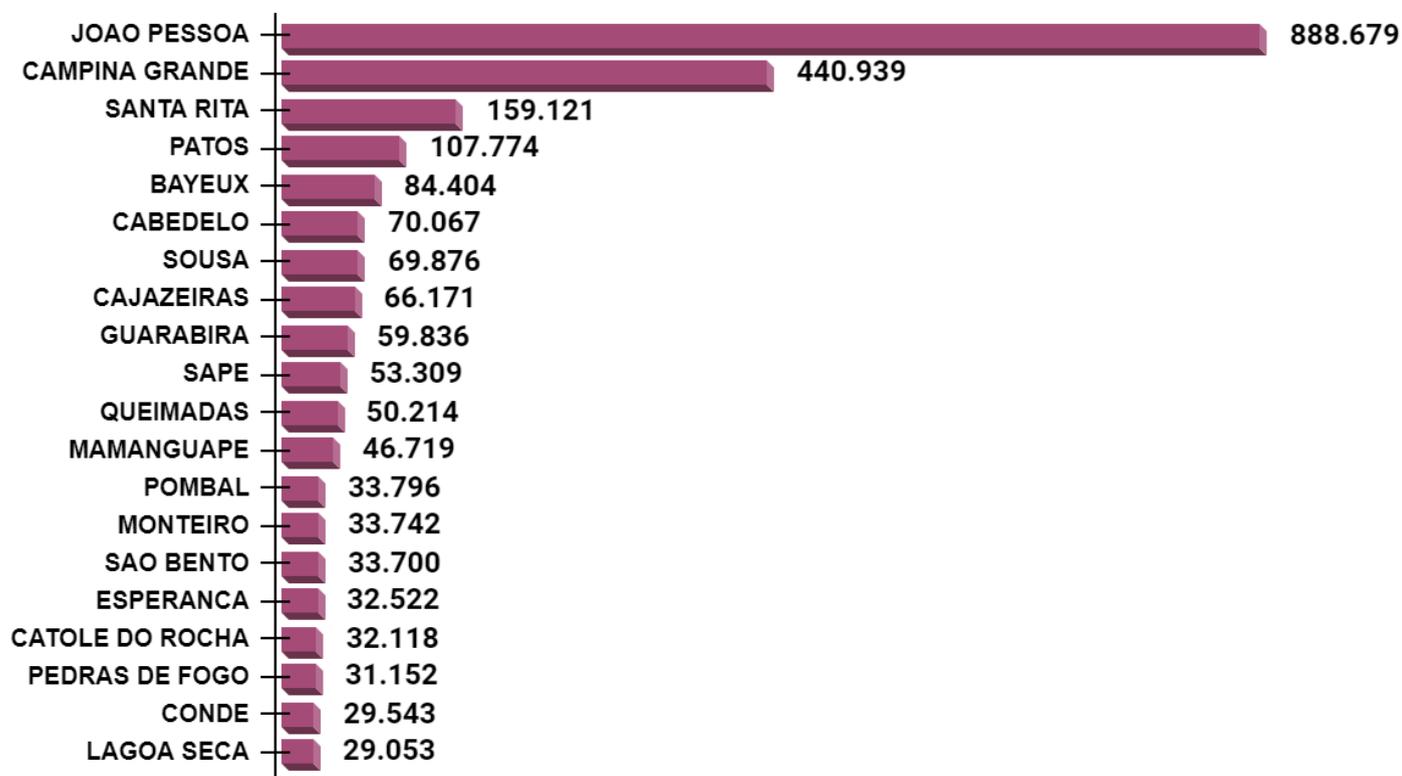
Localizada na região Nordeste, com um território de 56.467 km², a Paraíba possui uma população de aproximadamente 4,145 milhões de habitantes em 2024²⁸, representando 1,94% da população brasileira e 7,1% da população nordestina. De acordo com os dados do Portal IBGE Cidades/Estados, a taxa de crescimento do estado é equivalente a 0,45% ao ano, enquanto a taxa brasileira é de 0,52%.

O Estado da Paraíba é composto por 223 municípios (unidades administrativas), nos quais 140 deles (62,78%) possuem uma população inferior a 10 mil habitantes e somente a capital, João Pessoa, possui mais de 500 mil habitantes. O Estado é distribuído

²⁸ <https://static.poder360.com.br/2024/08/dou-ibge-habitantes-brasil-29ago2024.pdf>

em quatro mesorregiões denominadas de Zona da Mata, Agreste, Borborema e Sertão, onde a maior parte da população mantém-se concentrada nas regiões litorânea (Zona da Mata Paraibana) e da Borborema²⁹.

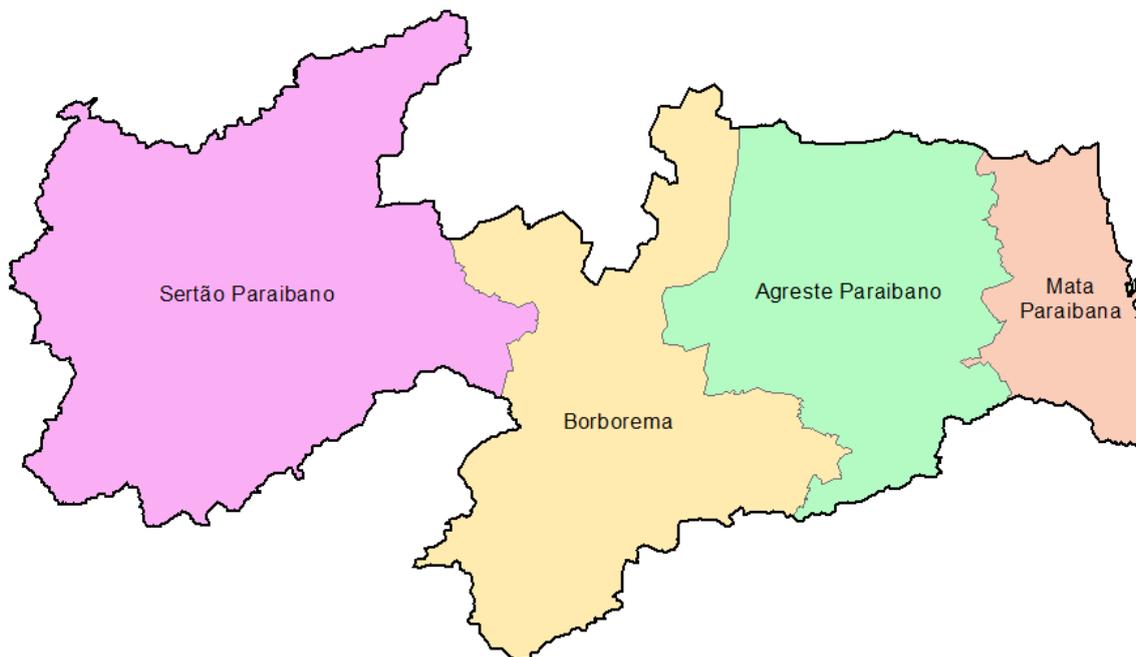
Gráfico 4.1.a - População das 20 maiores cidades da Paraíba



Fonte: IBGE - IBGE 2024 (gráfico elaborado pelo ECD)

²⁹[Regiões da Paraíba.](#)

Figura 4.1.a - Mapa do estado da Paraíba, com delimitação das mesorregiões



Fonte: <https://www.baixarmapas.com.br/mapa-da-paraiba-mesorregioes/>

Em relação ao **Produto Interno Bruto (PIB)**³⁰, é a “soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano”³¹. O IBGE divulgou o PIB do ano de 2022, no qual, na Paraíba foi de **R\$86,09 bilhões (2022)**, em valores nominais, representando aproximadamente 6,2% do PIB Nordeste, que foi de 1,388 trilhões (2022) e **0,78%** em relação ao PIB do Brasil (2023), que foi de R\$ 10,9 trilhões. **O PIB per capita da Paraíba, em 2022, foi de R\$21.662**, um crescimento de 5,6%, superior ao crescimento da região Nordeste 3,6% e do Brasil 3%³².

O PIB do Estado da Paraíba é composto basicamente por três bases: **agropecuária, indústria e serviços**. Em relação aos setores, os **serviços representaram 72% do PIB**, seguindo a tradição de ser o setor que possui maior peso na economia paraibana. Em seguida vem a indústria, que corresponde a **22,4%**, e a agropecuária, com **5,6%** da economia do estado.³³

³⁰O Produto Interno Bruto (PIB) corresponde ao somatório de todos os produtos finais da economia de uma determinada região, seja ela uma cidade, estado ou país. Um aspecto importante a entender é que o PIB não mostra o estoque de bens e serviços, mas sim o volume desses itens que o país produziu em um determinado período. Ou seja, o indicador não representa a riqueza total que o país possui. Fonte: <https://www.infomoney.com.br/guias/pib-produto-interno-bruto/>

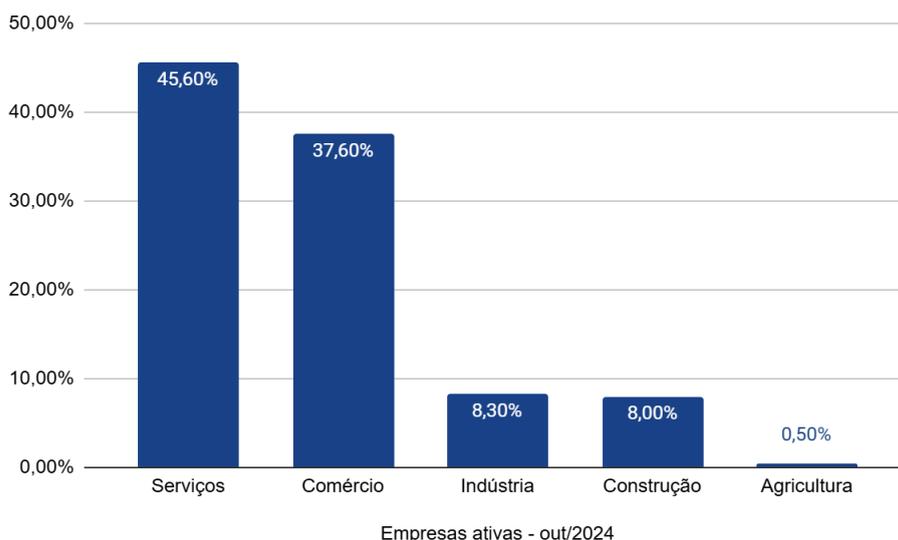
³¹Fonte: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

³²<https://www.sefaz.pb.gov.br/announcements/15621-pib-da-paraiba-cresce-5-6-e-supera-media-do-nordeste-e-do-brasil-revela-ibge#:~:text=Ainda%20segundo%20os%20dados%20do,equivalente%20a%2013%2C5%25.>

³³ <http://www.consorcionordeste-ne.com.br/conheca-paraiba/>

De acordo com o **documento liberado pelo Sebrae**³⁴, havia 267.771 empresas ativas no Estado no ano de 2024 (07/24); 3,85 milhões no Nordeste e 21,09 milhões no Brasil. E de acordo com o Sebrae, o segmento de Comércio Varejista do Vestuário e Acessórios (Serviços) foi o que se destacou.

Figura 4.1.b - Distribuição de empresas ativas por setor



Fonte: Proposta Plano Anual 2025 - Jornada Estratégica Ruma a +50 - SEBRAE PB (gráfico elaborado pelo ECD)

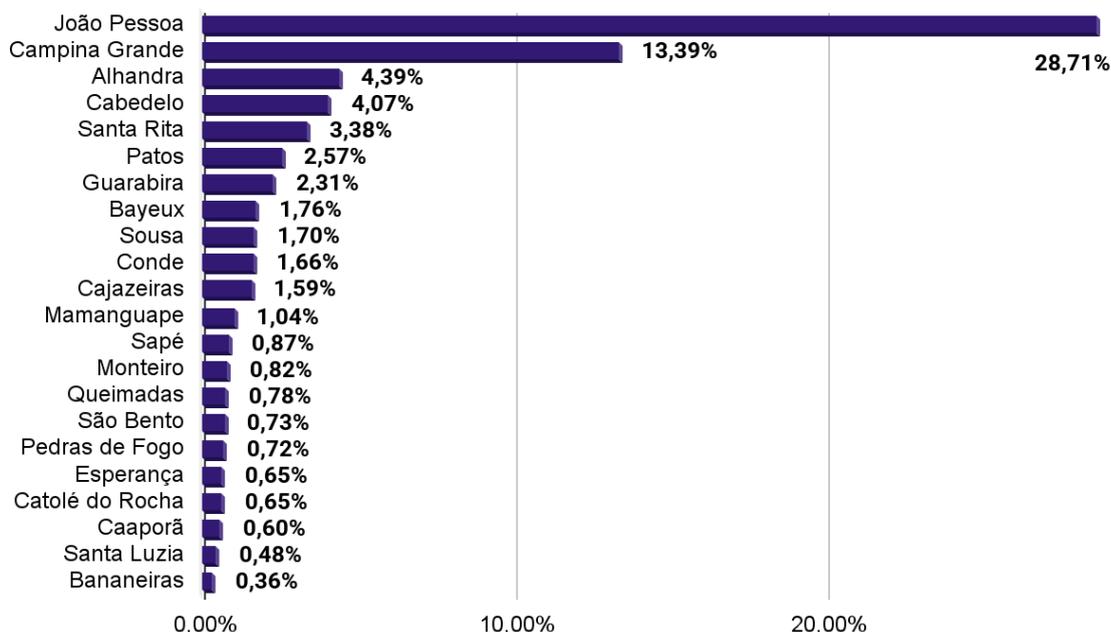
As 20 maiores cidades da Paraíba, em relação ao PIB e PIB *per capita* (referência: ano de 2021), estão listadas na tabela e gráfico a seguir. Os valores apresentados estão a preços correntes. Os **três maiores PIB** são respectivamente: **João Pessoa, Campina Grande e Cabedelo** e os **três maiores PIB *per capita*** são **Alhandra, Cabedelo e Conde**.

Com relação aos dois maiores PIB municipais, **João Pessoa e Campina Grande tiveram participação de 28,71% e 13,39%, respectivamente, no PIB do Estado (2021)**, vide Gráfico 4.1.b.

Observa-se ainda que a população da PB é **1,94%** da população nacional, no entanto, só representa algo próximo de **0,71%** do PIB Nacional. O **PIB da Paraíba é o sexto** entre os nove do Nordeste.

³⁴ Proposta Plano Anual 2025 - Jornada Estratégica Ruma a +50 SEBRAE PB

Gráfico 4.1.b - Participação dos municípios no PIB estadual - 2021



Fonte: IBGE (gráfico produzido pelo ECD)

A tabela abaixo informa o PIB por município e o PIB per capita das 20 maiores cidades do estado (em valores do PIB), mas também foram acrescentadas as cidades de Santa Luzia e Bananeiras (devido à participação no setor energético e no setor turístico, respectivamente).

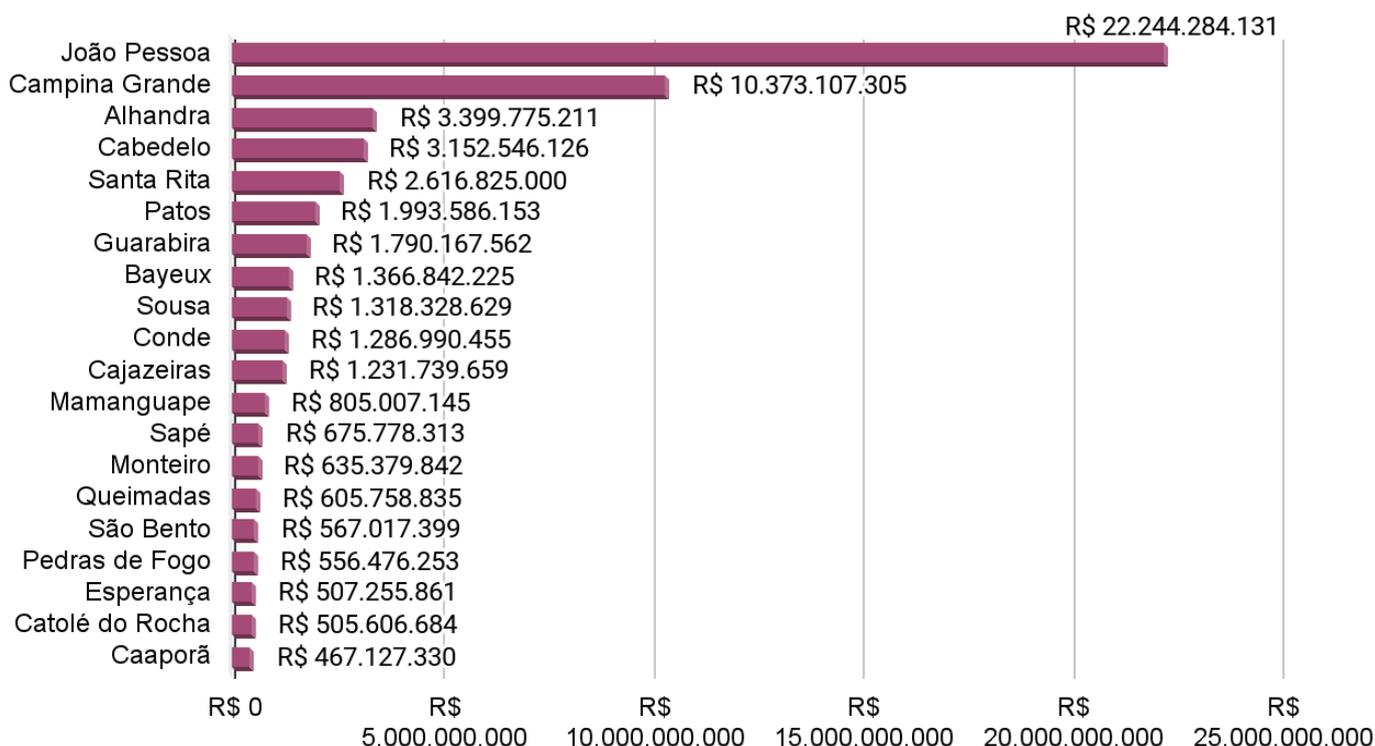
Tabela 4.1.a - 20 maiores cidades da PB (valores nominais) em relação ao Produto Interno Bruto (a preços correntes)

MUNICÍPIOS	2020		2021		Crescimento bruto PIB 2021/2020,
	PIB POR MUNICÍPIO	PIB PER CAPITA (R\$)	PIB POR MUNICÍPIO	PIB PER CAPITA (R\$)	
João Pessoa	20.766.550.000	25.402,17	22.244.284.131	R\$ 26.937	7,12%
Campina Grande	10.081.780.000	24.481,81	10.373.107.305	R\$ 25.066	2,89%
Alhandra	2.198.123.000	111.427,12	3.399.775.211	R\$ 171.144	54,67%
Cabedelo	2.741.734.000	39.869,90	3.152.546.126	R\$ 45.183	14,98%
Santa Rita	2.564.700.000	18.672,87	2.616.825.000	R\$ 18.950	2,03%
Patos	1.919.075.000	17.737,68	1.993.586.153	R\$ 18.329	3,88%
Guarabira	1.055.821.000	17.860,46	1.790.167.562	R\$ 30.143	69,55%
Bayeux	1.290.553.000	13.276,89	1.366.842.225	R\$ 14.016	5,91%
Sousa	1.253.768.000	17.982,13	1.318.328.629	R\$ 18.837	5,15%
Conde	892.756.000	35.695,96	1.286.990.455	R\$ 50.787	44,16%
Cajazeiras	1.134.471.000	18.213,02	1.231.739.659	R\$ 19.684	8,57%



				R\$	
Mamanguape	691.495.000	15.320,26	805.007.145	17.737	16,42%
Sapé	631.896.000	11.966,82	675.778.313	R\$ 12.756	6,94%
Monteiro	577.456.000	17.272,04	635.379.842	R\$ 18.889	10,03%
Queimadas	529.095.000	11.976,17	605.758.835	R\$ 13.647	14,49%
São Bento	489.152.000	14.242,72	567.017.399	R\$ 16.364	15,92%
Pedras de Fogo	537.518.000	18.838,47	556.476.253	R\$ 19.452	3,53%
Esperança	466.956.000	14.065,37	507.255.861	R\$ 15.194	8,63%
Catolé do Rocha	455.671.000	14.850,45	505.606.684	R\$ 16.406	10,96%
Caaporã	475.299.000	21.648,78	467.127.330	R\$ 21.117	-1,72%
Santa Luzia	294.500.000	19.090,00	372.292.265	R\$ 24.065	26,42%
Bananeiras	249.433.000	-	278.904.459	R\$ 13.143	11,82%

Fonte: IBGE (tabela produzida pelo ECD)

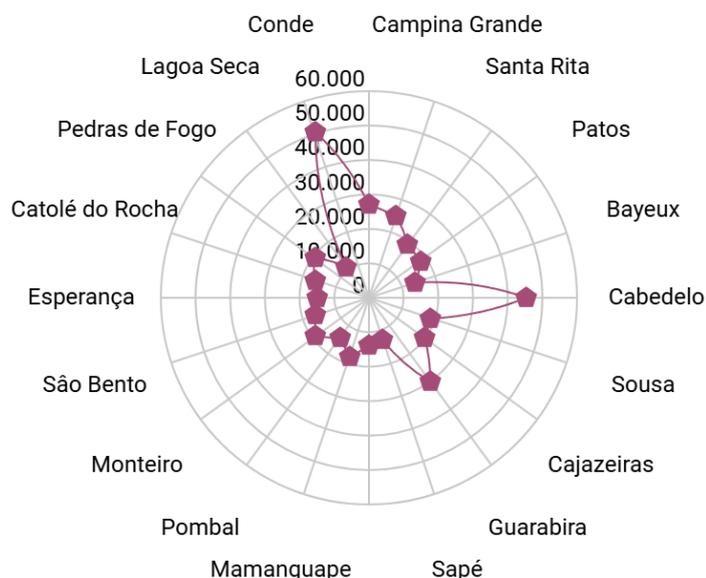
Gráfico 4.1.c - PIB por município (a preços concorrentes) (2021)

Fonte: IBGE (gráfico produzido pelo ECD)

Notar que os dez maiores PIBs da Paraíba são responsáveis por quase 65% do PIB Estadual. O PIB *per capita*³⁵ das vinte maiores cidades (em termos populacionais) estão dispostas no infográfico a seguir.

³⁵Alhandra, que tem o maior PIB per capita, não está entre as vinte maiores cidades da Paraíba.

Gráfico 4.1.d - PIB per capita dos 20 maiores municípios da Paraíba (em população) - 2021



Fonte: IBGE (gráfico produzido pelo ECD)

Tabela 4.1.b - Despesa per capita em Saúde (exercício de 2024)

Cidades	Despesa liquidada (Função Saúde)	População	Desp Saúde per capita
João Pessoa	R\$ 1.241.831.364	888.679	R\$ 1.397
Campina Grande	R\$ 718.500.832	440.939	R\$ 1.629
Santa Rita	R\$ 136.872.269	159.121	R\$ 860
Patos	R\$ 128.130.218	107.774	R\$ 1.189
Bayeux	R\$ 83.149.579	84.404	R\$ 985
Cabedelo	R\$ 116.875.280	70.067	R\$ 1.668
Sousa	R\$ 92.009.997	69.876	R\$ 1.317
Cajazeiras	R\$ 79.908.570	66.171	R\$ 1.208
Guarabira	R\$ 57.726.486	59.836	R\$ 965
Sapé	R\$ 64.075.461	53.309	R\$ 1.202
Queimadas	R\$ 48.256.994	50.214	R\$ 961
Mamanguape	R\$ 51.462.918	46.719	R\$ 1.102
Pombal	R\$ 41.216.642	33.796	R\$ 1.220
Monteiro	R\$ 58.448.616	33.742	R\$ 1.732
São Bento	R\$ 51.892.497	33.700	R\$ 1.540
Esperança	R\$ 43.088.436	32.522	R\$ 1.325
Católé do Rocha	R\$ 36.198.189	32.118	R\$ 1.127
Pedras de Fogo	R\$ 40.601.524	31.152	R\$ 1.303



Conde	39.253.986	29.543	1.329
Lagoa Seca	R\$ 35.557.302	29.053	R\$ 1.224

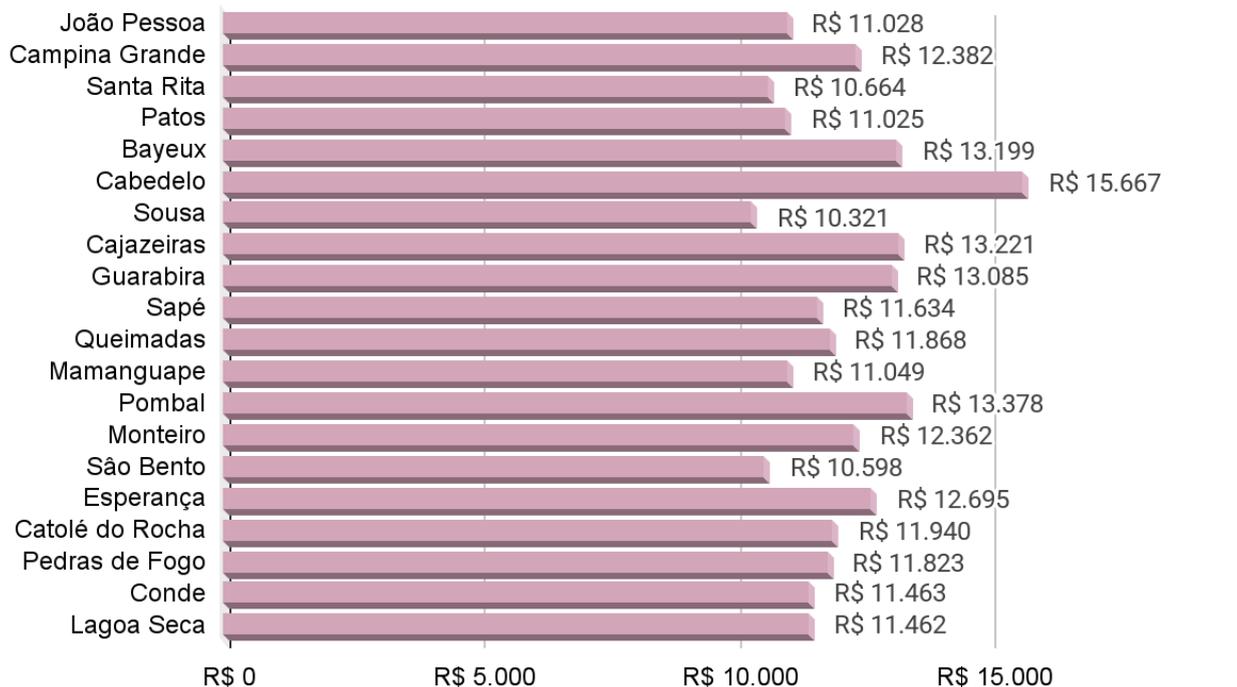
Fonte: SAGRES - TCE/PB (tabela elaborada pelo ECD)

Tabela 4.1.c - Despesa per capita em Educação (exercício de 2024)

<i>Cidades</i>	Despesa liquidada (Função Educação)	População (IBGE 2024)	Desp Educação per capita (população)	Matrículas na rede municipal (regular e especial) 2024	Desp Educação por matrícula municipal
João Pessoa	R\$ 837.503.858	888.679	R\$ 942	75.943	R\$ 11.028
Campina Grande	R\$ 434.067.312	440.939	R\$ 984	35.056	R\$ 12.382
Santa Rita	R\$ 146.442.025	159.121	R\$ 920	13.732	R\$ 10.664
Patos	R\$ 124.280.311	107.774	R\$ 1.153	11.272	R\$ 11.025
Bayeux	R\$ 105.883.269	84.404	R\$ 1.254	8.022	R\$ 13.199
Cabedelo	R\$ 121.717.340	70.067	R\$ 1.737	7.769	R\$ 15.667
Sousa	R\$ 58.448.940	69.876	R\$ 836	5.663	R\$ 10.321
Cajazeiras	R\$ 106.036.326	66.171	R\$ 1.602	8.020	R\$ 13.221
Guarabira	R\$ 79.522.771	59.836	R\$ 1.329	6.077	R\$ 13.085
Sapé	R\$ 78.089.968	53.309	R\$ 1.465	6.712	R\$ 11.634
Queimadas	R\$ 107.088.959	50.214	R\$ 2.133	9.023	R\$ 11.868
Mamanguape	R\$ 59.699.557	46.719	R\$ 1.278	5.403	R\$ 11.049
Pombal	R\$ 61.608.724	33.796	R\$ 1.823	4.605	R\$ 13.378
Monteiro	R\$ 62.888.586	33.742	R\$ 1.864	5.087	R\$ 12.362
São Bento	R\$ 98.019.359	33.700	R\$ 2.909	9.248	R\$ 10.598
Esperança	R\$ 72.785.660	32.522	R\$ 2.238	5.733	R\$ 12.695
Catolé do Rocha	R\$ 43.250.170	32.118	R\$ 1.347	3.622	R\$ 11.940
Pedras de Fogo	R\$ 72.030.902	31.152	R\$ 2.312	6.092	R\$ 11.823
Conde	R\$ 76.453.192	29.543	R\$ 2.588	6.669	R\$ 11.463

Fonte: SAGRES - TCE PB/ IBGE 2024/ Inep (tabela elaborada pelo ECD)

Gráfico 4.1.e - Despesa em Educação por aluno matriculado na rede municipal (2024)

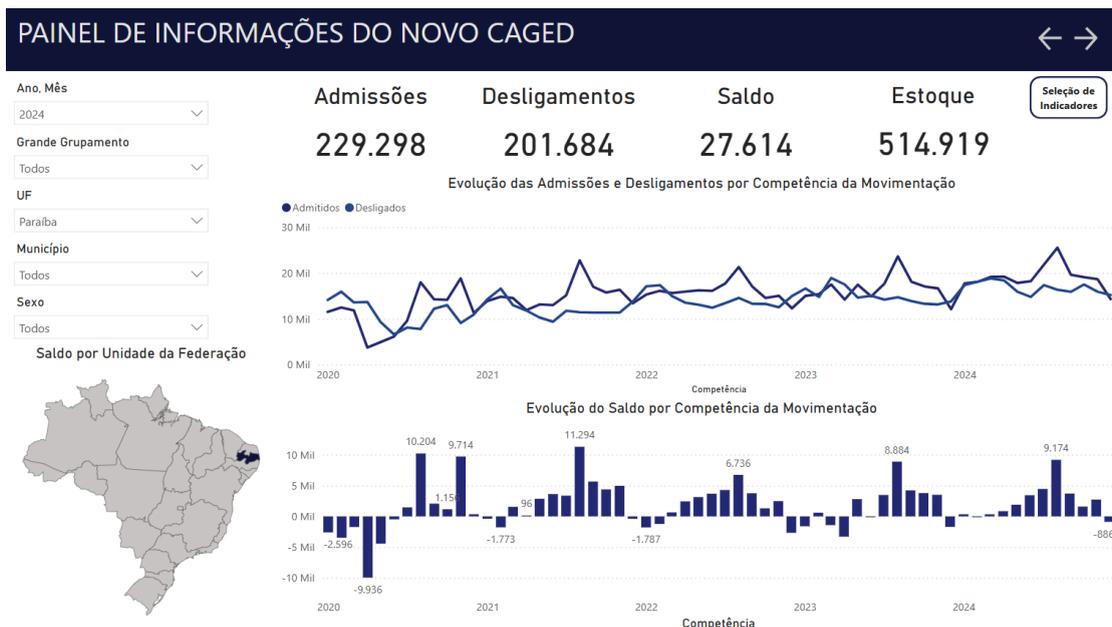


Fonte: SAGRES - TCE/PB (gráfico elaborado pelo ECD)

4.2 Trabalho - Empregos formais

Em relação ao montante empregatício formal do Estado, a Paraíba, em 2024, apresentou um estoque de **514.919 empregos (postos com carteira assinada)** e com saldo de **27.614**, segundo dados da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, com base no Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). Durante o ano de 2024, o Estado criou **229.298** empregos contra **201.684** desligamentos, como observado na **Figura 4.2.a** abaixo.

Figura 4.2.a - Estoque de Saldo de Empregos Formais na Paraíba 2024



Fonte: [Novo Caged](#)

É importante frisar, que o Estoque de Empregos Formais da Paraíba, em 2024, representou **6,47%** do Estoque de Empregos da Região Nordeste, que em sua totalidade foi **7.947.335**, com crescimento de **4,16%** em relação a 2023.

Quanto à tipologia do Estoque de Empregos Formais na Paraíba e seus saldos respectivos, vide **Figura 4.2.b**, o maior estoque é na área de serviços (230.845).

Figura 4.2.b - Estoque e Saldo de Empregos Formais, por área, na Paraíba, em 2024

Grande Grupamento	Admitidos	Desligados	Saldo	Tempo de Emprego (Desligados)	Estoque	Vr. Relativa
Agropecuária	7.015	7.275	-260	17,1	15.109	-1,69%
Indústria	30.689	27.944	2.745	33,8	86.863	3,26%
Construção	40.644	35.779	4.865	13,2	51.748	10,38%
Comércio	57.485	51.127	6.358	23,7	130.358	5,13%
Serviços	93.464	79.554	13.910	23,2	230.845	6,41%
Não Identificado	1	5	-4	18,8		
Total	229.298	201.684	27.614	22,8	514.919	5,67%

Fonte: [Novo Caged](#)

Tabela 4.2.a - Relação dos empregos nas 20 maiores cidades do Estado, no ano de 2024

MUNICÍPIOS	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO	ESTOQUE
João Pessoa	102.633	88.918	13.715	212.680
Campina Grande	44.520	39.591	4.929	108.129
Santa Rita	7.674	6.900	774	20.612

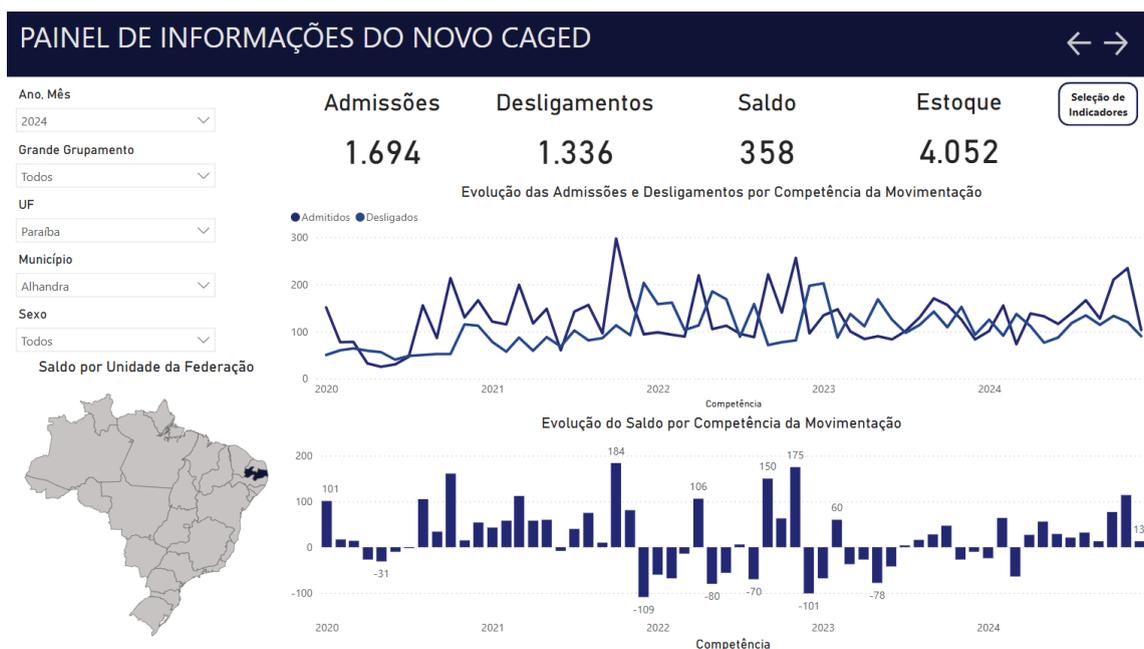


Patos	6.151	5.244	907	13.936
Bayeux	4.260	3.751	509	9.713
Sousa	2.818	2.573	245	9.110
Cabedelo	10.204	9.124	1.080	19.919
Cajazeiras	3.430	3.982	-552	9.036
Guarabira	4.032	2.860	1.172	10.452
Sapé	1.124	904	220	3.183
Queimadas	1.217	1.036	181	3.295
Mamanguape	3.717	3.323	394	7.586
Pombal	511	433	78	1.544
Monteiro	964	680	284	2.522
São Bento	1.065	767	298	2.462
Esperança	1.198	888	310	3.277
Catolé do Rocha	1.428	1.208	220	3.267
Pedras de Fogo	2.053	1.661	392	4.226
Conde	3.038	2.409	629	6.089
Lagoa Seca	614	584	30	1.291

Fonte: Novo CAGED (tabela produzida pelo ECD)

Vale citar a cidade de **Alhandra**, com somente 22.797 habitantes, no entanto seu **PIB per capita** é o maior da Paraíba. Quanto ao seu estoque de empregos (formais com carteira assinada) foi de **4.052** vagas.

Figura 4.2.c - Informações sobre Alhandra (2024)



Fonte: Novo Caged

Para **acesso aos dados dos 223 municípios, no Caged**, além de sua variação temporal, acessar o QR Code ao lado.



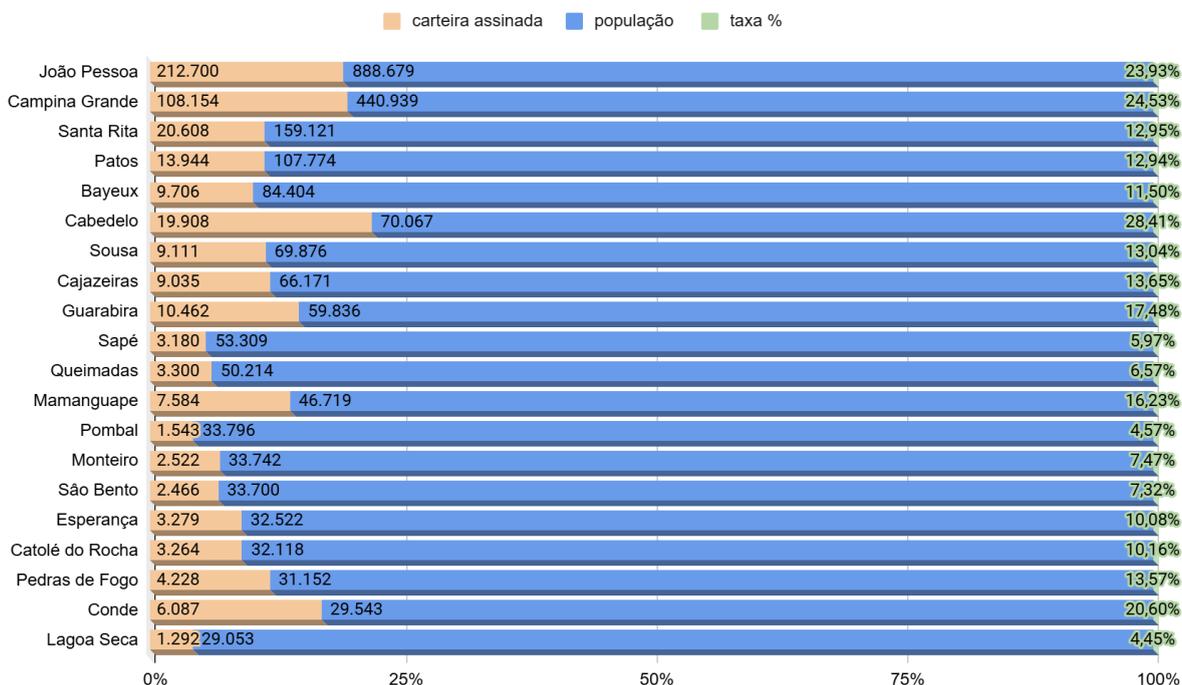
A **taxa média de desocupação na Paraíba**, até o 4º trimestre de 2024, foi de **8,4%**, acima do indicador brasileiro que foi de **6,2%** durante o mesmo período, **de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) Trimestral**³⁶. Enquanto a **taxa de informalidade** na Paraíba, foi de aproximadamente **50.16%** da população ocupada, no 4º trimestre de 2024 (PNADC)³⁷. Esta mesma pesquisa dá destaque também para as capitais de cada Estado e em relação à João Pessoa houve uma **taxa de desocupação** de **9,3%** no 4º trimestre de 2024.

O gráfico abaixo indica o quantitativo de carteiras assinadas (Novo caged), em relação a quantidade de pessoas residentes em cada município (IBGE), no ano de 2024. a cidade que apresentou a maior porcentagem de carteiras assinadas foi Cabedelo, em contrapartida, a que possui a menor taxa foi, o Conde.

³⁶<https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>

³⁷<https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>

Gráfico 4.1.f - Quantitativo de carteiras assinadas x população nas 20 maiores cidades do estado (2024)



Fonte: Novo Caged/ IBGE 2024 (gráfico elaborado pelo ECD)

O documento **CIDADOS - SEBRAE PARAÍBA**, estudou *dados liberados pela Receita Federal em 2023* (última atualização do SEBRAE) e indicou que, no Estado da Paraíba, a **taxa de empresas** consideradas matrizes, a de filiais e a de microempreendedores individuais (MEI) totalizaram **270.842 mil**. A quantidade, nas 20 maiores cidades da Paraíba, estão listadas na tabela abaixo:

Tabela 4.2.b - Número de empresas ativas (matrizes, filiais e MEI's) no ano de 2023

MUNICÍPIOS	EMPRESAS - MATRIZES, FILIAIS E MEI'S
João Pessoa	98.731
Campina Grande	40.608
Santa Rita	8.601
Patos	9.427
Bayeux	6.115
Sousa	4.622
Cabedelo	6.093
Cajazeiras	4.515
Guarabira	4.705
Sapé	2.163



Queimadas	2.446
Mamanguape	2.764
Pombal	1.947
Monteiro	1.812
São Bento	2.210
Esperança	2.638
Catolé do Rocha	1.818
Pedras de Fogo	1.113
Conde	1.772
Lagoa Seca	1.103

Fonte: CIDADOS - SEBRAE³⁸ (tabela produzida pelo ECD)

É importante observar que há um crescimento de MEI's, que pode estar relacionado à substituição dos *contratos por tempo determinado*, fenômeno conhecido como "pejotização".

4.3 Programas Sociais

Os programas sociais são recursos cedidos pela União, aos cidadãos inscritos através de determinadas regras específicas. Segundo o **Painel de Monitoramento Social do Governo Federal**³⁹, para o Estado da Paraíba, até **2024** foram disponibilizados ao todo, recursos de aproximadamente **R\$6,94 bilhões**, já para o **BPC** (Benefício de Prestação Continuada) ficou em **R\$1,94 bilhões** e para o **Bolsa Família**, foi de **R\$4,76 bilhões**. Em 2024 foram assistidas **aproximadamente 957.607 pessoas**, ou seja, **cerca de 23% da população da Paraíba** recebeu algum **benefício social**, segundo o Portal de Transparência do Governo Federal⁴⁰. Em relação às cidades, os dados estão explanados na tabela abaixo:

Tabela 4.3.a - Montante da população que recebeu Bolsa Família e BPC em 2024

MUNICÍPIOS	BOLSA FAMÍLIA	BPC
João Pessoa	95.927	31.251
Campina Grande	43.195	20.299
Santa Rita	21.264	6.355
Patos	15.619	6.360
Bayeux	19.255	5.898

³⁸ <https://usinedados.sebraepb.com.br/cidades>

³⁹ [Painel VisDash](#)

⁴⁰ <https://portaldatransparencia.gov.br/beneficios?ano=2024>



Cabedelo	10.926	2.185
Sousa	16.239	4.324
Cajazeiras	14.197	2.627
Guarabira	9.662	3.560
Sapé	13.088	4.488
Queimadas	10.011	1.606
Mamanguape	9.625	3.824
Pombal	5.865	1.742
Monteiro	7.581	1.386
São Bento	6.554	1.013
Esperança	5.872	1.799
Catolé do Rocha	6.286	1.569
Pedras de Fogo	6.693	2.245
Conde	6.215	606
Lagoa Seca	4.870	629

Fonte: [Portal da Transparência - Benefícios](#) (tabela produzida pelo ECD)

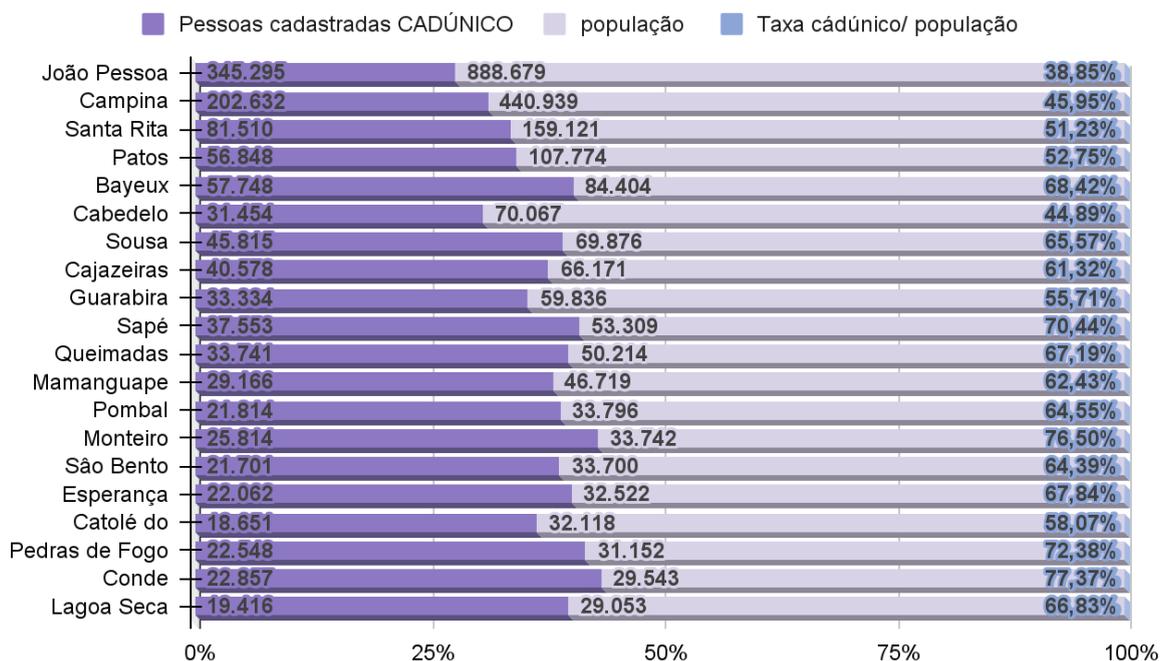
Segundo a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**, divulgada em maio de 2023, o Estado da Paraíba encontrou-se em 3º lugar no país, dos estados que mais recebem a Bolsa Família ou Auxílio Brasil, totalizando 35,5% da população, ficando atrás do Estado do Maranhão (40,7%) e do Piauí (40,3%)⁴¹.

Nota-se que só no CADÚNICO - CECAD, a Paraíba tem mais de **1,10 milhões**⁴² de famílias inscritas (dezembro/2024). Em dezembro de 2023 possuía cerca de **1,17 milhões**, uma diminuição de aproximadamente 5,98%, **sendo importante mencionar que a inclusão produtiva torna-se de extrema prioridade, para que haja diminuição das desigualdades de renda.**

⁴¹G1 Globo - Desigualdade Econômica na Paraíba

⁴² <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>

Gráfico 4.3.a - Pessoas cadastradas no CADÚNICO (dez/2024)



Fonte: CECAD (gráfico produzido pelo ECD)⁴³

Para acesso às **informações dos 223 municípios** quanto à população, produto interno bruto, número de pessoas cadastradas no CECAD - CADÚNICO e IDEB (anos iniciais), acesse o **QR Code** disponibilizado ao lado.



5. INDICADORES-CHAVES DA EDUCAÇÃO

5.1 Indicadores Gerais da População

Os indicadores educacionais são parâmetros usados para avaliar a eficiência do sistema educacional, e a partir deles, avaliar o quadro geral e implementar as melhorias necessárias. **Serão avaliados os indicadores através dos dados do QEdU, INEP e IDEB.**

O **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB**, faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, criado em 2007 e desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no qual passa a ser o principal indicador educacional

⁴³ <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>

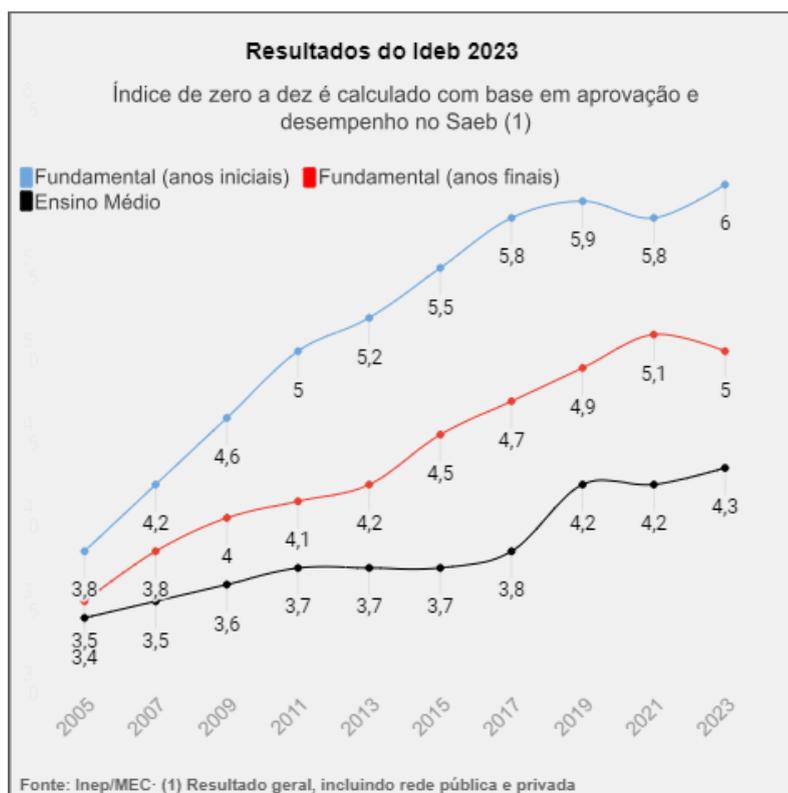
que avalia a qualidade da educação brasileira, a partir de dois conceitos, o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações, avaliando em si o nível de aprendizagem dos alunos brasileiros.

O último IDEB liberado foi do ano de **2023**, nos quais as **metas nacionais** para os **anos iniciais** do ensino fundamental, **anos finais** do ensino fundamental e **ensino médio**, foram respectivamente **6.0**, **5.5** e **5.2**. O Estado da **Paraíba (total)** alcançou **5.7**, **4.5** e **4.0** respectivamente. Em relação à *Rede Estadual*, o IDEB foi de **5,2 (anos iniciais)**, **3,9 (anos finais)** e **3,6 (ensino médio)**.⁴⁴

Resultado do IDEB 2023 (Nacional) incluindo Rede Pública e Privada.

- Os anos iniciais do ensino fundamental foram de **5,8** em **2021** para **6,0** em **2023**;
- Os anos finais do ensino fundamental foram de **5,1** em **2021** para **5,0** em **2023**;
- O ensino foi de **4,2** em **2021** para **4,3** em **2023**.

Figura 5.1.a - IDEB 2023



Fonte: INEP (Gráfico elaborado pelo ECD)

⁴⁴ <https://gedu.org.br/uf/25-paraiba/ideb>

Vale ressaltar que Teresina (PI) é a líder entre as capitais brasileiras com melhor desempenho entre alunos do 5º e 9º ano da rede pública, veja mais em <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2023/02/21/nordeste-lidera-indicadores-educacao.htm?cmpid=copiaecola>> .

Tabela 5.1.a - IDEB Educação Básica - Ensino Fundamental Rede Municipal de Ensino (Anos finais e anos iniciais) das 20 maiores cidades do Estado (2023)

MUNICÍPIOS	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS
<i>João Pessoa</i>	5,2	4,1
<i>Campina Grande</i>	5,4	4,2
<i>Santa Rita</i>	4,1	3,8
<i>Patos</i>	6,0	4,5
<i>Bayeux</i>	4,7	3,5
<i>Cabedelo</i>	5,7	4,5
<i>Sousa</i>	6,2	5,2
<i>Cajazeiras</i>	5,7	4,8
<i>Guarabira</i>	5,1	4,2
<i>Sapé</i>	4,3	3,5
<i>Queimadas</i>	7,9	5,8
<i>Mamanguape</i>	6,2	4,7
<i>Pombal</i>	7,0	5,5
<i>Monteiro</i>	6,8	5,2
<i>São Bento</i>	5,7	4,7
<i>Esperança</i>	5,8	4,6
<i>Catolé do Rocha</i>	5,1	4,6
<i>Pedras de Fogo</i>	5,1	4,3
<i>Conde</i>	6,4	4,4
<i>Lagoa Seca</i>	5,4	4,5

Fonte: QEdU/INEP 2023 - últimos dados liberados (tabela produzida pelo ECD)

Os **10 melhores IDEBs (anos iniciais - Rede Pública)** do Estado, estão na cidade de Coxixola: 8.2; São Domingos do Cariri: 8.0; Queimadas: 7.9; Cabaceiras: 7.7; Princesa Isabel: 7.4; Cubatí: 7.1; São Bentinho: 7.1; Várzea: 7.1; Água Branca: 7.0 e Pombal: 7.0.

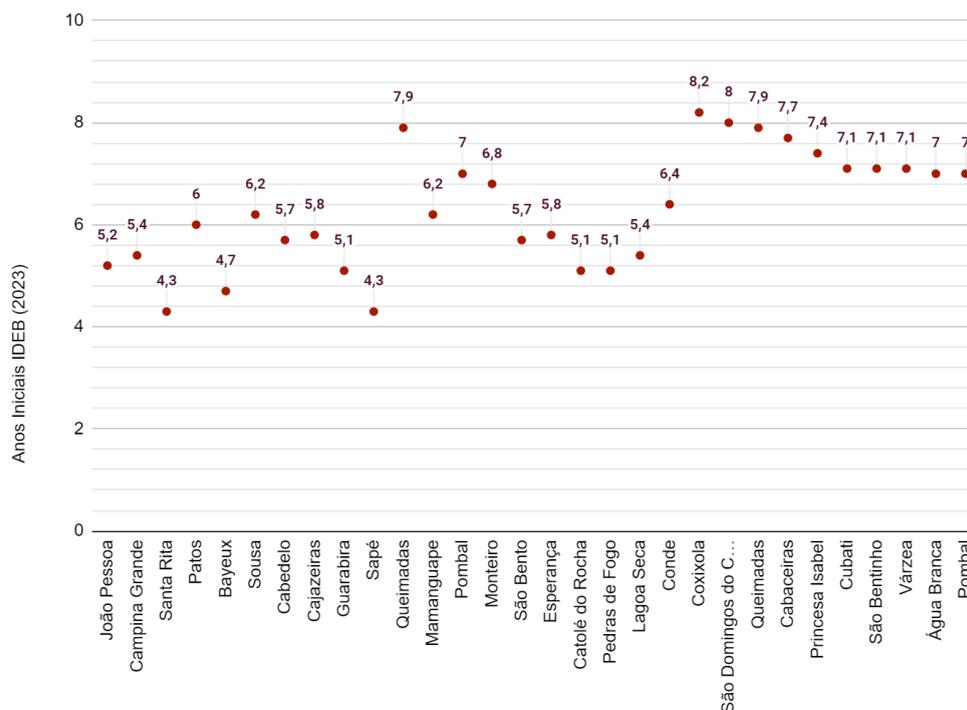
Tabela 5.1.b - Melhores e piores IDEB do Estado nos Anos Iniciais (Rede Pública)

MELHORES IDEBs DA PARAÍBA - 2023		PIORES IDEBs DA PARAÍBA - 2023	
MUNICÍPIOS	IDEB	MUNICÍPIOS	IDEB
<i>Coxixola</i>	8,2	<i>Riachão do Poço</i>	3,6
<i>São Domingos do Cariri</i>	8,0	<i>Riacho de Santo Antônio</i>	3,9
<i>Queimadas</i>	7,9	<i>Pedro Régis</i>	3,9
<i>Cabaceiras</i>	7,7	<i>Serraria</i>	4,0
<i>Princesa Isabel</i>	7,4	<i>Marcação</i>	4,0
<i>Cubati</i>	7,1	<i>Fagundes</i>	4,0
<i>São Bentinho</i>	7,1	<i>Borborema</i>	4,0
<i>Várzea</i>	7,1	<i>Boa Ventura</i>	4,0
<i>Água Branca</i>	7,0	<i>São Miguel de Taipu</i>	4,1
<i>Pombal</i>	7,0	<i>Riachão do Bacamarte</i>	4,1

Fonte: QEdU (tabela elaborada pelo ECD)

Observar que na **comparação** do IDEB (anos iniciais) dos 20 maiores municípios da Paraíba com relação aos 10 melhores municípios mais bem posicionados, **aparecem duas das maiores cidades do Estado, Queimadas e Pombal.**

Gráfico 5.1.a - Comparativo IDEB anos iniciais dos 20 maiores municípios em relação aos 10 municípios com melhores resultados.



Fonte: IDEB - QEdU (gráfico elaborado pelo ECD)

Tabela 5.1.c - Melhores e piores IDEBs do Estado nos Anos Finais (Rede Pública)

MELHORES IDEBs DA PARAÍBA - 2023		PIORES IDEBs DA PARAÍBA - 2023	
MUNICÍPIOS	IDEB	MUNICÍPIOS	IDEB
<i>São Domingos do Cariri</i>	6,4	<i>Cruz do Espírito Santo</i>	2,8
<i>Água Branca</i>	5,7	<i>Lagoa de Dentro</i>	2,9
<i>Queimadas</i>	5,7	<i>Riacho de Santo Antônio</i>	2,9
<i>Cabaceiras</i>	5,6	<i>Mari</i>	3,1
<i>Vieirópolis</i>	5,6	<i>Serra Redonda</i>	3,1
<i>Coxixola</i>	5,5	<i>Borborema</i>	3,2
<i>Cubati</i>	5,5	<i>Fagundes</i>	3,2
<i>Juru</i>	5,5	<i>Riachão do Poço</i>	3,2
<i>Picuí</i>	5,4	<i>Sapé</i>	3,2
<i>Santo André</i>	5,4	<i>Massaranduba</i>	3,3

Fonte: QEDu (tabela elaborada pelo ECD)

É importante citar que a rede pública (anos finais do ensino fundamental) do **estado do Ceará é destaque nacional em educação**. De 10 municípios que foram listados com melhores desempenhos no IDEB, 7 deles estão localizados no Ceará, com nota do IDEB entre 8,1 e 7,0⁴⁵.

Na tabela a seguir é contabilizado o **número de alunos matriculados na Rede Municipal da Educação Básica (educação regular e especial)**, nas 20 maiores cidades do Estado, referentes a **Creche, Pré-Escola, Anos Iniciais (ensino fundamental I), Anos Finais (ensino fundamental II) e EJA (Educação Jovens e Adultos)**. É importante citar que o ensino regular também inclui as matrículas no Ensino Médio (parcial e integral), que não estão dispostas neste trabalho, visto que não estão incluídas na rede municipal de ensino.

O **Ensino Especial**, que está proposto na LEI Nº 9394/96 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - 1996, é uma modalidade de ensino escolar destinada a pessoas com necessidades especiais. Pessoas com deficiência, transtornos de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, que é oferecida na rede regular de ensino, mas também pode ser oferecida em escolas específicas.

⁴⁵https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_do_Brasil_por_IDEB/
<https://www.seduc.ce.gov.br/2024/04/02/avanco-na-educacao-ceara-lidera-ioeb-e-tem-31-municipios-entre-os-50-melhores-do-ranking/#:~:text=O%20Cear%C3%A1%20segue%20como%20destaque.%2C%20com%20nota%205%2C5>

Tabela 5.1.d - Matrículas Rede Municipal (ensino regular e especial), ano 2024, nas 20 maiores cidades do Paraíba

MUNICÍPIO	Rede Municipal (total)	INFANTIL (Creches/Pré-escola)	Anos Iniciais	Anos Finais	EJA
<i>João Pessoa</i>	75.943	18.397	29.759	22.468	5.319
<i>Campina Grande</i>	35.056	10.128	15.981	7.764	1.183
<i>Santa Rita</i>	13.732	2.414	5.867	4.308	1.143
<i>Patos</i>	11.272	3.021	4.661	3.410	180
<i>Bayeux</i>	8.022	1.376	3.287	2.537	822
<i>Cabedelo</i>	7.769	1.730	3.131	2.628	307
<i>Sousa</i>	5.663	1.401	2.986	1.252	24
<i>Cajazeiras</i>	8.020	2.127	2.654	2.487	752
<i>Guarabira</i>	6.077	1.506	2.561	1.823	255
<i>Sapé</i>	6.712	1.620	2.502	1.793	752
<i>Queimadas</i>	9.023	2.207	3.102	2.535	654
<i>Mamanguape</i>	5.403	989	2.624	1.606	184
<i>Pombal</i>	4.605	1.225	1.625	1.281	474
<i>Monteiro</i>	5.087	1.438	1.960	1.651	38
<i>São Bento</i>	9.248	1.102	1.793	1.829	4.524
<i>Esperança</i>	5.733	1.229	1.925	1.464	1.115
<i>Catolé do Rocha</i>	3.622	833	1.408	1.208	173
<i>Pedras de Fogo</i>	6.092	1.468	2.267	1.923	434
<i>Conde</i>	6.669	1.413	2.436	2.016	590
<i>Lagoa Seca</i>	3.983	939	1.621	1.214	201

Fonte: INEP - [Pesquisas Estatísticas e Indicadores - Censo Escolar](#) (tabela produzida pelo ECD)

Em relação ao indicador de **Distorção Idade-Série**, que corresponde a quantidade de alunos matriculados em cada série com idade superior à idade recomendada, a **Paraíba** apresentou, em 2024, uma taxa de **15,6 de distorção no Ensino Fundamental** e uma taxa de **24,5 no Ensino Médio**. O estado manteve números pouco discrepantes quanto à realidade da **Região Nordeste**, que foi de **14,1 no Ensino Fundamental** e **22,2 no Ensino Médio**.

Em relação às taxas das 20 maiores cidades paraibanas, a cidade de **Esperança** apresentou uma menor taxa de distorção no **Ensino Fundamental**.

Tabela 5.1.e - Taxa de Distorção Idade - Série 2024 - (Rede Municipal de Ensino)

MUNICÍPIOS	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	TOTAL ENSINO FUNDAMENTAL
<i>João Pessoa</i>	13,0	21,9	16,9
<i>Campina Grande</i>	9,4	23,6	15,9
<i>Santa Rita</i>	20,7	31,3	25,0
<i>Patos</i>	6,1	17,4	11,2
<i>Bayeux</i>	19,3	33,4	25,3
<i>Cabedelo</i>	10,4	27,7	18,1
<i>Sousa</i>	6,7	19,2	12,5
<i>Cajazeiras</i>	5,2	16,5	10,7
<i>Guarabira</i>	9,4	19,5	14,0
<i>Sapé</i>	8,7	27,7	17,0
<i>Queimadas</i>	4,1	12,5	7,8
<i>Mamanguape</i>	8,0	22,4	14,7
<i>Pombal</i>	3,6	9,6	6,3
<i>Monteiro</i>	2,6	5,5	3,9
<i>São Bento</i>	9,8	27,5	18,2
<i>Esperança</i>	1,8	8,6	5,1
<i>Catolé do Rocha</i>	5,8	20,2	12,5
<i>Pedras de Fogo</i>	6,5	20,8	13,3
<i>Conde</i>	7,9	25,6	15,8
<i>Lagoa Seca</i>	4,0	21,8	11,8

Fonte: INEP (tabela produzida pelo ECD)

A **alfabetização** é um indicador essencial do desenvolvimento humano e social, sendo frequentemente utilizada como parâmetro para avaliar o acesso à educação básica, a inclusão social e o exercício pleno da cidadania. De acordo com a definição da UNESCO, uma pessoa alfabetizada é aquela capaz de ler e escrever um texto simples e breve sobre sua própria vida. No entanto, no contexto contemporâneo, a alfabetização transcende a mera decodificação de palavras, abrangendo competências de leitura crítica, interpretação e produção de sentidos.

O **Governo da Paraíba - Secretaria de Estado da Educação**, através da Gerência Executiva de Desenvolvimento Escolar, Acompanhamento e Apoio à Gestão para Resultados de Aprendizagem (GEDRA), realizou a avaliação da alfabetização nos anos de 2023 e 2024, no qual obteve alguns municípios que atingiram a meta e outros não.

Os resultados dos 20 maiores municípios estão dispostos na **tabela 5.1.f. Em** relação ao restante dos municípios, as informações estão disponíveis pelo acesso do QR Code ao lado. É importante citar que alguns municípios como Alagoa Nova, Catingueira, Poço Dantas e Serra Redonda cresceram numa porcentagem acima de 50% entre 2023 e 2024, como visualizado no link a seguir



<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1-ZHl4Sst8OadQ0-5a0n_0sZtlgmNs7VtE39_OEzrXcM/edit?pli=1&qid=1850203958#gid=1850203958>.

Tabela 5.1.f - Porcentagem de alfabetização dos 20 maiores municípios da Paraíba

Município	% ALFA 2023	% ALFA 2024	META 2024
João Pessoa	46,7	55,87	52,13
Campina Grande	42,4	47,92	48,39
Santa Rita	40,8	35,79	47
Patos	43,6	67,47	49,44
Bayeux	33,9	36,71	40,74
Sousa	44,1	66,52	49,9
Cabedelo	48,9	57,26	54,02
Cajazeiras	51,7	50,91	56,36
Guarabira	36,1	59,62	42,78
Sapé	33,9	39	40,74
Queimadas	85	92,65	80
Mamanguape	46,2	68,65	51,66
Pombal	58,7	65,57	62,19
Monteiro	55	61,09	59,17
São Bento	42,5	46,87	48,44
Esperança	61,5	64,21	64,55
Catolé do Rocha	55,2	45,82	59,32
Pedras de Fogo	37,3	48,58	43,85
Lagoa Seca	66,5	46,71	68,72
Conde	62,4	69,48	65,28

Fonte: Gerência Executiva de Desenvolvimento Escolar, Acompanhamento e Apoio à Gestão para Resultados de Aprendizagem (GEDRA) - Secretaria de Estado da Educação (tabela produzida pelo ECD)

5.2 Indicadores de Proficiência em Português e Matemática

Outro indicador educacional de extrema importância é a avaliação do nível de **proficiência em Português e Matemática**, que faz parte do **Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb**, considerado um parâmetro de extrema importância para verificação da aprendizagem do ensino e até para a avaliação do IDEB. Existem diferentes porcentagens a se alcançar, mas a meta geral é que os alunos obtenham proficiência nessas matérias, com porcentagem igual ou acima de 50%, **obtendo o nível básico de proficiência, com este número igual ou acima a 25% e abaixo deste valor um nível insuficiente.**

Na **Paraíba**, nos **anos finais do Ensino Fundamental**, o nível de proficiência se encontra em **nível Básico em Português e Insuficiente em Matemática**, como observado na figura abaixo, **o qual vem se repetindo desde o ano de 2017**, vide **figura e tabela** a seguir.

Figura 5.2.a - Proficiência em Português e Matemática na Paraíba (Rede Municipal - Anos Iniciais)



Fonte: QEdU

Tabela 5.2.a - Percentual do aprendizado em Português e Matemática nas 20 maiores cidades da Paraíba, nos anos iniciais do Ensino Fundamental (Rede Municipal - 2023)

MUNICÍPIOS	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA
<i>João Pessoa</i>	49%	35%
<i>Campina Grande</i>	49%	34%



Santa Rita	25%	13%
Patos	56%	48%
Bayeux	39%	25%
Cabedelo	51%	39%
Sousa	63%	54%
Cajazeiras	48%	39%
Guarabira	34%	23%
Sapé	23%	13%
Queimadas	85%	83%
Mamanguape	61%	49%
Pombal	70%	70%
Monteiro	69%	64%
São Bento	52%	43%
Esperança	53%	46%
Catolé do Rocha	44%	29%
Pedras de Fogo	38%	30%
Conde	66%	55%
Lagoa Seca	43%	35%

Fonte: QEdu (tabela produzida pelo ECD)

Tabela 5.2.b - Percentual do aprendizado em Português e Matemática nas 20 maiores cidades da Paraíba, nos anos finais do Ensino Fundamental (Rede Municipal - 2023)

MUNICÍPIOS	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA
João Pessoa	32%	10%
Campina Grande	31%	11%
Santa Rita	21%	5%
Patos	33%	16%
Bayeux	23%	4%
Cabedelo	38%	12%
Sousa	45%	26%
Cajazeiras	33%	14%
Guarabira	29%	8%
Sapé	24%	7%
Queimadas	49%	32%
Mamanguape	33%	14%
Pombal	47%	22%



Monteiro	38%	21%
São Bento	34%	16%
Esperança	29%	12%
Catolé do Rocha	32%	13%
Pedras de Fogo	26%	11%
Conde	31%	12%
Lagoa Seca	30%	10%

Fonte: QEDu (tabela produzida pelo ECD)

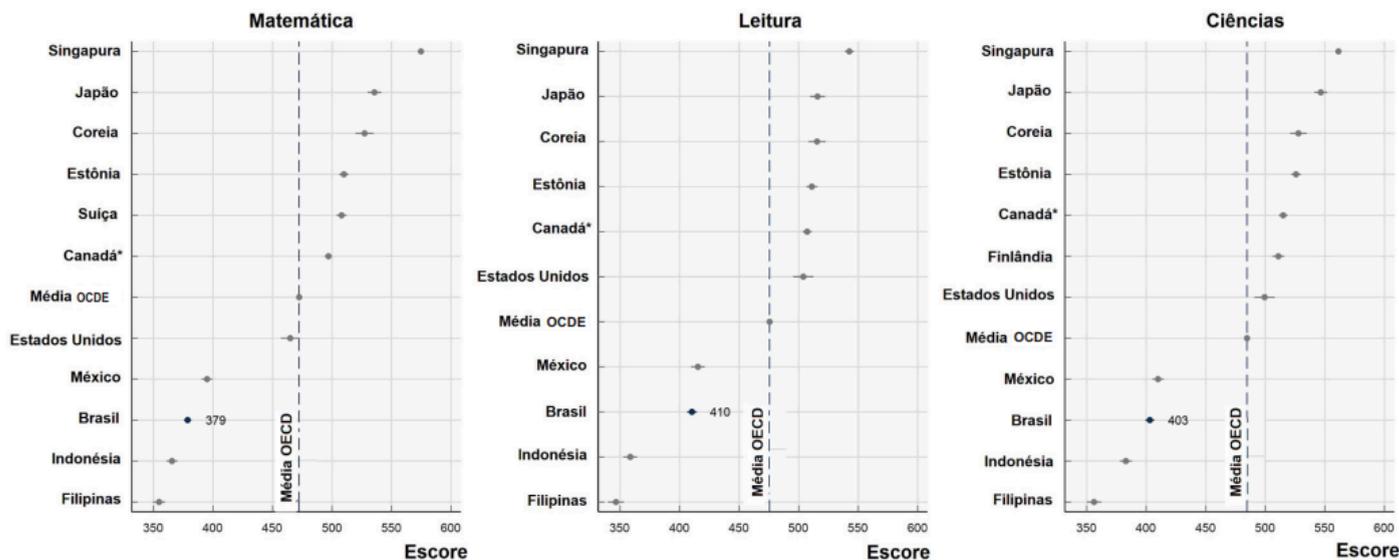
Quanto aos resultados do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) 2022, no Brasil, 27% dos estudantes atingiram pelo menos o Nível 2 de proficiência em matemática, significativamente menor do que a média dos estudantes entre os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) - média da OCDE: 69%, no mínimo, esses estudantes podem interpretar e reconhecer, sem instruções diretas, como uma situação simples pode ser representada matematicamente (por exemplo, comparar a distância total de duas rotas alternativas ou converter preços em uma moeda diferente). Mais de 85% dos estudantes de Singapura, Macau (China), Japão, Hong Kong (China)*, Taipé Chinês e Estônia (em ordem decrescente de participação) tiveram desempenho nesse nível ou acima⁴⁶.

Cerca de **1% dos estudantes do Brasil tiveram alto desempenho em matemática**, o que significa que atingiram o Nível 5 ou 6 no teste de matemática do Pisa (**média da OCDE: 9%**). Seis países e economias asiáticas tiveram as maiores proporções de estudantes com esse desempenho: **Singapura (41%), Taipé Chinês (32%), Macau (China) (29%), Hong Kong (China)* (27%), Japão (23%) e Coreia (23%)**. Nesses níveis, os estudantes podem simular situações complexas matematicamente e podem selecionar, comparar e avaliar estratégias adequadas de solução de problemas para lidar com elas. Somente em 16 dos 81 países e economias participantes do Pisa 2022, tiveram a proporção de mais de 10% dos estudantes atingindo o Nível 5 ou 6 de proficiência⁴⁷.

⁴⁶Mesmo os estudantes brasileiros mais ricos tiveram desempenhos abaixo da média internacional – e muito abaixo de estudantes com o mesmo nível socioeconômico em países com o mesmo perfil do Brasil. O Pisa, que avalia o desempenho de estudantes de 15 e 16 anos, é realizado a cada três anos pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) em 81 países, entre membros e parceiros da organização. Fonte: [BBC](#)

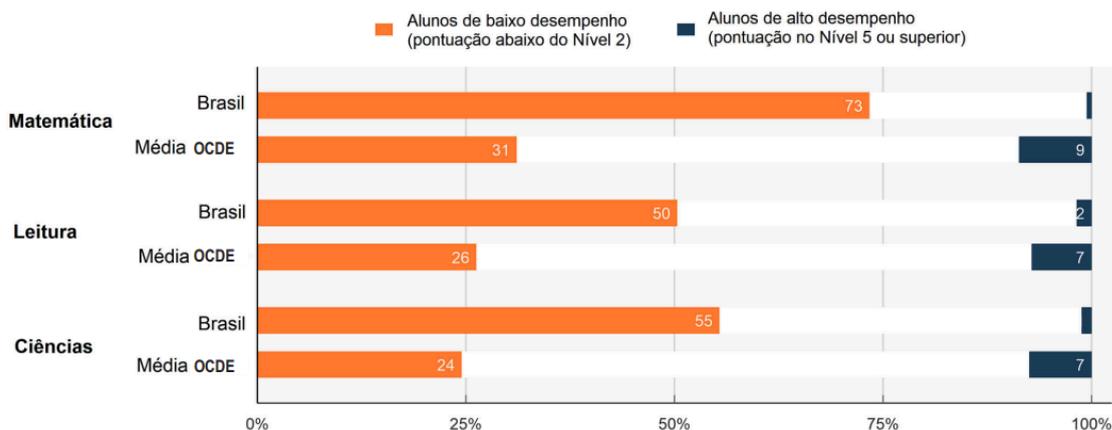
⁴⁷ https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2022/pisa_2022_brazil_prt.pdf

Figura 5.2.b - Desempenho médio em matemática, leitura e ciências no PISA 2022



Fonte: OCDE, Banco de Dados do Pisa 2022

Figura 5.2.c - Estudantes com alto e baixo desempenho em matemática, leitura e ciências (números em porcentagem)



Fonte: OCDE, Banco de Dados do Pisa 2022

Para verificar **informações sobre a educação**, referente aos **223 municípios da Paraíba**, recomenda-se acessar o portal do **INEP** (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Aplicadas Anísio Teixeira) através do QR Code ao lado.



6. INDICADORES-CHAVES DA SAÚDE

Os dados que serão dispostos a seguir sobre alguns indicadores-chaves da saúde, dos municípios paraibanos, foram retirados do **SISAB - Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica**, como também será levada em consideração a nota do **ISF** que é **Indicador Sintético Final** que mede o desempenho dos municípios brasileiros nos indicadores da saúde - atenção básica.

Correspondente ao primeiro quadrimestre de 2025, obtido pelo eSUS Feedback⁴⁸. Os 10 municípios com **melhores ISF do Previne Brasil** na Paraíba, com pontuação 10, foram:

1. Boqueirão;
2. Umbuzeiro;
3. Gado Bravo;
4. Teixeira;
5. Nova Palmeira;
6. Imaculada;
7. São Domingos;
8. Pilar;
9. Nova Olinda;
10. Taperoá.

Enquanto os **10 municípios com ISF mais baixos da Paraíba** foram: **Bayeux, João Pessoa, Santa Rita, São João do Cariri, Sapé, São José dos Cordeiros, Santa Helena, Nova Floresta, Cuité de Mamanguape e Marcação**, com pontuação ISF variando em torno de 3,60 a 6,67. **Chama atenção que 4, das maiores cidades do Estado, estejam presentes na classificação de pontuações mais baixas.**

A plataforma **SISAB**⁴⁹, com informações até o 1º quadrimestre de 2025, disponibiliza porcentagens que indicam a proporção da população que recebeu atendimento, em cada grau de especialidade, assim como em cada município. As informações dos 20 maiores municípios estão dispostas a seguir:

⁴⁸[Lista Previne Brasil - eSus Feedback](#)

⁴⁹Para acesso às informações dos 223 municípios acessar o portal do SISAB - <https://sisab.saude.gov.br/paginas/acesoRestrito/relatorio/federal/indicadores/indicadorPainel.xhtml>



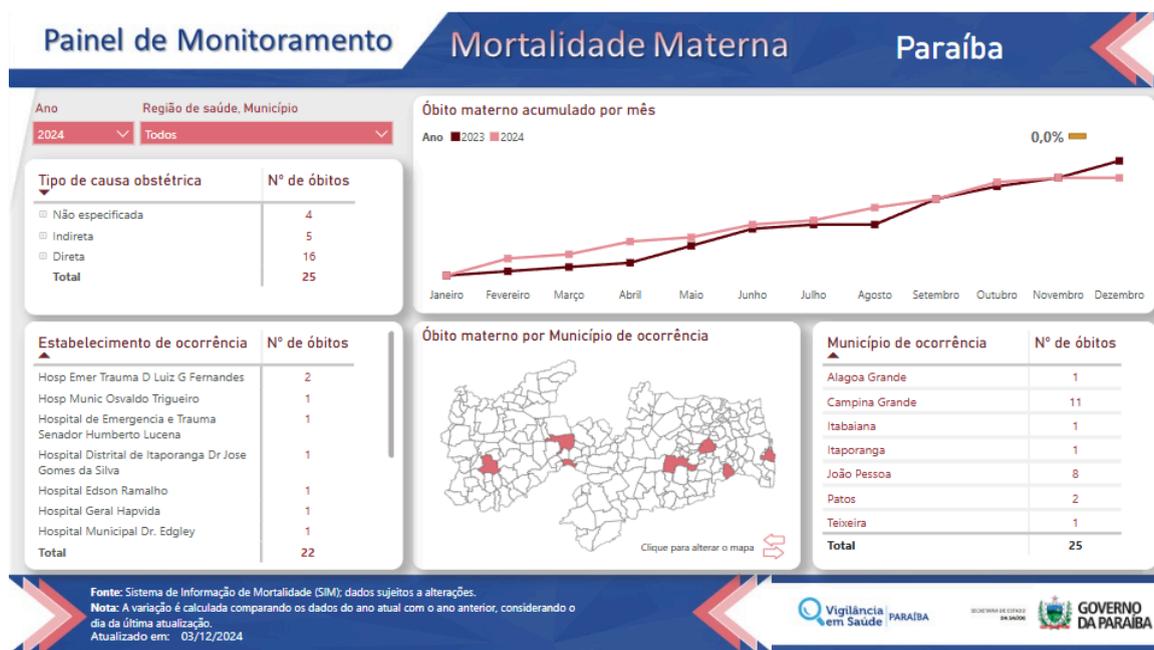
Tabela 6.a - Porcentagem de atendimentos da Atenção Básica nas 20 maiores cidades do estado

Cidades	Pré-natal (6 consultas)	Pré-natal (sífilis e HIV)	Saúde Bucal (gestantes)	Cobertura Citopatológica	Cobertura (vacinal) Pólio e Penta	Aferição de PA para Hipertensão	Diabetes (hemoglobina glicada)
João Pessoa	21%	39%	37%	15%	38%	13%	3%
Campina Grande	48%	56%	38%	23%	82%	23%	13%
Santa Rita	45%	66%	30%	12%	68%	10%	8%
Patos	63%	70%	54%	19%	89%	18%	10%
Bayeux	20%	41%	5%	26%	51%	10%	7%
Cabedelo	58%	72%	66%	26%	75%	24%	19%
Sousa	69%	86%	90%	30%	90%	34%	35%
Cajazeiras	62%	72%	70%	25%	91%	27%	24%
Guarabira	46%	71%	46%	26%	91%	17%	17%
Sapé	47%	83%	41%	16%	74%	8%	6%
Queimadas	75%	85%	84%	50%	89%	26%	18%
Mamanguape	58%	87%	64%	24%	83%	11%	9%
Pombal	84%	98%	82%	40%	93%	26%	22%
Monteiro	74%	95%	90%	49%	96%	36%	39%
São Bento	75%	88%	72%	20%	90%	12%	11%
Esperança	61%	78%	73%	44%	100%	43%	45%
Catolé do Rocha	80%	95%	85%	35%	95%	26%	26%
Pedras de Fogo	65%	79%	80%	32%	70%	22%	17%
Conde	63%	78%	75%	45%	94%	39%	34%
Lagoa Seca	64%	73%	73%	36%	93%	20%	20%
META	> ou = 45%	> ou = 60%	> ou = 60%	> ou = 40%	> ou = 95%	> ou = 50%	> ou = 50%

Fonte: SISAB

De acordo com o **Painel de Monitoramento do Secretaria de Saúde do Estado** sobre a **Mortalidade Materna**, houve 25 casos de óbitos no Estado da Paraíba em 2024, contabilizados em 7 cidades do Estado, com 8 casos em João Pessoa, 11 em Campina Grande, 2 em Patos e nas cidades de Itabaiana, Alagoa Grande, Teixeira e Itaporanga contabilizaram 1 caso⁵⁰.

Figura 6.a - Painel de Monitoramento Mortalidade Materna 2024

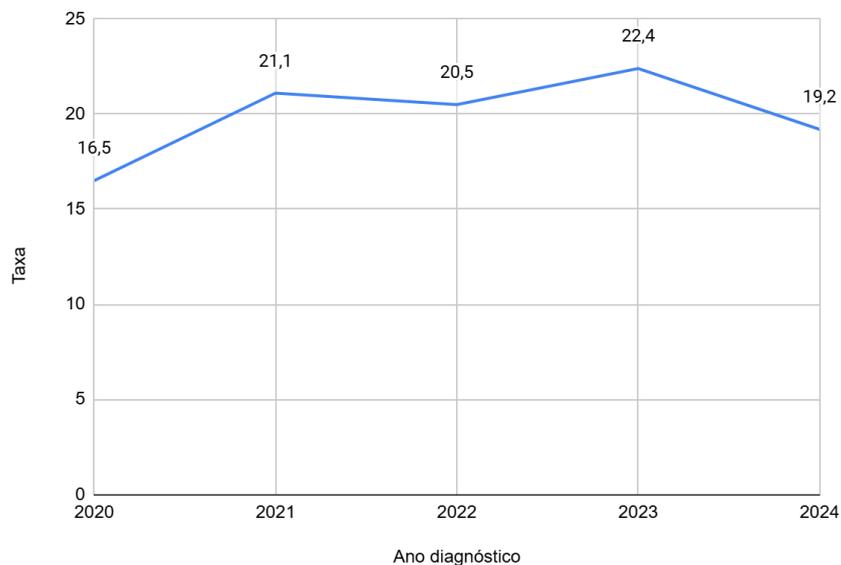


Fonte: [Painel de Mortalidade Materna - Vigilância em Saúde](#)

De acordo com o **Boletim Epidemiológico 01/2024, da Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba, com informações até outubro/2024**, os maiores números de casos novos de HIV no ano de 2024 foram registrados nas seguintes cidades: João Pessoa (406), Campina Grande (52), Bayeux (37), Santa Rita (32), Patos (19), Cabedelo (15), Cajazeiras (12), Mamanguape (12), Caaporã (9), Jacaraú (9), Alhandra (8) e Conde (8).

⁵⁰Mais informações sobre quais cidades tiveram óbito materno no ano de 2024: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/consultas/vigilancia-em-saude-1/painel-de-mortalidade-materna>

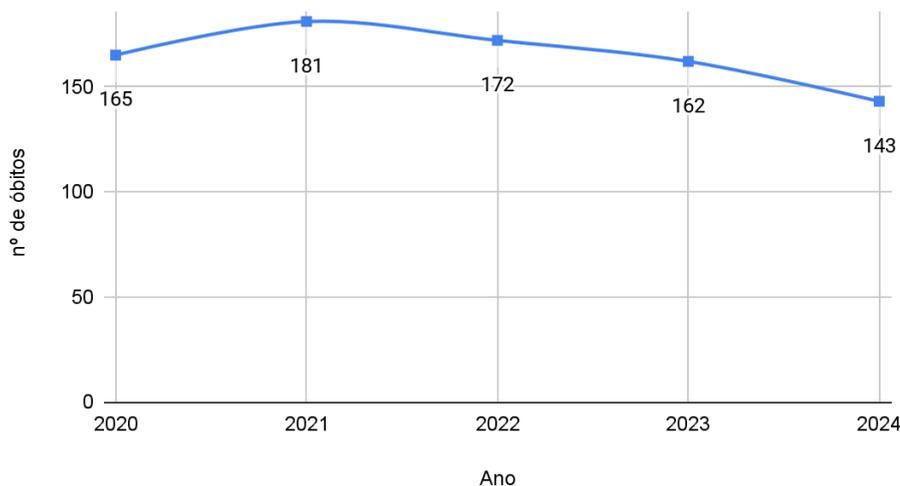
Gráfico 6.a - Taxa de detecção de casos de HIV (x 100 mil hab) na Paraíba, entre 2020 e 2024



Fonte: Sinan/SES-PB - Boletim Epidemiológico de HIV 01/2024 (gráfico elaborado pelo ECD)

Em relação **a mortalidade decorrente do HIV e como causa básica AIDS**, houve uma diminuição, visto que em 2020 o coeficiente era de 4,1 óbitos/ 100 mil habitantes, enquanto em 2024 esse coeficiente reduziu para 3,5 óbitos/100 mil⁵¹.

Gráfico 6.b - Número de óbitos em decorrência da AIDS, na Paraíba, entre 2020 e 2024



Fonte: Sinan/SES-PB - Boletim Epidemiológico de HIV 01/2024 (gráfico elaborado pelo ECD)

⁵¹Boletim Epidemiológico de HIV 01/2024

<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/arquivos-1/vigilancia-em-saude/boletim-epidemiologico-de-hiv-aids-1-2024.pdf>



Tabela 6.b - Número de casos de HIV, AIDS, gestantes com HIV, entre 2023 e 2024

	HIV		AIDS		GESTANTE COM HIV	
	2023	2024*	2023	2024*	2023	2024*
João Pessoa	435	406	143	98	37	25
Campina Grande	105	52	9	17	12	6
Santa Rita	37	32	16	16	5	1
Patos	22	19	5	12	2	1
Bayeux	23	37	10	13	7	3
Cabedelo	28	15	11	5	3	1
Sousa	11	6	8	1	2	1
Cajazeiras	21	10	3	3	1	0
Guarabira	9	7	5	2	1	1
Sapé	8	7	9	0	1	2
Queimadas	8	7	2	2	2	0
Mamanguape	10	12	10	7	1	4
Pombal	10	5	5	5	0	2
Monteiro	9	7	3	0	1	0
São Bento	1	4	1	0	0	0
Esperança	2	0	0	1	0	0
Catolé do Rocha	0	2	0	0	0	0
Pedras de Fogo	5	4	4	0	0	2
Conde	5	8	3	6	2	1
Lagoa Seca	4	0	0	0	0	2

Fonte: Boletim Epidemiológico HIV/AIDS nº 01/2024 (tabela elaborada pelo ECD) acesso em 03/06/2025

Obs.: *dados até outubro/2024

A **Atenção Primária à Saúde** dá ênfase também ao diagnóstico e tratamento da **Sífilis**, sendo ela **congenita** (quando há a infecção do bebê através da placenta, em qualquer momento da gravidez, ocorrendo quando a gestante não recebe o tratamento ou este foi ineficaz), **adquirida** (relações sem preservativo ou por transfusão de sangue) e em **mulheres gestantes**.

Na figura abaixo visualiza-se a contabilização dos casos de Sífilis nos anos de 2020 a 2024 no estado. Além disso, a **tabela 6.c** mostra a contabilização dos casos de sífilis em gestantes, sífilis congênita e sífilis adquirida, nas 20 maiores cidades do estado.

Tabela 6.c - Casos de Sífilis, de 2020 a 2024 (até 16/07/2024), na Paraíba

Ano	Gestantes	Congênita	Adquirida
2020	843	354	992
2021	1.055	441	1.335
2022	969	386	1.551
2023	1.021	321	1.712
2024	501	207	1104

Fonte: Secretaria de Saúde PB - Boletim Epidemiológico de Sífilis nº 07/2024⁵²

Tabela 6.d - Número de casos de Sífilis em 2024, nas 20 maiores cidades do Estado

CIDADES	SÍFILIS EM GESTANTES	SÍFILIS CONGÊNITA	SÍFILIS ADQUIRIDA
<i>João Pessoa</i>	191	101	190
<i>Campina Grande</i>	35	9	7
<i>Santa Rita</i>	33	18	11
<i>Patos</i>	4	1	1
<i>Bayeux</i>	24	11	10
<i>Cabedelo</i>	11	3	3
<i>Sousa</i>	4	5	-
<i>Cajazeiras</i>	1	-	8
<i>Guarabira</i>	3	-	1
<i>Sapé</i>	4	3	1
<i>Queimadas</i>	2	2	-
<i>Mamanguape</i>	7	3	2
<i>Pombal</i>	3	1	3
<i>Monteiro</i>	1	-	2
<i>São Bento</i>	2	-	1
<i>Esperança</i>	2	-	-
<i>Catolé do Rocha</i>	3	1	1
<i>Pedras de Fogo</i>	2	2	-
<i>Conde</i>	7	3	1
<i>Lagoa Seca</i>	-	1	-

Fonte: [Indicadores Epidemiológicos - Painel de Indicadores](#) (dados até 30/06/2024)

acesso em 03/06/25

⁵²<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/arquivos-1/vigilancia-em-saude/boletim-epidemiologico-de-sifilis-n-o-7-2024-2.pdf>

Um dos elementos essenciais para que haja equidade no acesso à saúde, é o acesso da população à **vacinação**, eficaz na prevenção de doenças, tendo como consequente melhora dos indicadores de saúde das cidades e dos estados. Os dados apresentados a seguir foram obtidos do site do **Ministério da Saúde**, tendo ênfase nos dados vacinais por ocorrência (consideram o local de administração das doses no estado, município e/ou estabelecimento de saúde). Na **Paraíba, em 2024**, a porcentagem de recém nascidos que foram vacinados com a **BCG foi de 103,09%**, enquanto àqueles que foram vacinados com a vacina contra **Hepatite B foram de 102,11%**.

Tabela 6.e - Cobertura Vacinal por ocorrência, em recém nascidos (<30 dias de vida), nas 20 maiores cidades do Estado - ano 2024

Cidades	BCG	Hepatite B
João Pessoa	129,05%	130,03%
Campina Grande	120,68%	119,58%
Santa Rita	130,78%	126,62%
Patos	246,62%	251,75%
Bayeux	51,85%	51,47%
Cabedelo	55,72%	56,98%
Sousa	125,46%	118,92%
Cajazeiras	178,15%	176,54%
Guarabira	263,18%	260%
Sapé	35,12%	30,52%
Queimadas	134,07%	127,26%
Mamanguape	193,30%	187,43%
Pombal	135,54%	128,61%
Monteiro	107,84%	101,90%
São Bento	72,96%	68,88%
Esperança	78,27%	75,31%
Catolé do Rocha	128,24%	125,29%
Pedras de Fogo	47,88%	45,24%
Conde	38,50%	35,99%
Lagoa Seca	64,62%	62,87%

Fonte: Ministério da Saúde (acesso em: [Calendário Nacional Vacinação](#)) - acesso em 25/06/25

7. INDICADORES-CHAVES DA PRIMEIRA INFÂNCIA

A **atenção à Primeira Infância** constitui elemento estratégico para a promoção do bem-estar das crianças, de suas famílias e da sociedade como um todo. O investimento qualificado nessa etapa do desenvolvimento humano assegura o acesso a serviços públicos essenciais – notadamente nas áreas de educação, saúde e assistência social –, os quais são determinantes para o pleno desenvolvimento infantil.

A abordagem da Primeira Infância como política pública integrada demanda a atuação articulada de múltiplas áreas setoriais. Vai além da provisão de educação infantil (creche e pré-escola), incorporando ações intersetoriais que envolvem saúde, proteção social, cultura, direitos humanos e demais políticas públicas voltadas à garantia dos direitos das crianças na faixa etária de zero a seis anos.

Nesse contexto, o **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB)** institui um espaço voltado ao **Pacto Paraibano pela Primeira Infância**, com o objetivo de fomentar a cooperação interinstitucional e promover a implementação de ações estruturadas voltadas ao desenvolvimento integral da criança.

A iniciativa visa à consolidação de um ambiente colaborativo que permita a troca de boas práticas, a disseminação de experiências exitosas e a articulação de soluções inovadoras, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas destinadas à Primeira Infância no Estado da Paraíba, com vistas à garantia de direitos e à melhoria efetiva da qualidade de vida das crianças.

Além disso, a **Fundação Maria Cecília Souto Vidigal** teve a iniciativa de criar o portal “Primeira Infância Primeiro”, onde há os resultados dos indicadores referentes a crianças de 0 - 6 anos, onde dispõe sobre demografia, saúde, segurança e proteção, educação infantil, nutrição e parentalidade, servindo como um local de informações, cursos e recomendações para gestores e público geral. O TCE PB utilizou a parceria com a Fundação citada, para elencar os indicadores no seu portal.

Assim como o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em conjunto com o Instituto Rui Barbosa, divulgaram no primeiro trimestre de 2025, o livro: **A primeira infância e os Tribunais de Contas - Desigualdades**, no qual relata entrevistas, problemáticas, boas práticas, recomendações e indicadores sobre este tema. Em relação à Paraíba e ao Brasil

as tabelas abaixo dispõem dos indicadores e metas requeridas, com informações do ano de 2023. Alguns dos indicadores disponíveis na plataforma do TCE, referentes às 20 maiores cidades da Paraíba, estão dispostos na **tabela 7.a**.

Figura 7.a - Site Primeira Infância



Fonte: Portal Primeira Infância⁵³

É importante levar em consideração a meta para cada indicador, pois, para estar entre as melhores cidades do Brasil (em relação ao referente indicador), a taxa de **mortalidade infantil** do município deve ser de **0,00 a 6,76 óbitos/ mil**; a **cobertura de atenção primária** deve estar em **100%**; a **porcentagem de crianças entre 0 a 3 anos em creches** deve ser de **45,80% a 100%**; enquanto **para as crianças entre 4 a 5 anos** deve ser de **97,17% a 100%**; a **vacinação de BCG** deve ser entre **100% a 387,50%**, enquanto a de **Hepatite B** deve ser entre **100% a 350%**.

Tabela 7.a - Indicadores Painel Primeira Infância PB - 2023

Unidades da Federação/ Cidades	Mortalidade Infantil (óbitos x mil)	Cobertura atenção primária	% Atendimento Creches (0 a 3 anos)	% Atendimento Pré-Escola (4 a 5 anos)	Vacinação - BCG	Vacinação - Hepatite B
João Pessoa	12,58	85,78%	29,99%	69,48%	53,10%	63,56%
Campina Grande	15,62	71,91%	31,76%	82,25%	89,35%	69,83%
Santa Rita	14,57	89,33%	18,14%	61,62%	115,37%	75,64%

⁵³ <https://tce.pb.gov.br/portalprimeirainfancia/>



Patos	10,57	100%	33,61%	89,20%	85,88%	83,76%
Bayeux	17,02	100%	24,26%	82,97%	86,81%	76,26%
Cabedelo	11,34	100%	24,98%	61,19%	103,85%	88,32%
Sousa	10,61	100%	12,56%	90,73%	82,67%	89,98%
Cajazeiras	10,23	100%	42,55%	100%	94,37%	99,74%
Guarabira	6,47	100%	32,93%	97,46%	108,02%	85,90%
Sapé	12,32	100%	27,39%	88,95%	88,03%	92,96%
Queimadas	14,95	100%	35,25%	94,16%	100,17%	111,30%
Mamanguape	13,62	100%	10,36%	78,97%	88,28%	80,38%
Pombal	19,89	100%	46,16%	95,20%	96,32%	87,54%
Monteiro	13,99	100%	42,97%	100%	113,05%	100,23%
São Bento	7,56	100%	39,52%	100%	48,87%	98,74%
Esperança	13,07	100%	27,97%	85,83%	109,59%	89,32%
Catolé do Rocha	5,9	100%	34,85%	99,74%	101,18%	102,36%
Pedras de Fogo	14,02	100%	36,63%	94,23%	83,88%	91,82%
Conde	12,66	100%	30,93%	100%	123,42%	112,03%
Lagoa Seca	6,19	100%	24,60%	85,88%	112,69%	101,24%
PB	12,96	93,52%	32,60%	86,29%	91,14%	87,73%
BR	12,62	83,94%	37,76%	89,95%	87,28%	87,26%

Fonte: Painel Portal Primeira Infância PB

<https://fastly.primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/embed/diagnostico/joao-pessoa-pb> (tabela elaborada pelo ECD)

Para informações dos 223 municípios da Paraíba, além das taxas nacionais, regionais e de outros estados/cidades da federação, acessar o QR Code ao lado.



8. INDICADORES-CHAVES DA SEGURANÇA PÚBLICA E INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

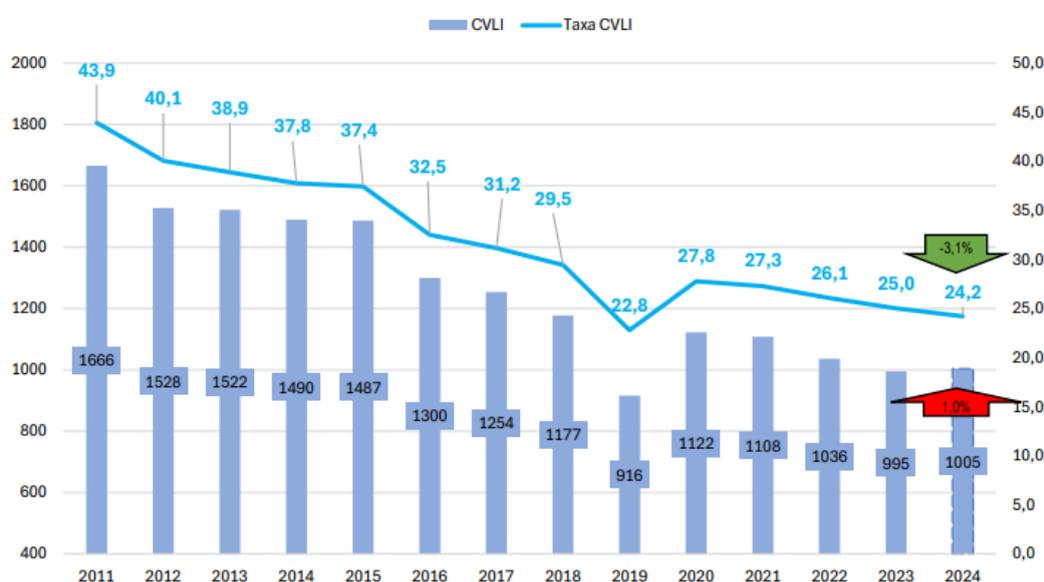
A segurança pública faz parte de medidas que asseguram, aos cidadãos, uma vida livre de perigos, danos e riscos eventuais. Ela faz parte da ordem pública e é um conjunto de processos jurídicos e políticos que concretizam a garantia de igualdade, liberdade e proteção.

Dentre a Agenda 2030 da ONU, o **ODS 16** é referente a busca e promoção da justiça, segurança e uma sociedade mais pacífica, tendo por base redução de mortes, tráfico, tortura e uma promoção de um Estado de Direito mais justo⁵⁴.

A **taxa de CVLI** é um indicador que mede o número de **Crimes Violentos Letais Intencionais** em uma determinada localidade, a cada 100 mil habitantes. Nele estão incluídos: homicídio doloso, latrocínio, feminicídio, lesão corporal seguida de morte, além de outros crimes seguidos de morte (**com exceção das mortes por intervenções dos agentes do Estado**, este tipo, quando incluído, passa a englobar a contabilização do MVI - Mortes Violentas e Intencionais).

Esse indicador é de extrema importância, e é coletado por órgãos como o IML, Polícia Científica, Polícia Civil, além dos Serviços de Inteligência Governamentais. Na Paraíba, **a taxa de CVLI teve diminuição no ano de 2024**, enquanto o valor aumentou em 1%, em relação ao ano anterior, como observado no gráfico abaixo que mostra a série histórica destes crimes no estado.

Gráfico 8.a - Crime Violento Letal Intencional Série Anual - CVLI (PB) (2011-2024)



Fonte: Anuário da Segurança e da Defesa Social na Paraíba 2024

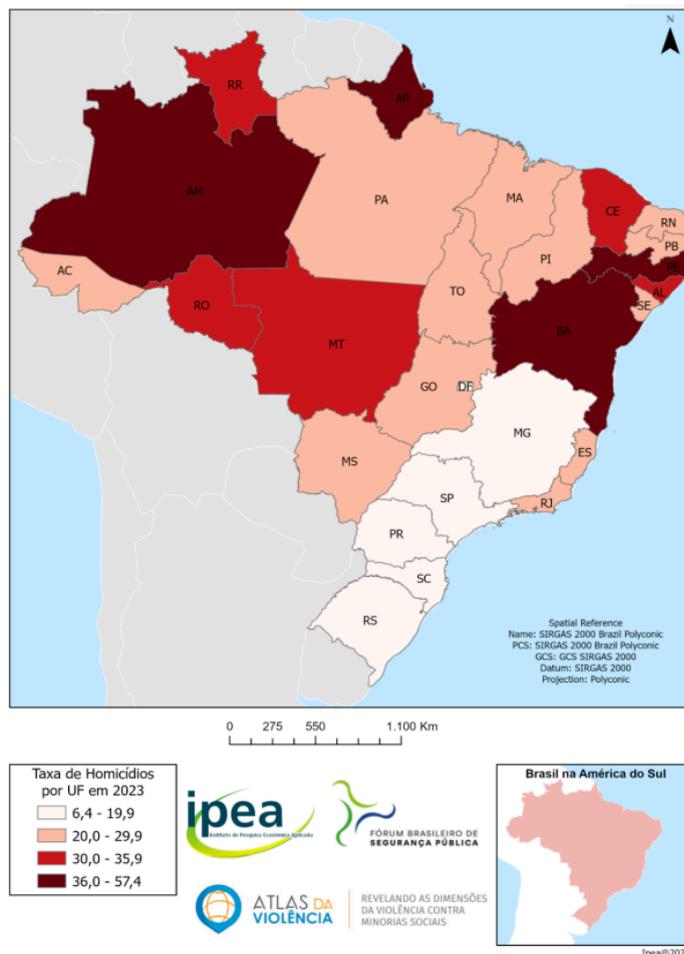
No ano de **2024**, a Paraíba registrou **1.005** vítimas de Crimes Violentos Letais e Intencionais, um aumento de 1% em relação ao ano de 2023, que foi de **995** vítimas. No

⁵⁴ <https://www.estrategiaods.org.br/os-ods/ods16/>

entanto, houve uma diminuição do **MVI decorrente de confrontos policiais na Paraíba** que foram 56 óbitos em 2024, contra 74 do ano anterior.

Importante salientar que, em escala nacional, em 2023, a Paraíba não estava elencada entre as unidades da federação com as maiores taxas de homicídios registradas no país, vide informações do **Atlas da Violência 2025**⁵⁵ e figura a seguir.

Figura 8.a - Brasil: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes por estado - 2023



Fonte: Atlas da Violência 2025 - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

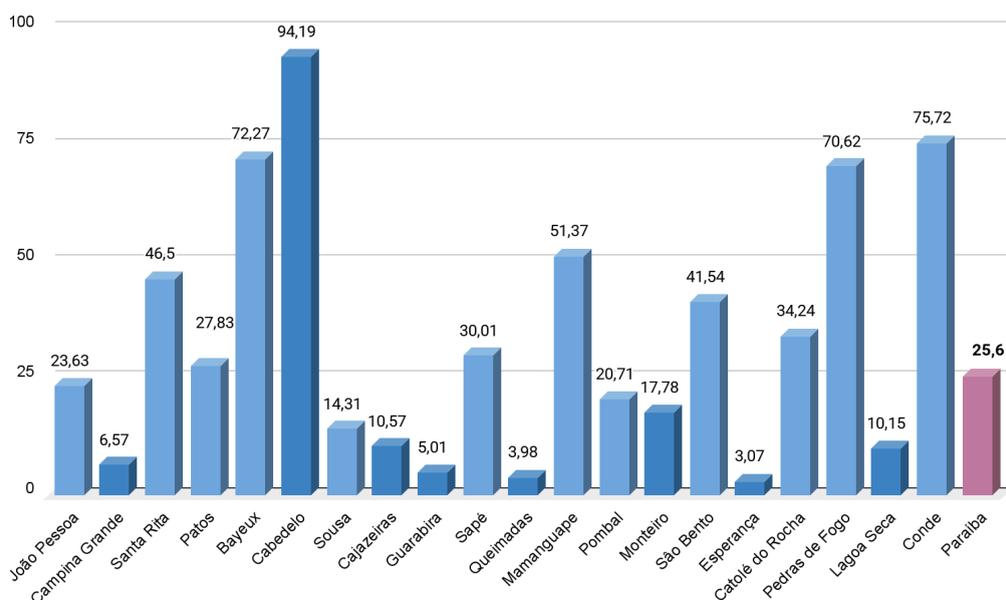
De acordo com o Anuário da Segurança e da Defesa Social na Paraíba 2024, o Estado da **Paraíba é o 6º estado nordestino com maior taxa de CVLI**, com uma taxa de **24,2 óbitos** a cada 100 mil habitantes, estando a frente do Rio Grande do Norte (21,8), Piauí (19,3) e Sergipe (16,5).

Dentre os 20 maiores municípios, **aqueles que possuem a taxa superior à do**

⁵⁵ <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/05/atlas-violencia-2025.pdf>

Estado são: Santa Rita, Bayeux, Cabedelo, Patos, Sapé, Mamanguape, São Bento, Catolé do Rocha, Pedras de Fogo e Conde.

Gráfico 8.b -Taxa de CVLI/100mil hab dos maiores municípios paraibanos no ano de 2024⁵⁶



Fonte: Anuário da Segurança e da Defesa Social na Paraíba 2024 (gráfico elaborado pelo ECD)

É importante citar que algumas das 20 maiores cidades do Estado, obtiveram uma diminuição no número de CVLI de 2023 a 2024, no qual nota-se uma diminuição pronunciada no Conde, como visualizado na tabela a seguir. A tabela também mostra a série histórica do CVLI entre os anos de 2021 a 2024.

Tabela 8.a - Número de CVLI de 2021 a 2024

CIDADES	2021	2022	2023	2024
João Pessoa	217	189	211	210
Campina Grande	47	39	27	29
Santa Rita	68	82	63	74
Patos	29	47	31	30
Bayeux	33	36	44	61
Cabedelo	16	9	44	66
Sousa	15	15	8	10

⁵⁶ Cálculo da taxa foi construído a partir do número de CVLI contido no Anuário 2024 e população IBGE 2024 (exceto taxa da Paraíba que já se encontrava no Anuário).

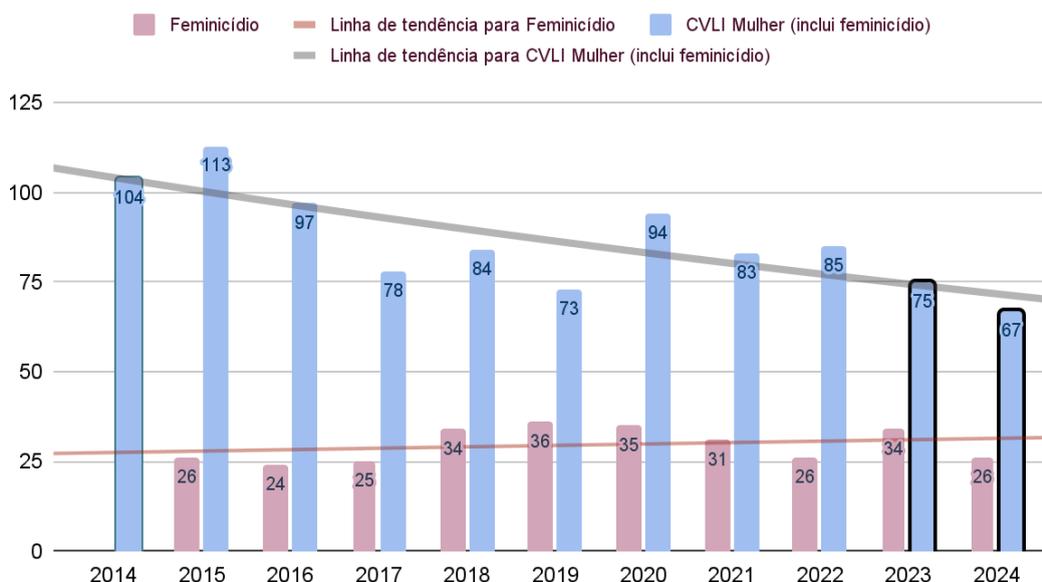


Cajazeiras	15	9	9	7
Guarabira	7	6	8	3
Sapé	9	8	13	16
Queimadas	10	8	4	2
Mamanguape	8	15	14	24
Pombal	10	12	9	7
Monteiro	9	8	8	6
São Bento	13	25	19	14
Esperança	2	3	1	1
Catolé do Rocha	7	23	18	11
Pedras de Fogo	21	16	26	22
Conde	17	12	22	3
Lagoa Seca	4	5	3	22

Fonte: Anuário da Segurança e da Defesa Social na Paraíba 2024 (tabela produzida pelo ECD)

No que se refere à **violência contra a mulher**, houve uma **redução de 11%** no número de CVLI em 2024, em relação a 2023. Assim como, houve uma diminuição de **feminicídios**, com **34** casos em 2023 para **26** casos em 2024 (**queda de 23%**). A maior parte das mulheres que são vítimas de feminicídio se encontram na faixa de 20-24 anos e 30-34 anos, totalizando 13% das vítimas em todo o Estado⁵⁷.

Gráfico 8.c - Série Histórica dos Feminicídios e CVLI contra a mulher na Paraíba



Fonte: Anuário da Segurança e da Defesa Social na Paraíba 2024 (gráfico elaborado pelo ECD)

⁵⁷Anuário da Segurança e da Defesa Social na Paraíba 2024

9. SEGURANÇA VIÁRIA E MOBILIDADE

O crescimento populacional e econômico progressivo das cidades paraibanas encontrou seguimento no aumento excessivo da frota veicular, tendo como consequência, o agravamento dos problemas de locomoção urbana. Para que esta problemática seja minimizada é necessário planejar a mobilidade urbana de forma efetiva, atendendo as demandas de cada cidade e da população.

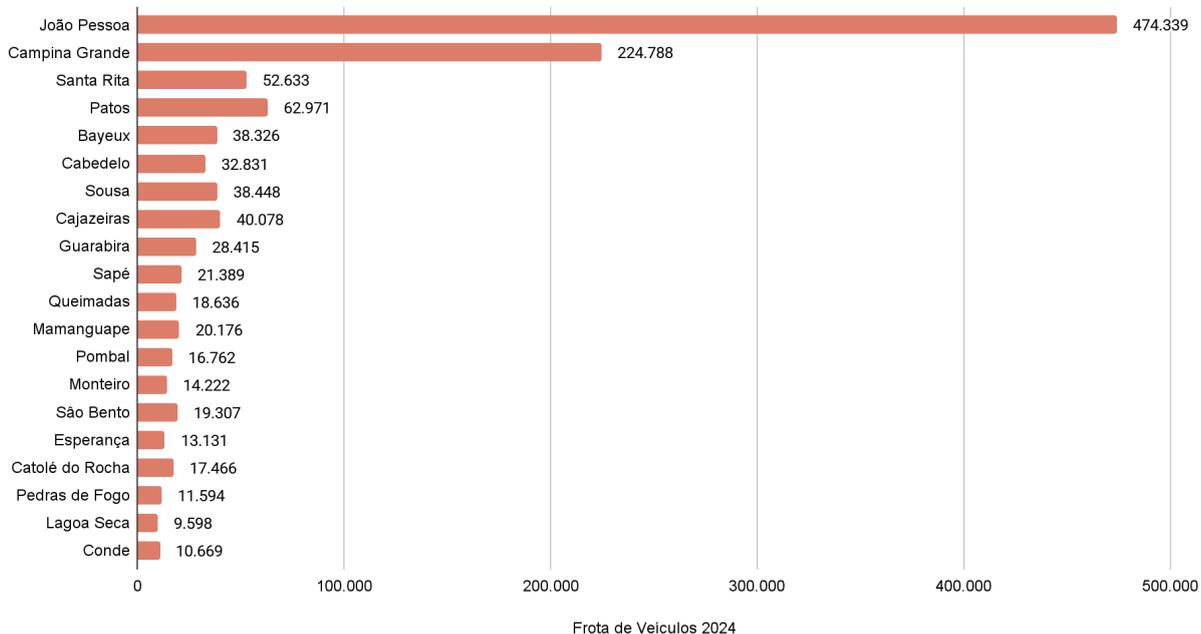
O **Estatuto das Cidades** e a **Lei 12.587/12**, que regem a Política Nacional de Mobilidade Urbana (alterada pela **Lei 13.683/18**) indicam que é obrigação da gestão de cada município atentar-se para este quesito, para melhorar a qualidade de vida de sua população e da vida nas cidades.

No ano de **2023**, a frota da Paraíba, atingiu o número de **1.593.744 veículos**, totalizando **384,5 veículos a cada 1.000 habitantes**⁵⁸. Em **2024**, esse número atingiu **1.673.626 veículos**, um crescimento de aproximadamente **5%**⁵⁹. Considerando que o crescimento médio populacional da Paraíba, a cada ano, é de **0,45%** (censo de 2010 e 2022), a partir desses dados, nota-se uma situação crítica resultante desse incremento de veículos à infraestrutura viária das cidades paraibanas, além do impacto ambiental, saúde pública e no bem-estar da população.

⁵⁸<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>

⁵⁹[Frota de Veículos Senatran 2023](#) e [Frota de veículos 2024](#)

Gráfico 9.a - Frota de veículos nas 20 maiores cidades da Paraíba 2024



Fonte: Ministério dos Transportes 2024 (gráfico elaborado pelo ECD)

Na tabela abaixo verifica-se a **taxa de crescimento da frota veicular** nas 20 maiores cidades da Paraíba. Nota-se o evidente aumento de veículos em todas as cidades.

Tabela 9.a - Frota Veicular 2023 - 2024 nas 20 maiores cidades do Estado

Cidades	Frota de Veículos 2023	Frota de Veículos 2024	Crescimento	Taxa de motorização (2024)
João Pessoa	456.413	474.339	3,78%	533,76
Campina Grande	215.755	224.788	4,02%	509,79
Santa Rita	49.618	5.2633	5,73%	330,77
Patos	59.874	62.971	4,92%	584,29
Bayeux	35.583	38.326	7,16%	454,08
Cabedelo	30.455	32.831	7,24%	468,57
Sousa	36.469	38.448	5,15%	550,23
Cajazeiras	37.986	40.078	5,22%	605,67
Guarabira	27.340	28.415	3,78%	474,88
Sapé	20.284	21.389	5,17%	401,23
Queimadas	17.678	18.636	5,14%	371,13
Mamanguape	18.974	20.176	5,96%	431,86
Pombal	16.026	16.762	4,39%	495,98

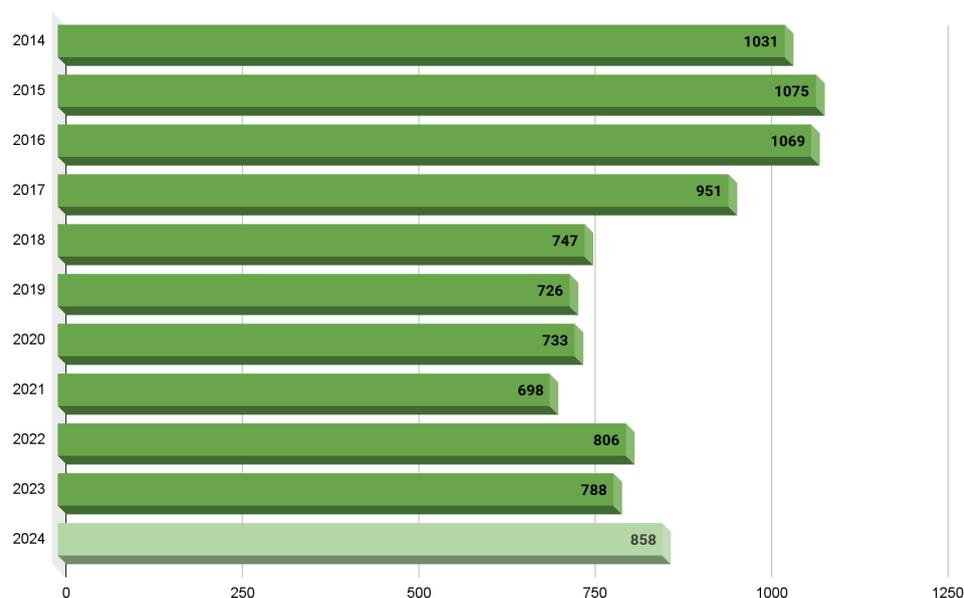


Monteiro	13.150	14.222	7,54%	421,49
São Bento	18.003	19.307	6,75%	572,91
Esperança	1.2460	13.131	5,11%	403,76
Catolé do Rocha	16.496	17.466	5,55%	543,81
Pedras de Fogo	10.230	11.594	11,76%	372,18
Conde	8.819	9.598	8,12%	324,88
Lagoa Seca	10.052	10.669	5,78%	367,23

Fonte: Ministério dos Transportes Senatran (tabela elaborada pelo ECD)

Segundo o Anuário da Segurança e da Defesa Social na Paraíba 2024, compartilhado pela **Secretaria de Segurança e Defesa Social do Estado da Paraíba**, houve um aumento do número de vítimas fatais no trânsito em 2024, foram **858 óbitos**, enquanto em 2023, foram 788 **óbitos**.

Gráfico 9.b - ALT na Paraíba (série histórica)



Fonte: Anuário da Segurança e da Defesa Social na Paraíba 2024 (gráfico elaborado pelo ECD)

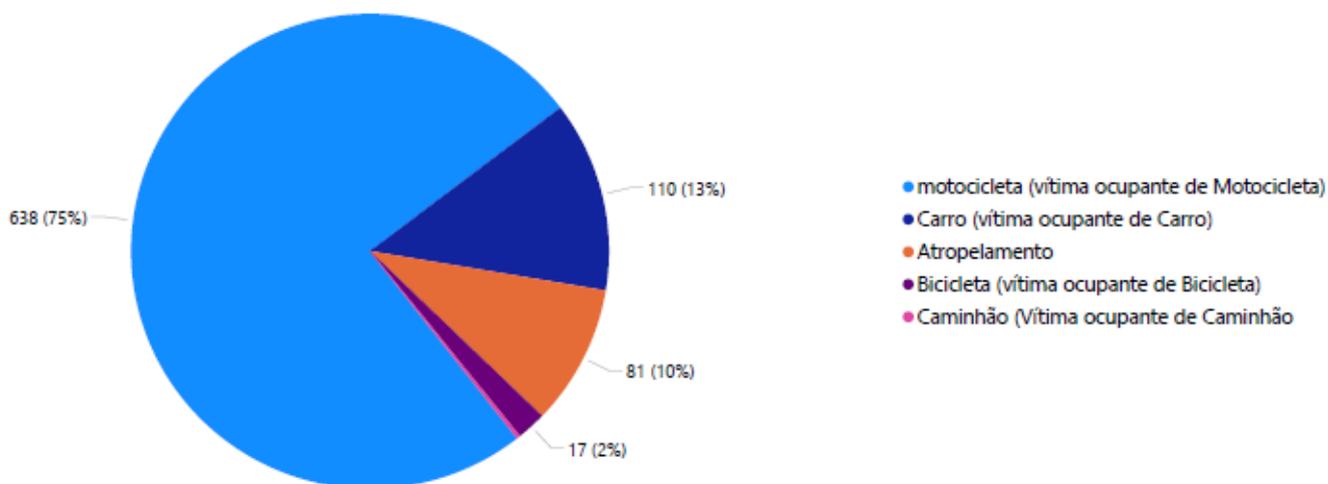
Há de considerar, ainda, **a baixa taxa de municipalização do trânsito no Estado da Paraíba** (somente 38 municípios dos 223 estão com o seu trânsito municipalizado), ou seja, 17% do total. Dentre eles estão⁶⁰: Alhandra, Areia, Aroeiras, Baía da Traição, Barra de Santana, **Bayeux, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Conde, Esperança**, Fagundes,

⁶⁰[Municipalização Trânsito - Paraíba](#)

Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, **João Pessoa**, **Lagoa Seca**, **Mamanguape**, **Monteiro**, **Patos**, **Pedras de Fogo**, Piancó, Pitimbu, **Pombal**, Princesa Isabel, **Queimadas**, Remígio, Rio Tinto, Salgado de São Félix, Santa Helena, **Santa Rita**, **São Bento**, São José de Piranhas, São Mamede, **Sapé**, Serraria, Soledade e **Sousa**. A municipalização é uma condição fundamental para melhorar esses indicadores, desde que haja o devido apoio técnico e gerencial por parte do Governo do Estado, que viabilize a implantação pelos Municípios.

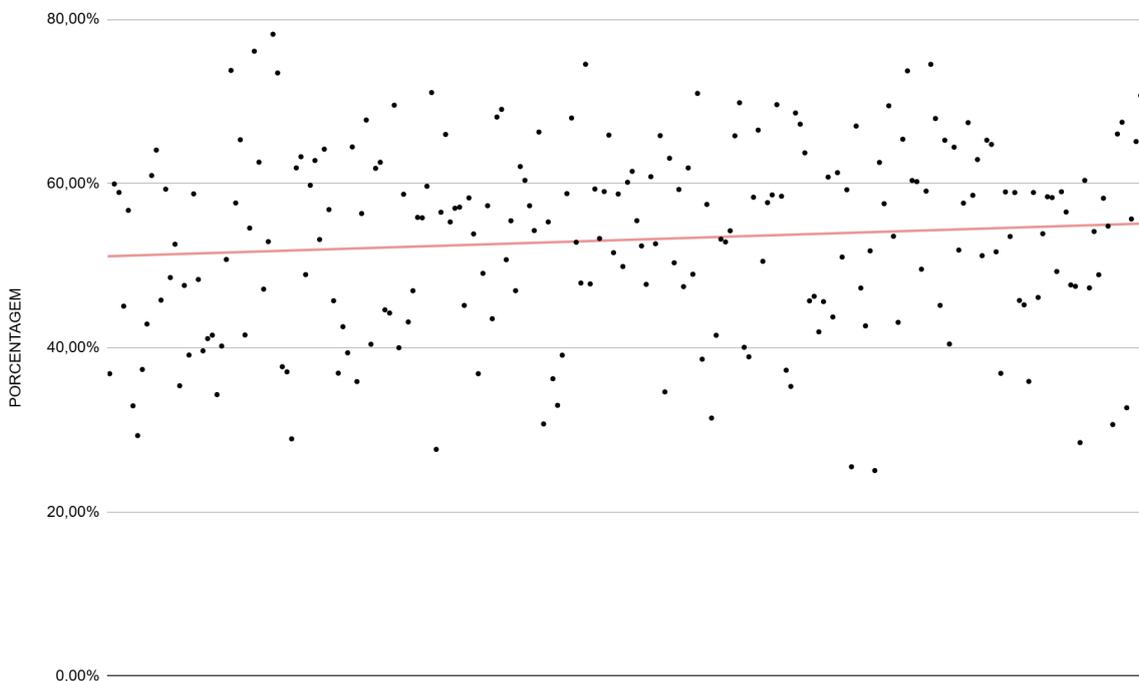
Importante notar o **alto percentual de motocicletas e motonetas na frota estadual nos municípios paraibanos (cerca de 44,2% no ano de 2024)**. Este dado gera um uma situação crítica relacionada aos acidentes de trânsito, com consequências sérias, social e economicamente, inclusive para os custos da saúde no Estado. **Visto que a maior parte das vítimas letais, cerca de 75%, são ocupantes de motocicletas (dado de 2024).**

Gráfico 9.c - Sinistros Letais por Veículo em 2024



Fonte: "Painel de Sinistros: Paraíba pela paz no trânsito" - Secretaria de Segurança e Defesa Social do Estado da Paraíba

Gráfico 9.d - Percentual de Motocicletas e Motonetas em relação à frota total 2024 - municípios



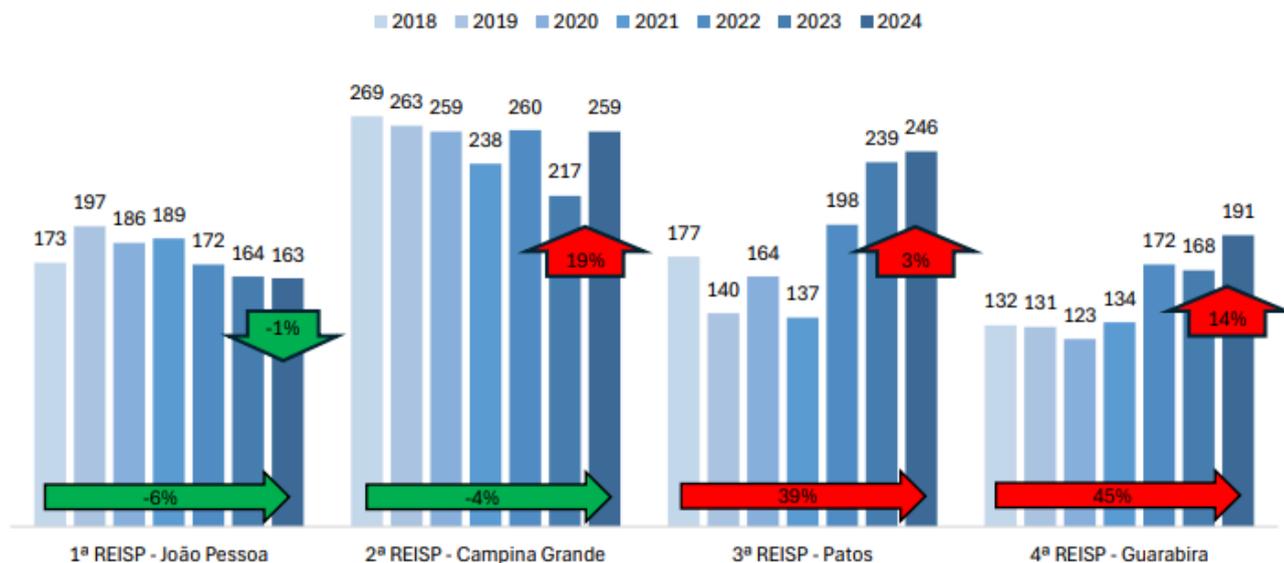
Fonte: Ministério dos Transportes Senatran (tabela elaborada pelo ECD)

A divulgação do Anuário de Segurança Pública pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, trouxe dados referentes ao número de **Acidentes Letais de Trânsito (ALT)** nos municípios da Paraíba, o qual inclui os valores de janeiro a dezembro de 2024.

Tabela 9.b - ALT nos 20 maiores municípios do Estado - 2023 e 2024

CIDADES	ACIDENTES 2023	ACIDENTES 2024
João Pessoa	76	77
Campina Grande	68	72
Santa Rita	22	24
Patos	9	25
Bayeux	9	8
Cabedelo	8	4
Sousa	16	16
Cajazeiras	18	18
Guarabira	9	12
Sapé	12	9
Queimadas	7	8
Mamanguape	10	9

Figura 9.b - Série histórica anual de ALT por regional na Paraíba, de 2018 a 2024



Fonte: Anuário dos Sinistros e Letalidade no Trânsito na Paraíba 2024

Quanto aos **Planos de Mobilidade Urbana (PMU)**, os quais devem contemplar serviços de transporte coletivos, estacionamentos, acessibilidade para pessoas com deficiência, áreas de circulação restrita ou controlada, entre outros aspectos, deve ser revisto e atualizado pelos entes a cada dez anos. No entanto, no Estado da Paraíba, somente os municípios de João Pessoa e Campina Grande tem suas leis aprovadas.⁶¹ O PMU é obrigatório para cidades “com mais de 20.000 habitantes, integrantes de regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento econômico e aglomerações urbanas com população total superior a 1.000.000 habitantes, e integrantes de áreas de interesse turístico”⁶². O PMU de Campina Grande foi instaurado através da Lei Complementar nº 004/2015 e o de João Pessoa através da Lei Ordinária nº 14.515/2022.

Todavia, o Governo Federal sancionou lei que prorroga para 2024 ou 2025 o prazo para que os municípios elaborem seus Planos de Mobilidade Urbana. O documento é exigido pela Lei 12.587, de 2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana para integrar e melhorar os transportes de pessoas e cargas nos municípios. A Lei 14.671 que foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) e já está em vigor, indica que os municípios com mais de 250 mil habitantes terão até 12 de abril de 2024 para apresentar

⁶¹ O plano de Cabedelo está em fase de elaboração/audiências públicas (de acordo com o site <https://www.pdcabedelo.com.br/>).

⁶² [Importância do Plano de Mobilidade Urbana](#)

seus planos. Para os municípios menores, o prazo vai até 12 de abril de 2025⁶³. O Tribunal de Contas deve, pois, cobrar a feitura dos planos.

10. INDICADORES-CHAVES DE SANEAMENTO BÁSICO

A **Paraíba** possui um território correspondente ao semiárido brasileiro, sendo importante destacar que o saneamento básico envolvendo acesso à água, coleta e tratamento de esgoto, exercem papel fundamental nesta região do país, em função da geração de uma maior qualidade de vida para a população que já sofre por questões climáticas⁶⁴.

Segundo o **Painel de Indicadores Brasil SINISA** (antigo SNIS)⁶⁵ **2024** - ano base 2023, a Paraíba possui **28,2% da sua população sem acesso à água, 36,30% com coleta adequada de esgoto, 78,13% com tratamento adequado de esgoto e 87,96% da população com coleta de resíduos sólidos.**

É importante frisar que a eficiência do saneamento básico⁶⁶ torna-se um **componente central à segurança hídrica**, pois perdas de água e ineficiências na prestação dos serviços oneram os custos das companhias e terminam aumentando as tarifas. Além disso, a ausência de coleta, tratamento e reuso de esgoto reduz a oferta de água e tende a contaminar todo o sistema aquático regional. Atentar para o fato que os cursos de água, no perímetro urbano, e dos próprios canais de drenagem urbana construídos, são contaminados, tendo comprometimento sério da saúde da população, por consequência, sua qualidade de vida, como visualizado nos dados do Painel Saneamento Brasil 2022, o qual informou que 11,27 de cada 10 mil internações hospitalares são causadas por doenças de veiculação hídrica⁶⁷.

Figura 10.a - Saneamento Básico na Paraíba 2024 (ano base 2023)⁶⁸

⁶³Fonte: Agência Senado

⁶⁴<https://tce.pb.gov.br/publicacoes/auditorias-tematicas/panorama-hidrico-do-estado-da-paraiba>

⁶⁵SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO - <https://indicadores-sinisa-2025.cidades.gov.br/>

⁶⁶Quanto à drenagem urbana, apesar de sua importância para o tema, não serão tratados neste trabalho

⁶⁷<https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/evolucao?id=25>

⁶⁸ Ícones da imagem: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e gestão municipal



Fonte: Painel SINISA 2024⁶⁹

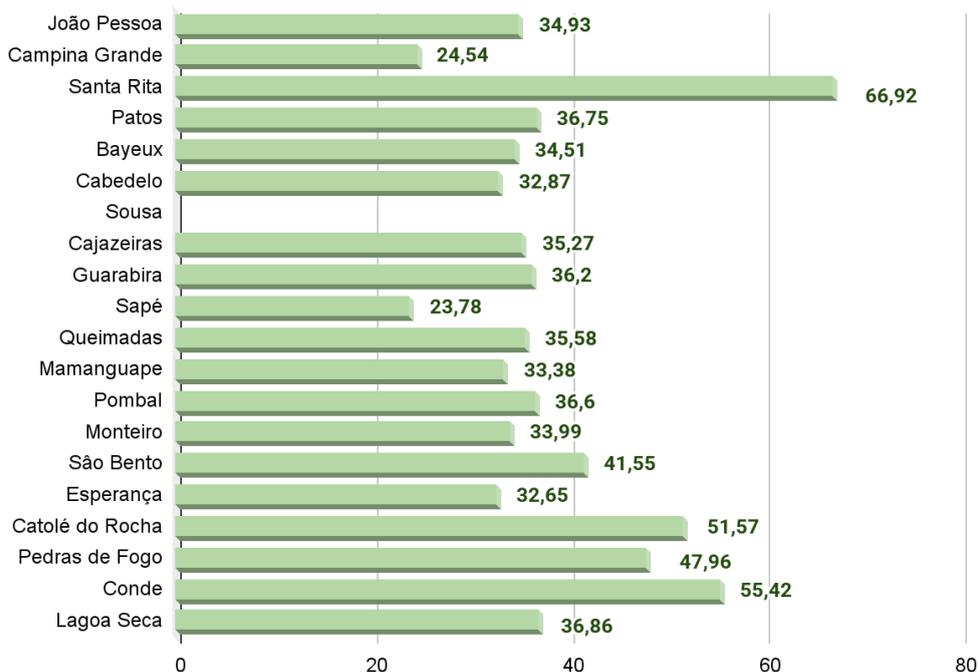
Por outro lado, segundo o **Ranking do Saneamento de 2024**, divulgado pelo **Trata Brasil**⁷⁰, dentre as cidades paraibanas mencionadas, João Pessoa se encontra entre as melhores cidades, referente ao atendimento total de água, ficando atrás apenas de Belo Horizonte e Curitiba. No ranking geral, a capital se encontra na 48ª posição, em comparação com o ranking de 2023, no qual ela estava na 38ª posição. Já Campina Grande se encontra na 33ª posição, em comparação à 2023, no qual estava na 17ª posição.

Em relação às 20 (vinte) maiores cidades do Estado em termos populacionais, **os dados do abastecimento de água estão dispostos abaixo**, com ênfase para perdas durante a distribuição de água que encontram-se com valores semelhantes em todos os municípios analisados, apresentando discrepâncias em Santa Rita, Catolé do Rocha, Pedras de Fogo e Conde. Em relação ao acesso da população à água, o **gráfico 10.b** demonstra a porcentagem de pessoas que possuem o atendimento oferecido, em cada cidade.

Gráfico 10.a - Perdas durante a distribuição de água (%), 2024

⁶⁹<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiajNDU1ZmM4ZjYtNTU0YS00YjFkLWE5NzYtMjMjNkZThjYjYzYzVmlwiidCI6IjFmMWJlODAwLWVlZGYtNDJmNC1iZGExLTdmMjJhYmU2ZDQ3YSJ9&pageName=344bbd2d217999c8e747>

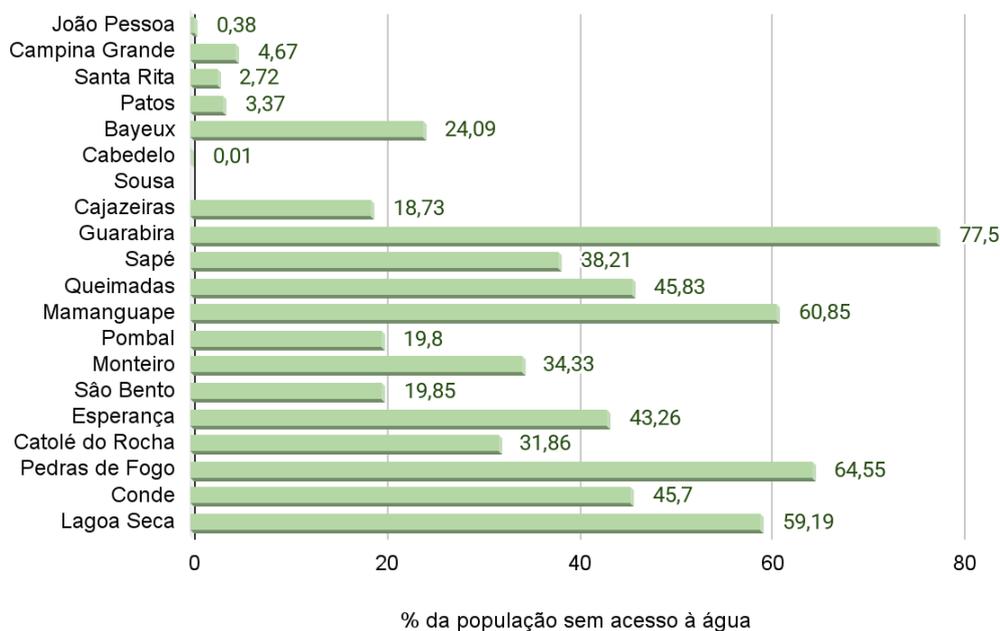
⁷⁰<https://tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2024/>



Fonte: SINISA (gráfico elaborado pelo ECD)

Obs: de acordo com o Painel do SINISA, o município de Sousa não participou da coleta.

Gráfico 10.b - População (urbana e rural) sem acesso à água (20 maiores cidades da Paraíba) - dados de 2024



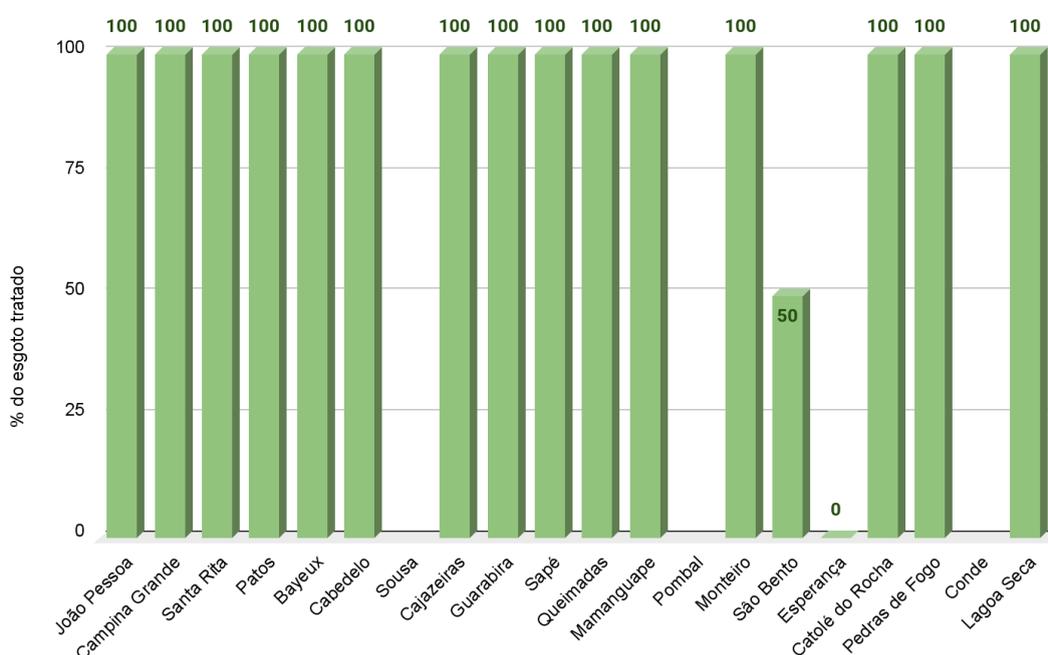
% da população sem acesso à água

Fonte: SINISA (gráfico elaborado pelo ECD)

Obs: de acordo com o Painel do SINISA, o município de Sousa não participou da coleta.

O **tratamento do esgoto** tem papel fundamental na promoção da saúde pública nas áreas urbanas, contribuindo: com o desenvolvimento sustentável, com a diminuição de doenças veiculadas por este meio, com a proteção do meio ambiente (esgoto tratado diminui os danos aos ecossistemas), com o fornecimento de água tratada para diversos usos, com a criação de empregos nas plataformas de tratamento e com a redução de odores no meio urbano, além das melhorias na qualidade de vida.

Gráfico 10.c - Porcentagem de esgoto tratado (coletado), das 20 maiores cidades da Paraíba, dados de 2024



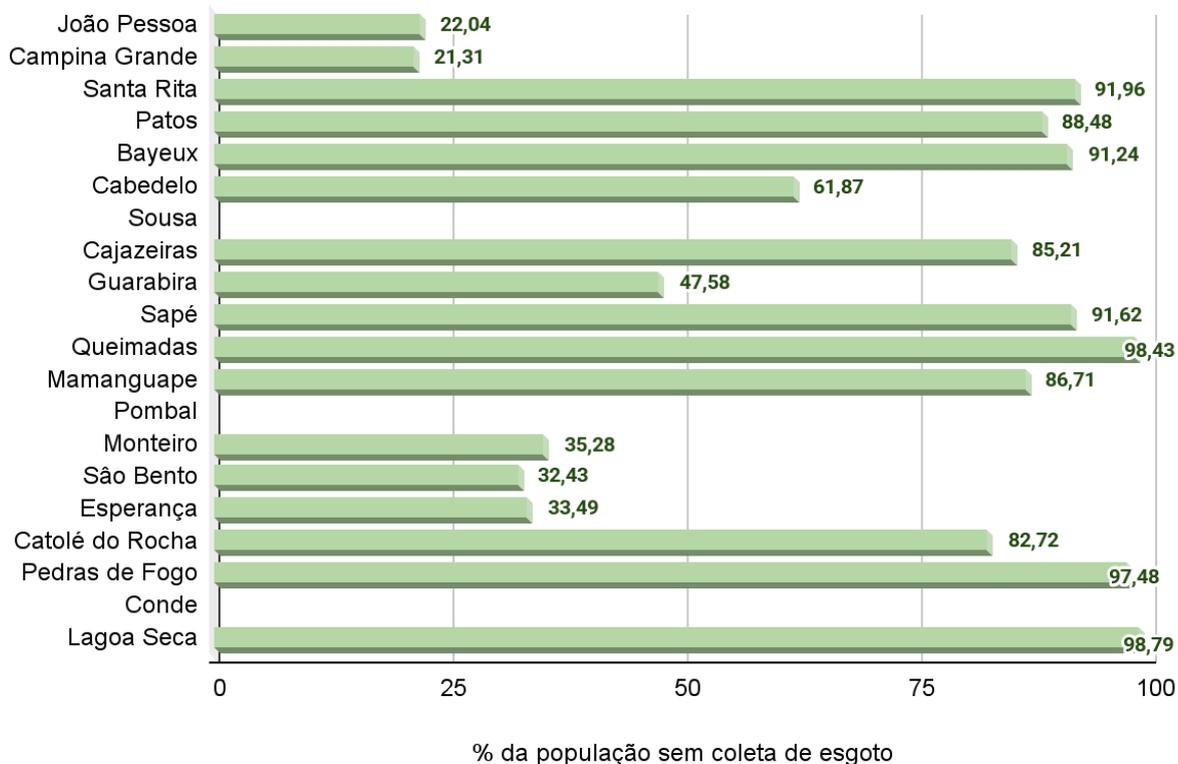
Fonte: SINISA (gráfico elaborado pelo ECD)

Obs 1: de acordo com Painel do SINISA, os municípios de Sousa, Pombal e Conde não participaram da coleta;

Obs 2: a nota 0 do município de Esperança deverá ser analisada com cuidado, devido a falta de dados.

Com relação à população **sem atendimento de esgoto (que não recebe o esgotamento na sua residência)**, esta segue sendo alta, com **porcentagens chegando a quase 100% da população e acima de 80%** na maior parte das cidades citadas no gráfico 10.d.

Gráfico 10.d - Porcentagem da população, das 20 maiores cidades da Paraíba, sem atendimento do serviço de esgotamento sanitário (ligações domiciliares), dados de 2024



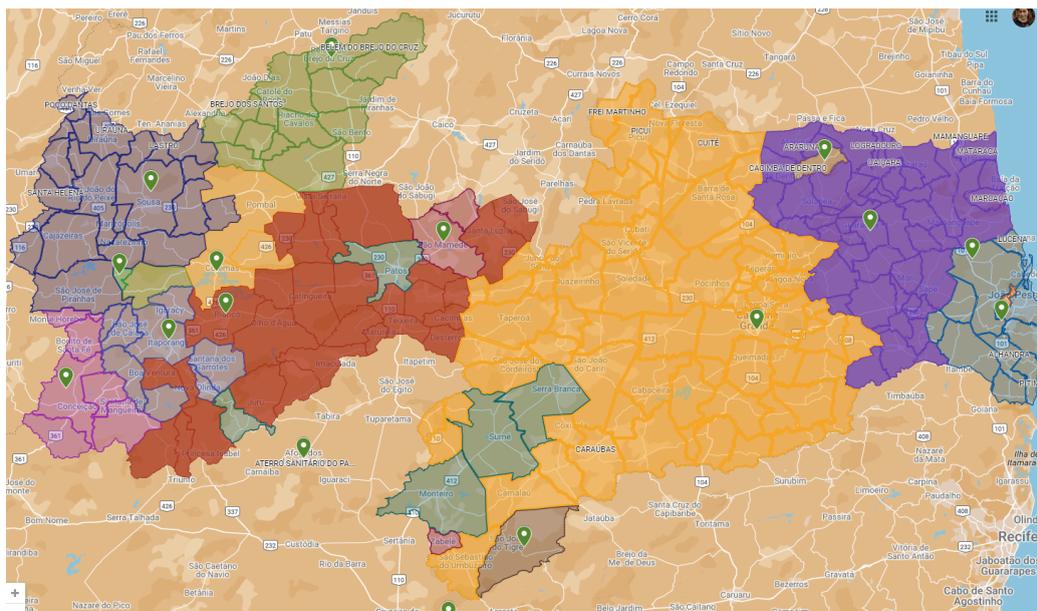
Fonte: SINISA (gráfico elaborado pelo ECD)

Obs: de acordo com o Painel do SINISA, os municípios de Sousa, Pombal e Conde não participaram da coleta.

Em relação ao descarte dos resíduos sólidos, a **ABES PB (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental da Paraíba)** contabilizou, em 2024 (primeiro semestre) que, dos 223 municípios da Paraíba, somente 3 deles ainda tem como destino final dos resíduos unicamente os lixões, eram os municípios de: Serra Branca, Sumé e Zabelê, **mas no mês de setembro de 2024, o descarte de resíduos em lixões foi erradicado totalmente no estado**. Um projeto de erradicação que contou com a participação da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental Seção Paraíba (ABES-PB), em parceria com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba (Crea-PB), o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), o Ministério Público do Estado da Paraíba (MPPB) e a Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema).

Existem na Paraíba, 3 aterros públicos, localizados nas cidades de São Mamede, Dona Inês e Carrapateira, enquanto o restante são de empresas privadas que operam nas cidades. **É importante manter um monitoramento constante quanto a este setor do saneamento das cidades, visto que esta erradicação pode não ser estática e definitiva, já que municípios que fazem uso de aterro podem voltar a despejar em lixões.**

Figura 10.b - Delimitação dos municípios da Paraíba em relação ao Mapa dos Lixões



Fonte: ABES PB (<https://abespb.com.br/rsu/>)

Obs.: os pontos verdes indicam a localização de aterros sanitários.

A coleta de resíduos consiste na remoção de materiais indesejados antes do encaminhamento para as unidades de tratamento, proporcionando um ambiente limpo e seguro. Em relação às 20 maiores cidades da Paraíba, com os dados coletados do SNIS, a porcentagem de coleta está disposta na tabela a seguir.

Tabela 10.a - Porcentagem da cobertura da coleta dos resíduos sólidos nas 20 maiores cidades da Paraíba (2024 - Urbana e Rural)

Cobertura de coleta de resíduos sólidos (%)	
João Pessoa	100
Campina Grande	92
Santa Rita	100
Patos	96,63
Bayeux	não participou da coleta



Cabedelo	
Sousa	não participou da coleta
Cajazeiras	84,97
Guarabira	99,01
Sapé	99
Queimadas	72,87
Mamanguape	100
Pombal	78,54
Monteiro	não participou da coleta
São Bento	88,46
Esperança	86,40
Catolé do Rocha	98,49
Pedras de Fogo	96,79
Conde	98,99
Lagoa Seca	100

Fonte: SINISA - Painel de Saneamento (tabela produzida pelo ECD)

11. INDICADORES-CHAVES DO MEIO-AMBIENTE

A proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento de técnicas mais sustentáveis são de extrema importância nos dias atuais e devem abranger aspectos ecológicos, econômicos e de saúde.

O **art. 225 da Constituição Brasileira** indica que todas as pessoas têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo dever da Gestão Pública e da coletividade preservar e manter. A avaliação dos indicadores ambientais é necessária para avaliar a conservação da biodiversidade, a proteção da saúde humana, o desenvolvimento sustentável, as tomadas de decisões informadas, o gerenciamento de riscos, a conscientização pública e a responsabilidade corporativa. É uma prática essencial para garantir um futuro saudável e sustentável para as gerações presentes e futuras⁷¹. Os **Indicadores de Desempenho Ambiental** indicam, resumidamente, o aspecto do meio ambiente, dos recursos naturais, assim como as atividades humanas relacionadas. Aqueles que apresentam dados com maior seguridade levam em consideração a emissão de **gases do efeito estufa (GEE)** em determinadas áreas.

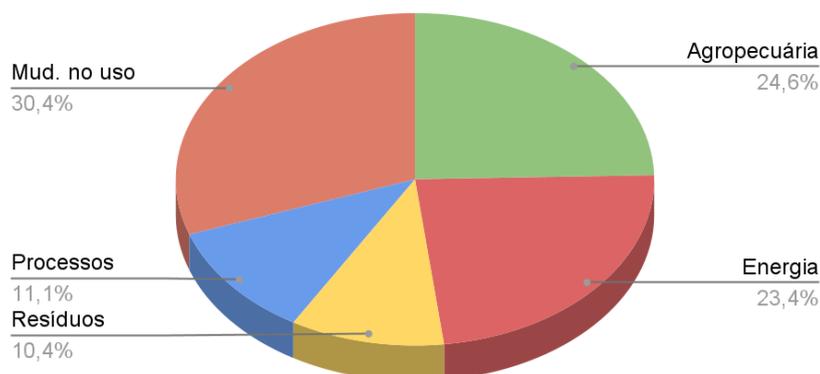
⁷¹Escrito pelo ChatGPT e revisado pela equipe ECD.

Os dados abaixo são do ano de **2023** (últimos dados divulgados), retirados do portal **SEEG (Sistema de Estimativas de Emissões e Remoção de Gases do Efeito Estufa)** - **Observatório do Clima**, sobre o Estado da Paraíba.

De acordo com o **Estudo Técnico 01/2023 Indicadores Socioeconômicos e Ambientais: Prestação de Contas do Governo do Estado 2022** - "a poluição atmosférica traz prejuízos não somente à saúde e à qualidade de vida das pessoas, mas também acarreta maiores gastos do Estado, decorrentes do aumento do número de atendimentos e internações hospitalares, além do uso de medicamentos, custos esses que poderiam ser evitados com a melhoria da qualidade do ar dos centros urbanos. A poluição de ar pode também afetar ainda a qualidade dos materiais (corrosão), do solo e das águas (chuvas ácidas). A gestão da qualidade do ar tem como objetivo garantir que o desenvolvimento sócio econômico ocorra de forma sustentável e ambientalmente segura. Para tanto, se fazem necessárias ações de prevenção, combate e redução das emissões de poluentes e dos efeitos da degradação do ambiente atmosférico".

Em relação às emissões de GEE no estado da Paraíba, no Nordeste e no Brasil é a **mudança no uso do solo**, que representa a maior porcentagem dos gases eliminados. A emissão de gases do efeito estufa pela mudança no uso do solo é referente a liberação de poluentes que ocorre quando a vegetação é retirada do local para dar lugar a outras atividades⁷².

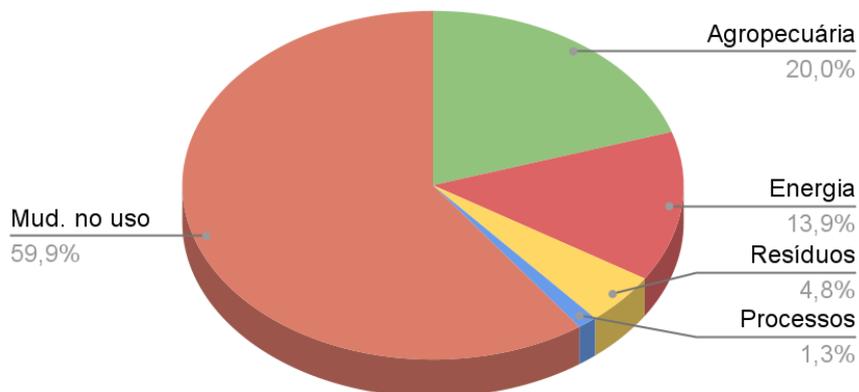
Gráfico 11.a - Emissões de GEE na Paraíba, 2023



Fonte: SEEG do Observatório do Clima (gráfico elaborado pelo ECD)

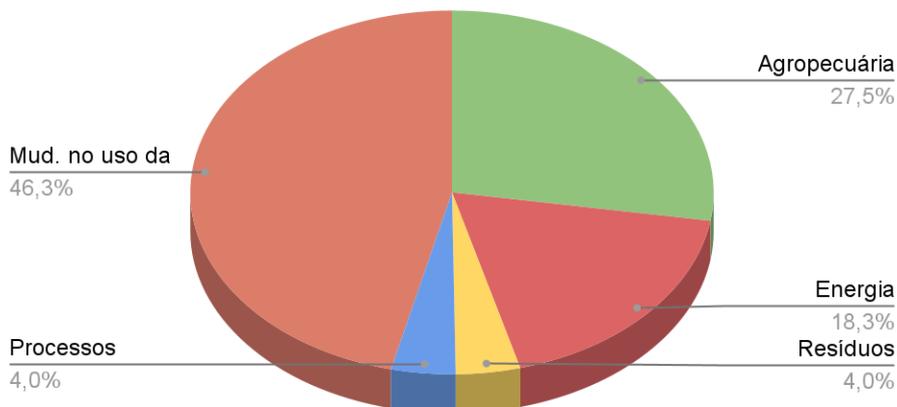
⁷² Informação criada por IA (Google) e revisada pela equipe do ECD.

Gráfico 11.b - Emissões de GEE no Nordeste, 2023



Fonte: SEEG do Observatório do Clima (gráfico elaborado pelo ECD)

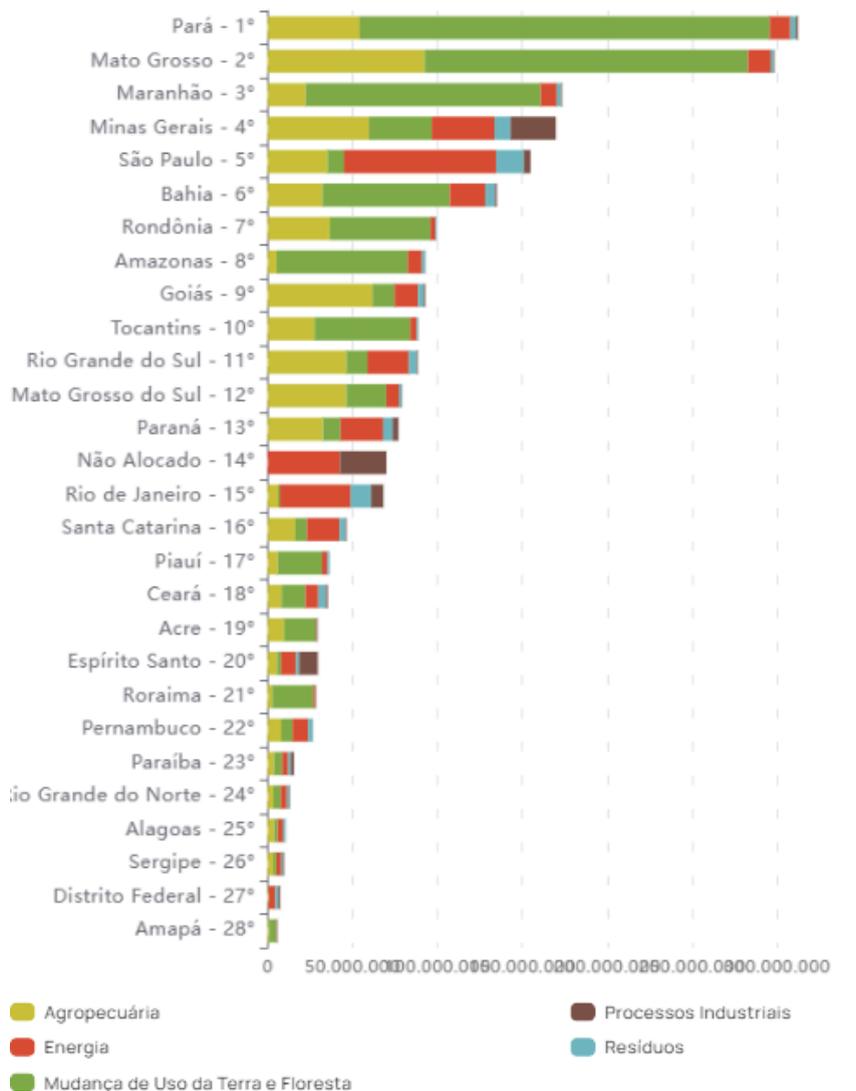
Gráfico 11.c - Emissões de GEE no Brasil, 2023



Fonte: SEEG do Observatório do Clima (gráfico elaborado pelo ECD)

A figura abaixo, retirada do site do SEEG, indica o ranking dos Estados brasileiros que possuem maior emissão de GEE; **a Paraíba se encontra na 23ª posição**, estando a frente dos estados nordestinos do Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe.

Gráfico 11.d - Ranking dos estados de acordo com a emissão de GEE - 2023



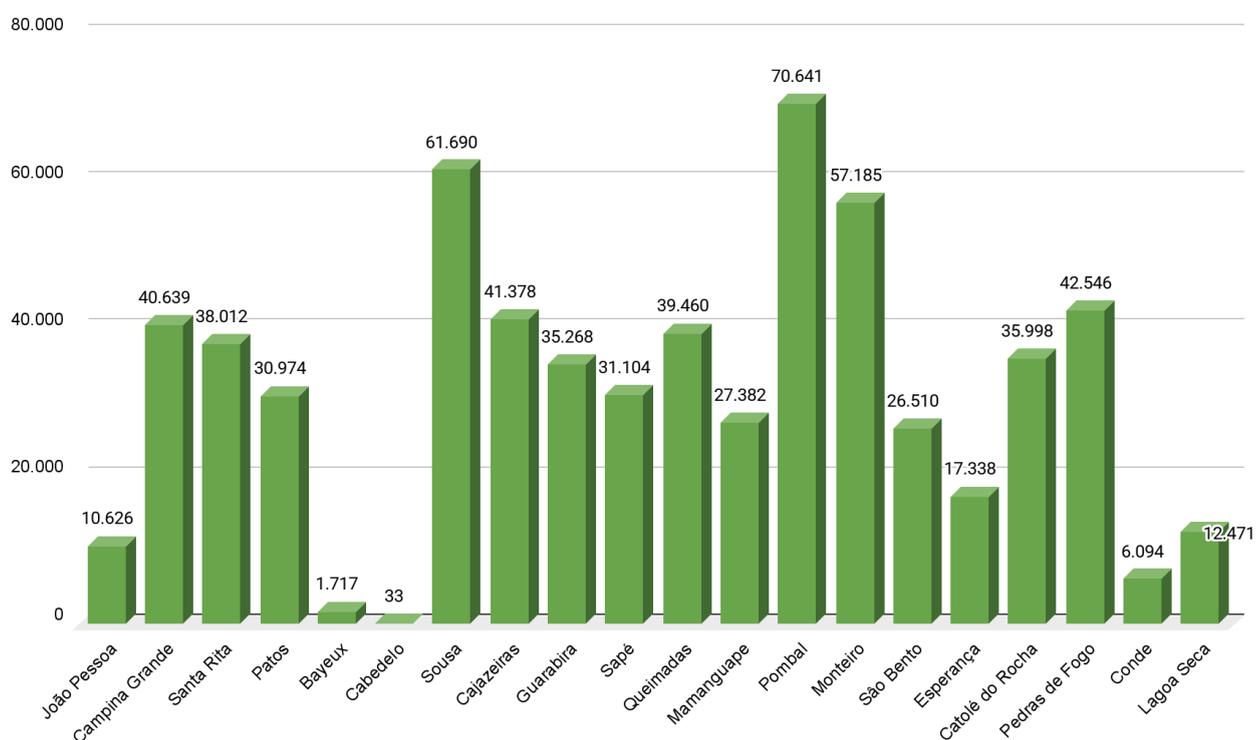
Fonte: SEEG do Observatório do Clima

O **setor agropecuário** é uma parte fundamental da economia, no qual engloba a produção de alimentos, fibras e produtos relacionados à agricultura (produção) e pecuária (criação). Esse setor também enfrenta alguns desafios como a segurança alimentar, sustentabilidade ambiental, mudanças climáticas, práticas agrícolas insustentáveis, além do equilíbrio entre a produção e preservação ambiental.

Os dados abaixo mostram a relação do **setor agropecuário**, nas **20 maiores cidades do Estado**, em todas as esferas de atuação, no ano de 2023. Dentre elas, **Pombal** é o município que se destacou na emissão de gases.

De acordo com um levantamento realizado pelo **Sebrae PB**, o Sertão paraibano é a região que concentra a maior quantidade de bovinos no estado. Pombal possui um dos maiores rebanhos, assim como sua vizinha, Sousa⁷³. O município de Monteiro, na região do Agreste paraibano, também se destaca como um dos maiores emissores de gases no setor agropecuário. Importante enfatizar que os maiores municípios em extensão territorial do Estado são Monteiro e Pombal.

Gráfico 11.e - Taxa de emissão de GEE nas 20 maiores cidades do estado - setor agropecuário
2023 (CO2e - t - GWP-AR5)



Fonte: SEEG do Observatório do Clima (gráfico elaborado pelo ECD)

É importante frisar, por outro lado, que houve uma evolução do desmatamento do bioma caatinga (PB) na ordem de 76,84%, entre os anos de 2020 e 2023, de acordo com pesquisa do **MAP BIOMAS Alerta**⁷⁴. Enquanto houve um evidente decréscimo em 2024. Ainda de acordo com a plataforma, o município de Santa Luzia apresenta o maior desmatamento (em hectare) na Paraíba (acesso em 10/03/2025), vide <https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/alerta/813665> para mais informações; e em

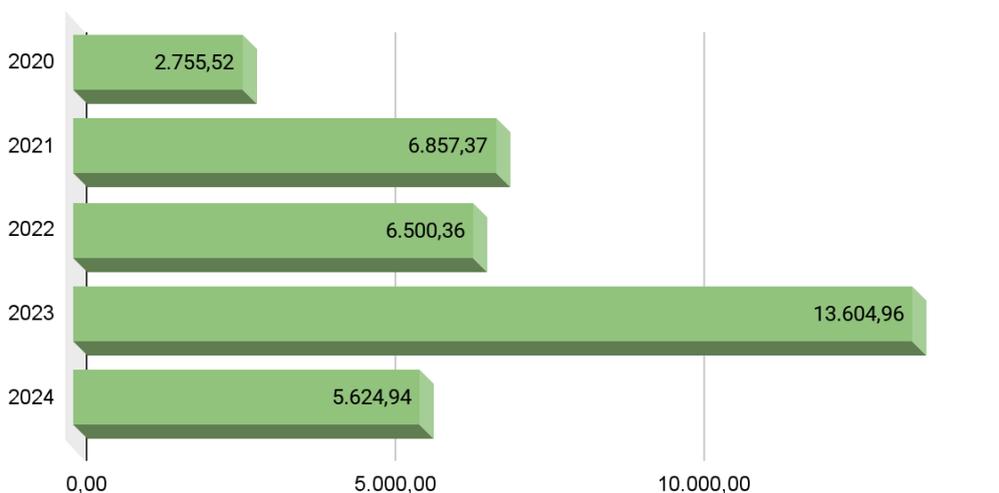
⁷³[Rebanho Bovino no sertão paraibano](#)

⁷⁴<https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/mapa>

maior velocidade de desmatamento encontra-se o município de São José de Piranhas, vide <https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/mapa> (acesso em 10/03/2025).

Gráfico 11.f - Evolução de área de desmatamento da Caatinga na Paraíba, entre 2020 a 2024

Evolução das áreas de desmatamento - Bioma Caatinga na Paraíba - 2020 a 2024 (hectares)



Fonte: MAP BIOMAS Alerta, acesso em 13/03/2024 -

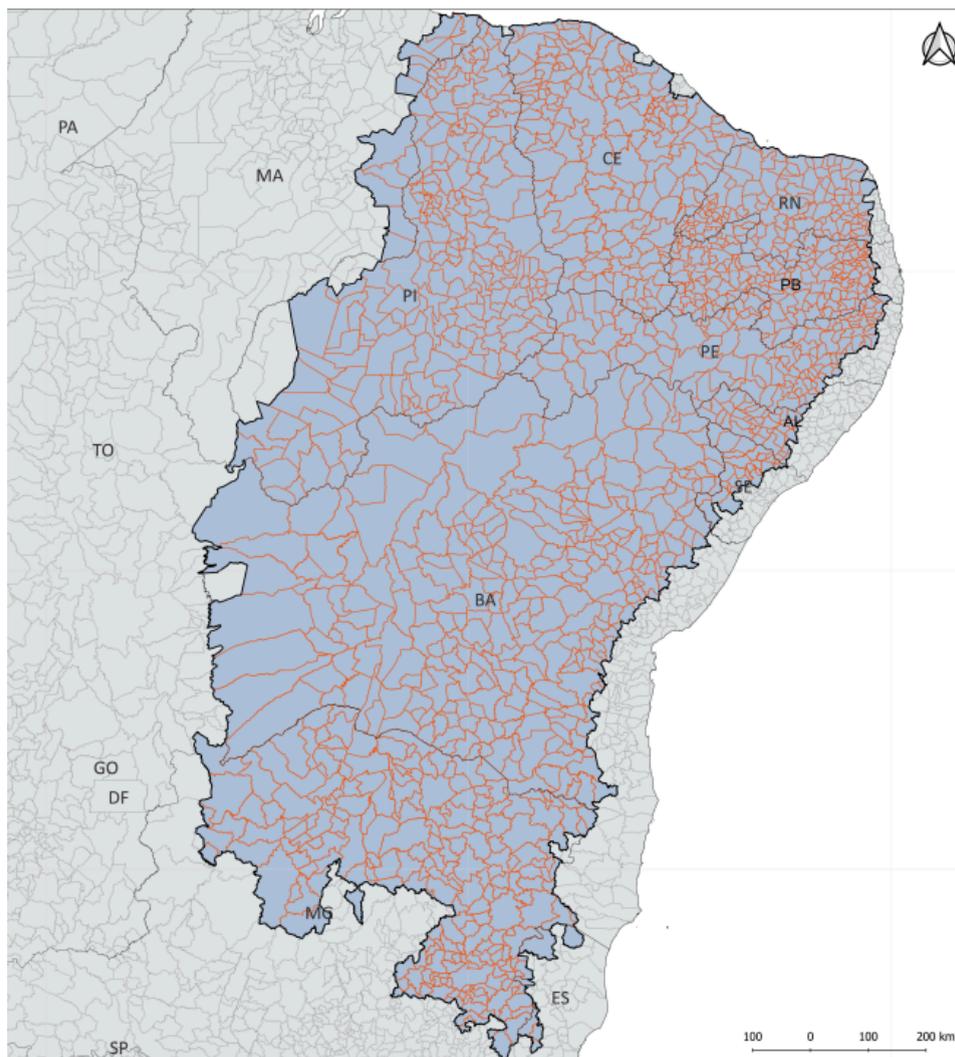
<https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/mapa> (gráfico elaborado pelo ECD)

Importante enfatizar que **houve uma expansão das áreas semiáridas e em processo de desertificação** em todo Nordeste, segundo os estudos do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens em Satélite (LAPIS), publicados na Letra Ambiental. A nova delimitação realizada em janeiro/2024 conta com a participação de 1.477 municípios na região do semiárido brasileiro, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, **Paraíba**, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Na qual conta com uma área de 1.335.298 km², correspondendo a 15% do território nacional. De acordo com a Resolução Condel (Conselho Deliberativo da Superintendência do Nordeste - Sudene) nº 176 (03/01/2024), dos 223 municípios da Paraíba, 198 deles estão no semiárido.⁷⁵

⁷⁵ <https://www.letrasambientais.org.br/posts/semiario-brasileiro-tem-nova-delimitacao-desde-janeiro-de-2024#>

A problemática da desertificação acaba se atrelando às condições financeiras da população da região, dando continuidade a um problema que é visto há décadas, a migração. O último censo, em junção com estudos da Universidade de São Paulo (USP), mostrou que há um grande número de lares sem habitantes em cerca de 90% dos municípios que se localizam na região semiárida⁷⁶.

Figura 11.a - Delimitação semiárido brasileiro (2024)

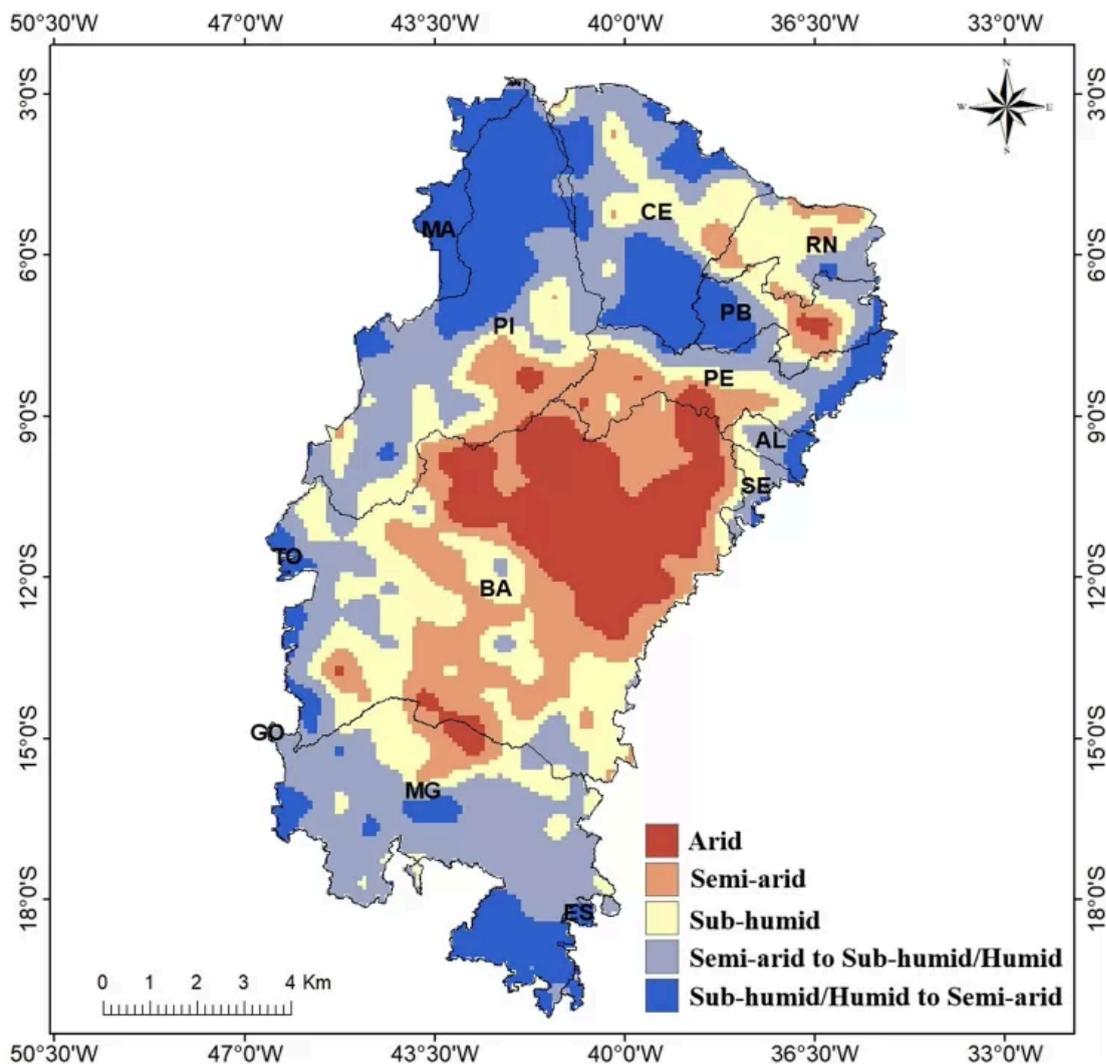


Fonte: Instituto Nacional do Semiárido Brasileiro (INSA) -

<https://www.gov.br/inasa/pt-br/centrais-de-conteudo/mapas/mapas-em-pdf/delimitacao-do-semiarido-brasileiro-2024.pdf/view>

⁷⁶ Rápidas e mortais, secas-relâmpago contribuíram para o agreste virar semiárido no Nordeste desde os anos 90 - matéria do O GLOBO

Figura 11.b - Delimitação de áreas semiáridas e áridas



Fonte: Laboratório de Análise e Processamento de Imagens em Satélite (LAPIS) -
<https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2024/04/14/brasil-ja-tem-clima-arido-em-area-superior-ao-estado-de-sp-aponta-estudo.htm>

De acordo com os estudos mencionados anteriormente, o Cariri paraibano é uma das regiões mais quentes do Brasil, com delimitação na **figura 11.c**. Observar que as cores vermelha e laranja indicam municípios e áreas cujos índices pluviométricos são muito baixos, com até 11 meses de seca.
<https://www.letrasambientais.org.br/posts/entenda-em-7-pontos-o-surgimento-de-areas-aridas-no-brasil>.

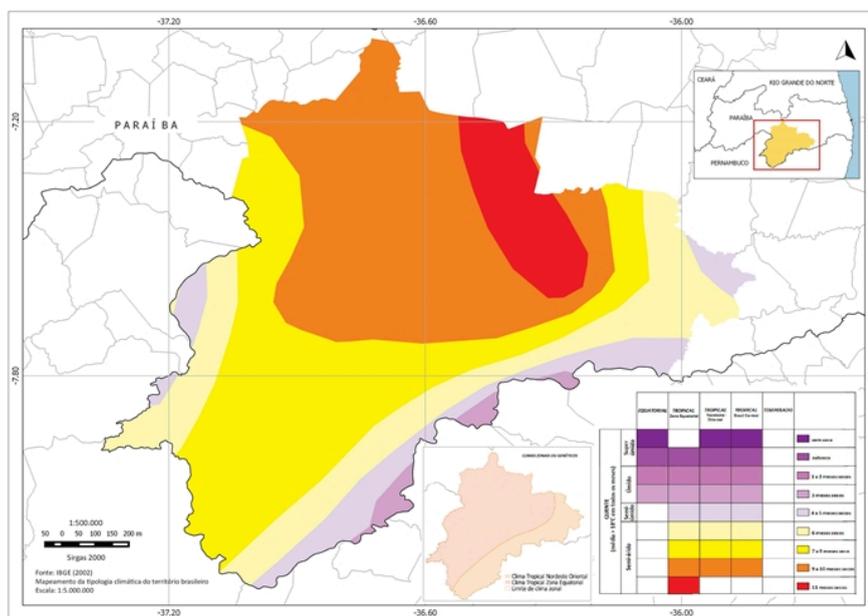
Tabela 11.a - Delimitação oficial semiárido brasileiro (jan/2024)

Delimitação oficial do Semiárido brasileiro			
Estado	2017	2021	2024*
AL	38	38	42
BA	278	283	287
CE	175	171	175
ES	0	6	6
MA	2	16	16
MG	91	209	217
PB	194	188	198
PE	123	137	142
PI	185	215	216
RN	147	141	148
SE	29	23	30
TOTAL	1.262	1.427	1.477

*Resolução Condel nº 176, de 03/01/2024.
Reinserção provisória dos 50 municípios que seriam excluídos.

Fonte: Laboratório de Análise e Processamento de Imagens em Satélite (LAPIS)⁷⁷

Figura 11.c - Cariri Paraibano



Tipologias climáticas dos Cariris paraibanos. Fonte: Livro "Um século de secas".

Fonte: [Surgimento de áreas áridas no Brasil - Letras ambientais](#)

⁷⁷ <https://www.letrasambientais.org.br/posts/semiárido-brasileiro-tem-nova-delimitacao-desde-janeiro-de-2024#>

Na plataforma Programa Mais Brasil (PF - SCCON) é possível **visualizar Alertas de detecção de mudanças geradas, neste caso, pelo desmatamento**. No Estado foi possível detectar que houve 17.865 alertas de foco de desmatamento entre os anos **2020 a 2025** (acesso em 30/06/2025) , com aumento da área desmatada no final do ano de 2022, com a maior parte dos focos localizado no interior do estado (sertão - bioma Caatinga), uma das hipóteses para esse aumento de degradação do bioma pode ser a implementação e aumento dos parques de energia eólica, denominado Complexo Renovável Neoenergia, composto por 15 parques (dados de março/2023⁷⁸) localizados nas cidades de Santa Luzia, Areia de Baraúnas, São Mamede, São José de Sabugi e Junco do Seridó. É importante destacar que além do impacto ambiental, as usinas eólicas e solares tem impacto social na região que estão sendo investigados pelo Ministério Público, Defensoria Pública da União e do Estado⁷⁹.

Em relação ao **setor energético**⁸⁰, que é composto por empresas que **transformam energia primária em secundária para que, esta seja distribuída e utilizada**. No quadro abaixo há alguns exemplos, mas no geral são considerados como parte desse setor, os combustíveis e componentes relacionados a geração de energia (usinas de energia, gás, carvão, hidrelétricas, solares, eólicas e nucleares); transmissão e distribuição de energia e energias renováveis.⁸¹

Abaixo encontra-se o gráfico que indica, dentre as 20 maiores cidades do Estado, quais são aquelas que possuem uma maior emissão dos GEE, a partir da utilização do setor energético, no ano de 2023. **João Pessoa e Campina Grande se sobressaem, devido a concentração populacional e de serviços, sendo considerados polos econômicos do estado.**

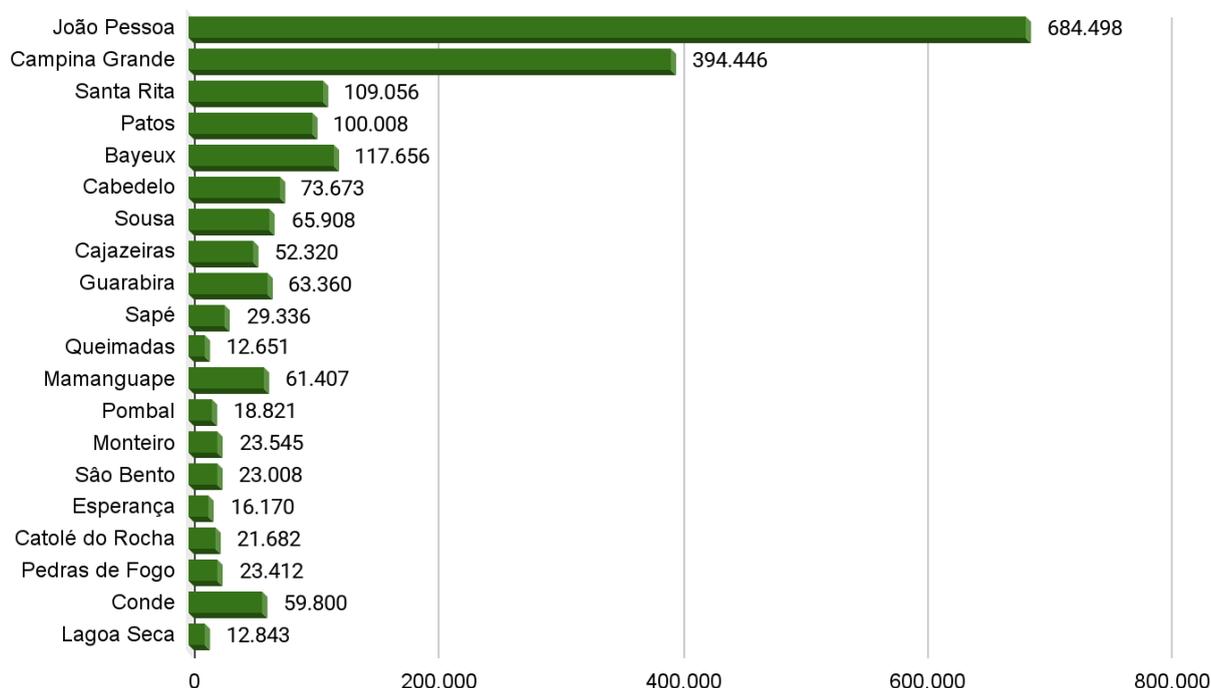
⁷⁸[Complexo de Energia Eólica na Paraíba 2023](#)

⁷⁹[Notícia G1 - Impacto Socioambiental de Usinas eólicas e solares na Paraíba](#)

⁸⁰No setor de Energia são alocados os gases de efeito estufa provenientes do uso ou da produção de combustíveis. Já em Processos Industriais e Uso de Produtos é alocado aquilo que foi emitido devido ao uso ou à transformação físico-química de materiais na indústria.

⁸¹Escrito por ChatGPT e revisado por Auditor responsável.

Gráfico 11.g - Taxa de emissão de GEE nas 20 maiores cidades do estado - setor energético 2023 (CO2e - t - GWP-AR5)



Fonte: SEEG do Observatório do Clima (gráfico elaborado pelo ECD)

Pode-se adicionar um terceiro setor, fazendo referência ao tópico anterior (saneamento), no qual a emissão de gases é de extrema importância. Podemos então considerar os GEE na **eliminação de resíduos**. Materiais que não são aproveitados pela atividade humana, podendo ser advindos do comércio, indústrias e residências, são divididos em resíduos sólidos ou efluentes líquidos.

Os resíduos sólidos são produtos que podem ser reaproveitados pela reciclagem e transformados em outros materiais, assim como podem ser remanescentes da indústria de consumo; já os efluentes líquidos são aqueles que podem ser lançados em reservatórios de água e que tem a possibilidade de contaminar o meio ambiente, advindos dos setores domésticos e industriais⁸².

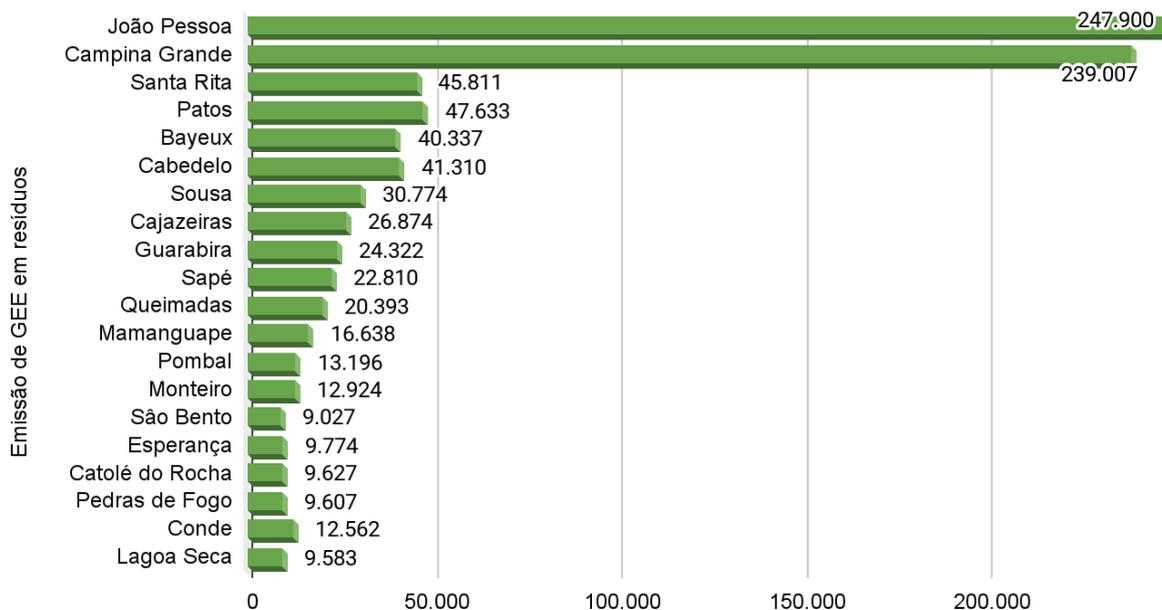
O gráfico abaixo indica a quantidade de GEE na produção a partir da liberação de resíduos (sendo estes sólidos e efluentes líquidos⁸³), nos 20 maiores municípios do

⁸² Escrito pelo ChatGPT e revisado por Auditor responsável.

⁸³ O setor de resíduos engloba cinco principais subsetores de emissão: a disposição final de resíduos sólidos (como aterros sanitários controlados ou lixões), tratamento biológico (compostagem e gestão aeróbica), incineração ou queima a céu aberto, tratamento de efluentes líquidos domésticos e tratamento de efluentes líquidos industriais (<https://americadosul.iclei.org/>)

Estado ano de **2023**, no qual é possível avaliar que as duas 2 maiores cidades, **João Pessoa e Campina Grande, são as maiores detentoras da emissão desses gases**, devido ao grande número populacional como também por serem polos industriais e tecnológicos do estado.

Gráfico 11.h - Taxa de emissão de GEE nas 20 maiores cidades do estado - resíduos 2023
(CO₂e - t - GWP-AR5)



Fonte: SEEG do Observatório do Clima (gráfico elaborado pelo ECD)

Vale ressaltar que a **limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos são componentes do saneamento básico**⁸⁴, constituído pelas atividades de disponibilização e manutenção de infraestruturas operacionais de coleta, varrição, asseio e conservação urbana, assim como coleta, transporte, transbordo e a destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos por meio de tratamento e a disposição final dos rejeitos. São serviços que, se prestados de forma adequada, contribuem fundamentalmente para a proteção do meio ambiente com forte impacto positivo sobre a saúde e a qualidade de vida da população.

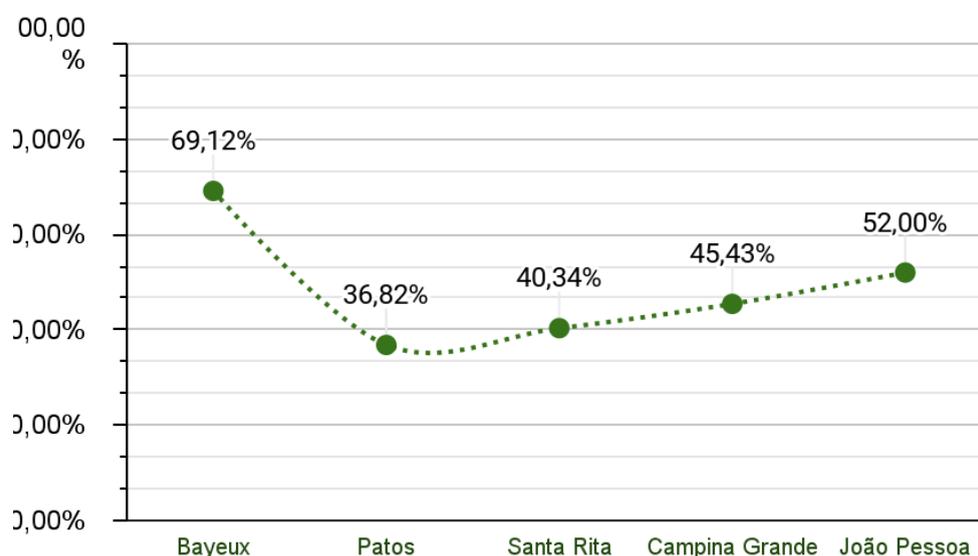
A **melhoria da gestão dos resíduos sólidos urbanos** deve se constituir como um ciclo virtuoso de atividades que observe, em ordem de prioridade, **a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição**

⁸⁴ O novo Marco Legal do Saneamento Básico foi aprovado em 15 de julho de 2020.

final ambientalmente adequada dos rejeitos. Deve, ainda, contemplar a sustentabilidade técnica, ambiental, social e econômico-financeira, numa visão de economia circular, que se inicia com a extração da matéria-prima e a produção de um bem ou produto, passando por sua distribuição e consumo, até a geração, reutilização e reciclagem dos resíduos, e reintrodução destes na cadeia produtiva, sendo descartados somente os rejeitos⁸⁵.

Em relação ao setor de **Transportes**, a quantidade de emissão de GEE nas 5 maiores cidades da Paraíba encontra-se em níveis elevados, em relação ao seu valor total, estando acima de 50% em João Pessoa e Bayeux.

Gráfico 11.i - Emissão de GEE no Setor Transporte (Pessoal e Carga) no ano de 2023, nas 5 maiores cidades do Estado



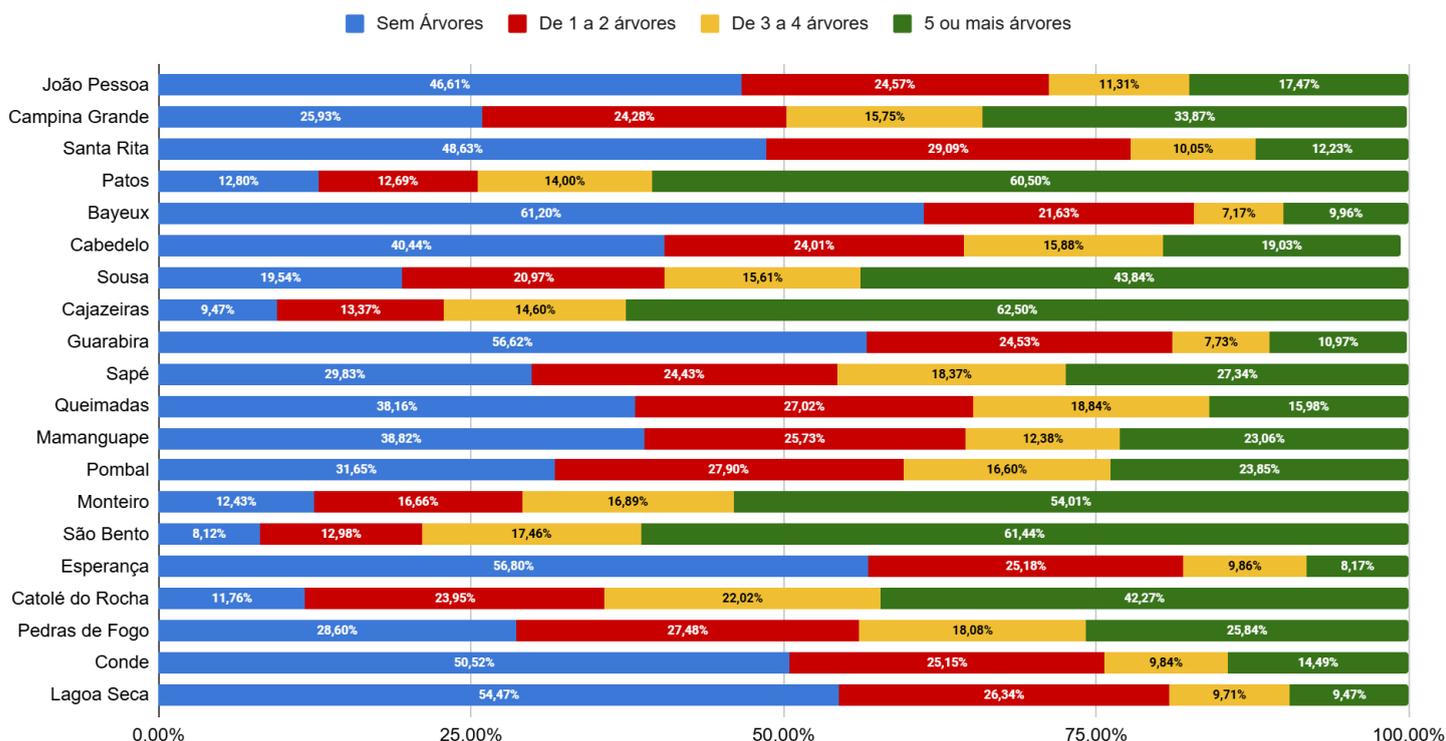
Fonte: SEEG do Observatório do Clima, acesso 09/12/2024 (gráfico elaborado pelo ECD)

Em relação a **arborização urbana dos 20 maiores municípios**, o Panorama Censo 2022 trouxe informações sobre a quantificação de árvores nos entornos domiciliares.

De acordo com o gráfico abaixo, **Cajazeiras, Patos, Monteiro e São Bento** são os municípios que possuem **mais de 50% dos entornos dos domicílios com 5 ou mais árvores**, gerando uma melhor qualidade de vida, regulação do clima, conservação do solo, dentre outros.

⁸⁵https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/protegeer-antigo/arquivos/copy_of_manualdafermentadegee_02-08-2021.pdf

Gráfico 11.j - Quantidade de árvores em entornos domiciliares - 2022



Fonte: Panorama Censo 2022

Para acessar informações sobre as porcentagens de **arborização nos 223 municípios** do estado, recomenda-se acessar o **QR Code** ao lado ou o site **Panorama Censo 2022**⁸⁶.



12. INDICADORES DE CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS

Sob o ponto de vista conceitual, segundo a **Carta Brasileira de Cidades, Inteligentes**, as Cidades Inteligentes e Sustentáveis são cidades comprometidas com o desenvolvimento urbano e com a transformação digital sustentável, em seus aspectos econômico, ambiental e sociocultural, que atuam de forma planejada, inovadora, inclusiva e em rede, promovendo o letramento digital, a governança e a gestão colaborativa, concomitantemente utilizando tecnologias para solucionar problemas concretos, criar

⁸⁶ <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=8>

oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, garantindo o uso seguro e responsável de dados e das tecnologias da informação e comunicação.⁸⁷

Figura 12.a - Selo Carta Brasileira das Cidades Inteligentes



Fonte: <https://cartacidadesinteligentes.org.br/>

Como este é um conceito em evolução, tem-se por **Cidades Inteligentes**, uma cidade inovadora, que utiliza tecnologias de informação e comunicação (TIC), além de outros meios para melhorar a qualidade de vida, a eficiência da operação e dos serviços urbanos, garantindo que sejam atendidas as necessidades das gerações presentes e futuras, respeitando os aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Tem-se por **pilares de uma Cidade Inteligente**, o capital humano, coesão social, economia, meio ambiente, governança, planejamento urbano, mobilidade, transporte, alcance internacional e tecnologia, sendo estes utilizados para avaliar a qualidade de vida dos moradores⁸⁸.

⁸⁷ [Carta Cidades Inteligentes: Conceito para Cidades Inteligentes](#)

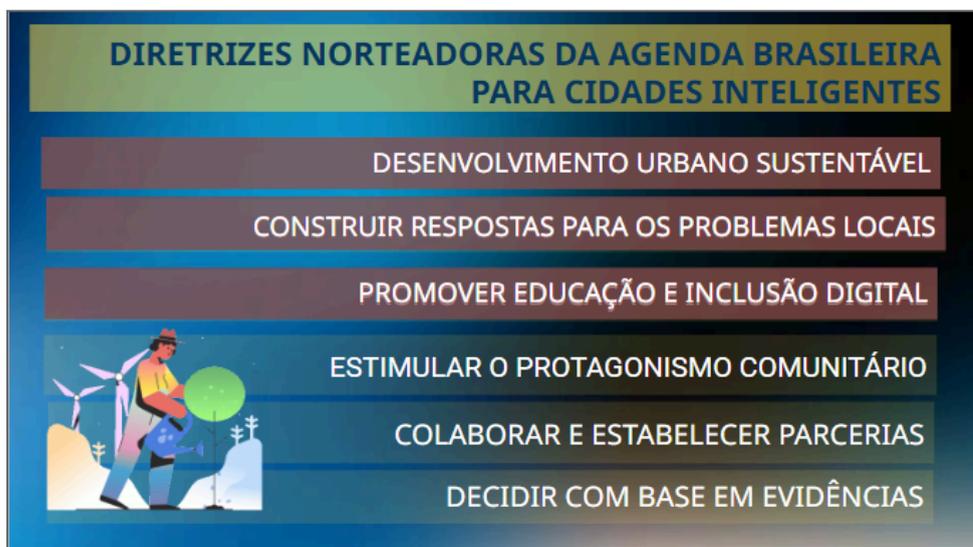
⁸⁸ [Observatório Econômico: Como aplicar os conceitos de cidades inteligentes em seu município](#)

Figura 12.b - Estrutura das cidades inteligentes



Fonte: Slide cedido e elaborado por André Agra (coordenador ECD - TCE/PB)

Figura 12.c - Diretrizes da agenda brasileira para cidades inteligentes



Fonte: Carta Brasileira de Cidades Inteligentes (slide cedido e elaborado por André Agra - Coordenador do ECD - TCE/PB)

Para avaliar as cidades brasileiras foi criado o **Ranking Connected Smart Cities**⁸⁹ que é uma plataforma que classifica as cidades mais inteligentes e conectadas do país, de acordo com as melhorias desempenhadas em diversos âmbitos, assim como no quesito inovação. São avaliados 74 indicadores dos mais variados setores, onde as cidades são alocadas em um ranking de 100 cidades - são avaliadas àquelas que possuem mais de 500 mil habitantes, de 100 a 500 mil habitantes e de 50 a 100 mil habitantes - existindo pontuações a se considerar. As cidades com maior número de pontos tornam-se as primeiras colocadas.

Dentre as 100 cidades do **Ranking Geral**, no ano de 2024, **João Pessoa** é a única cidade paraibana visualizada. Ela está ocupando a **79ª posição**, ao contrário de 2023 onde estava na 57ª posição do ranking. A primeira do ranking nacional é Florianópolis, em Santa Catarina. Existem alguns recortes que são considerados na análise, os quais também recebem rankings próprios, que são: mobilidade, saúde, educação, segurança, tecnologia, inovação, empreendedorismo, governança, economia, energia, meio ambiente e urbanismo. No **Nordeste**, o destaque foi para Salvador - Bahia, sendo a 10ª colocada no ranking geral.

As cidades paraibanas que foram citadas no ranking do ano de 2024 foram: João Pessoa, Campina Grande e Cabedelo, ao contrário da edição passada (2023) que Guarabira também estava inserida.

João Pessoa foi elencada na **75ª posição** no ranking de **Mobilidade**, na **94ª posição** em **Meio Ambiente**, na **47ª posição** em **Tecnologia e Inovação**, na **98ª posição** em **Saúde**, na **54ª posição** em **Segurança**, assim como recebeu a **90ª posição** em **Governança**, este último avalia indicadores da transparência dos municípios, participação social, nível de desenvolvimento municipal e nível de formação do gestor da cidade.

Campina Grande teve participação no ranking do **Meio Ambiente**, estando na **83ª posição**, na **52ª posição** em **Saúde**, enquanto na classificação de **Empreendedorismo** foi colocada na **37ª posição**.

Cabedelo participou do ranking na **69ª posição** no ranking de **Segurança**, **84ª posição** em **Educação**, na **46ª posição** em **Empreendedorismo** e na **92ª posição** em **Governança**.

⁸⁹ <https://www.urbansystems.com.br/rankingconnectedsmartcities>

Figura 12.d - Selo Connected Smart Cities



Fonte: Ranking Connected Smart Cities

O **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)** criou uma plataforma para realizar um **diagnóstico de maturidade das Cidades Inteligentes e Sustentáveis**, além disso foi criada uma plataforma denominada de “inteli.gente” que visa contribuir com os gestores públicos federais, estaduais e municipais, auxiliando-os a identificar as condições atuais das cidades, as competências e necessidades para avançar em direção a se tornarem cidades inteligentes sustentáveis, em curto, médio e longo prazos⁹⁰.

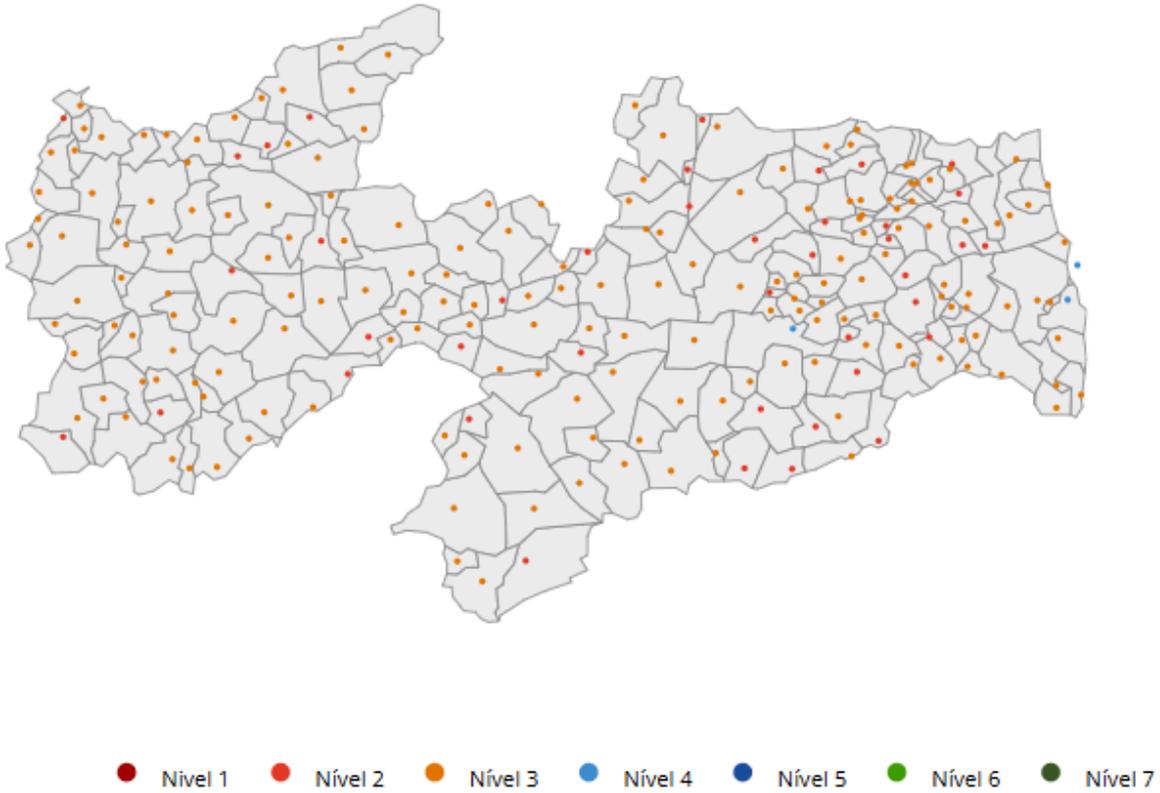
A plataforma tem ainda a característica de mesclar uma abordagem tecnocêntrica sobre cidades inteligentes (focada em cidades tecnológicas) com uma abordagem (defendida na Carta Brasileira de Cidades Inteligentes) que engloba o desenvolvimento econômico, sociocultural e ambiental.

De acordo com o MCTI, a Paraíba possui somente 3 cidades que obtiveram o **nível 4 (os níveis variam de 1-7)** quanto ao seu desenvolvimento, o qual indica que “há ações implementadas para melhoria e uso de TICs em serviços e soluções. Existe participação de atores diversos nas decisões sobre a transformação digital da cidade. A captura e organização dos dados estão implementadas permitindo que os serviços atendam à maioria da população, ainda que não integrados. A cidade está preparada para ações de inclusão digital, monitoramento periódico de políticas e pesquisas de satisfação. A infraestrutura urbana e de TICs permite disponibilizar serviços urbanos e aplicações com uso de TICs para melhorar a qualidade de vida do cidadão”, estas cidades são **João Pessoa, Campina Grande e Cabedelo**, enquanto o restante estão em níveis mais baixos,

⁹⁰ <https://inteligente.mcti.gov.br/sobre>

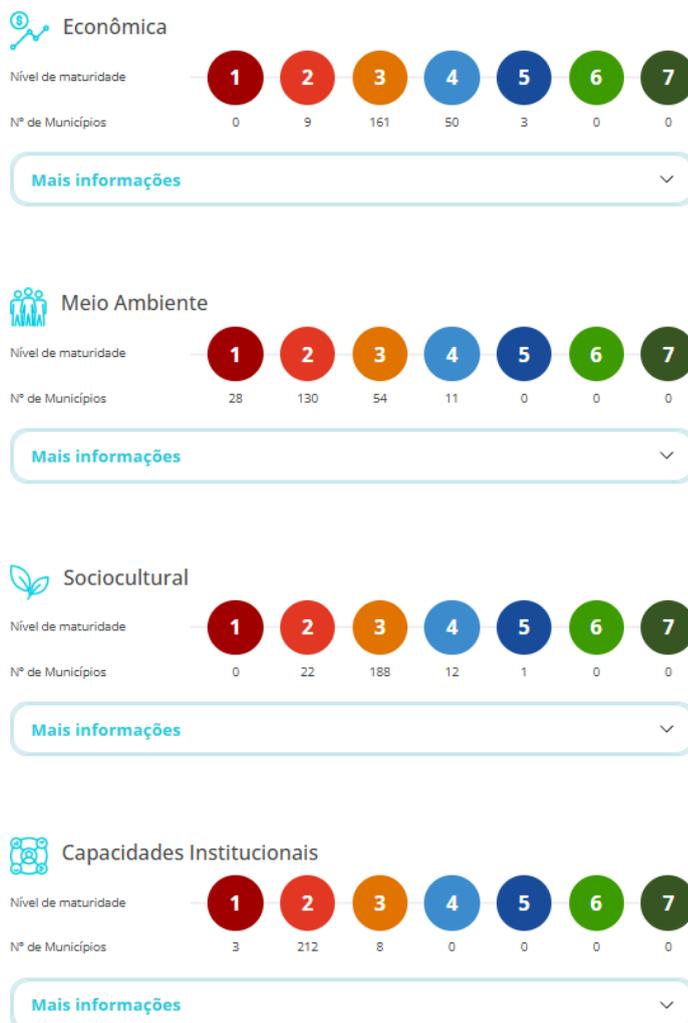
nos quais ainda **estão na fase de adesão, engajamento ou planejamento quanto ao desenvolvimento de Cidades Inteligentes.**

Figura 12.e - Nível de maturidade dos municípios da Paraíba em relação ao desenvolvimento de cidades inteligentes e sustentáveis



Fonte: MCTI (<https://inteligente.mcti.gov.br/municipios>)

Figura 12.f - Nível de maturidade do Estado da Paraíba em relação ao desenvolvimento de cidades inteligentes e sustentáveis segundo os critérios do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)



Fonte: MCTI (<https://inteligente.mcti.gov.br/municipios>)

Não obstante, alguns dados estarem com defasagem, é possível traçar cenários razoáveis da realidade dos municípios para subsidiar o planejamento de ações, avaliações e monitoramento e a implementação de políticas públicas a partir de evidências e base referencial aceitável. Além disso, as aplicações dos conceitos e soluções de *smart cities*, precisam necessariamente melhorar o desempenho final do serviço prestado, ou seja, não adianta ter acesso aos dados, os acompanhar, monitorar em tempo real e não melhorar a vida das pessoas.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal delinear um panorama sintético do contexto socioeconômico e ambiental dos municípios paraibanos, com ênfase nos 20 (vinte) mais populosos, por meio da aplicação de **Indicadores - Chave de Desempenho** em diversas áreas temáticas, com base em dados do ano de 2024 e de exercícios anteriores. A análise evidencia, por sua vez, a viabilidade de o controle externo extrapolar a mera verificação formal da legalidade dos gastos públicos, incorporando a avaliação da qualidade, dos resultados e dos impactos das políticas públicas sobre a sociedade e seu bem-estar.

A utilização de indicadores configura-se como um instrumento essencial para o fortalecimento da análise estratégica de problemas de maneira proativa, contribuindo para a prevenção da perpetuação de falhas e ineficiências sistêmicas. Tal abordagem subsidia a definição de novos direcionamentos estratégicos e a tomada de decisões mais embasadas, além de fortalecer o controle social, por meio da promoção da transparência e da accountability dos resultados obtidos.

Adicionalmente, o estudo reforça a importância do alinhamento às diretrizes dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, os quais constituem um referencial global para orientar o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas. **A incorporação dos ODS permite a mitigação de impactos econômicos, sociais e ambientais negativos, contribuindo para a efetividade das ações governamentais e para o aprimoramento do funcionamento do setor público.** Os ODS abrangem todas as dimensões analisadas e ressaltam a relevância de uma atuação integrada e colaborativa entre os diversos atores envolvidos, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável em escala global.⁹¹

⁹¹ Escrito com auxílio do chat gpt e revisado pela equipe do Espaço Cidadania Digital